



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS/UFSE

MYLENA DA SILVA

**A INCIDÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES SEM TETO NA LUTA PELO
DIREITO À MORADIA NA CIDADE MÃE DE SERGIPE (2016 - 2023)**

São Cristóvão - SE
2025

MYLENA DA SILVA

A INCIDÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES SEM TETO NA LUTA PELO
DIREITO À MORADIA NA CIDADE MÃE DE SERGIPE (2016 - 2023)

Dissertação de Mestrado apresentada para
Banca de Defesa do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Sergipe -
PROSS/UFS, como requisito para a obtenção
do título de Mestra em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Políticas Sociais,
Movimentos Sociais e Serviço Social

Orientadora: Profa Dra Nelmiros Ferreira da
Silva

São Cristóvão - SE
2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SIBIUFS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586i Silva, Mylena da
A incidência política das mulheres sem teto na luta pelo direito à moradia na cidade mãe de Sergipe (2016 – 2023) / Mylena da Silva ; orientadora Nelmiros Ferreira da Silva. – São Cristóvão, SE, 2025.
156 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Serviço Social. 2. Movimentos sociais – São Cristóvão (SE). 3. Pessoas desabrigadas – Mulheres. 4. Participação política – Mulheres. I. Silva, Nelmiros Ferreira da, orient. II. Título.

CDU 316.343

A INCIDÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES SEM TETO NA LUTA PELO
DIREITO À MORADIA NA CIDADE MÃE DE SERGIPE (2016 - 2023)

Dissertação de Mestrado apresentada para
Banca de Defesa do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Sergipe -
PROSS/UFS, como requisito para a obtenção
do título de Mestre em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Nelmiros Ferreira da Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe / UFS

Prof Dr Jetson Lourenco Lopes da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Sergipe / UFS

Prof^a Dr^a Milena Fernandes Barroso (Examinador Interno)
Universidade Federal de Sergipe / UFS

Prof^a Dr^a Tereza Cristina Santos Martins (Examinador Suplente)
Universidade Federal de Sergipe / UFS

Às nossas ancestrais, mulheres, lutadoras do povo brasileiro.

*O olhar das mulheres com quem compartilho resistência
Tem uma ternura e uma rebeldia própria das lutadoras do povo;
O olhar dessas mulheres me diz das utopias necessárias.
Junto com as mãos dessas mulheres que ousa plantar
sementes de esperança e sorrir,
Apesar de tantas dores que as consequências desse sistema
de morte nos causam;
Essas mãos com as quais carrego bandeiras de luta
São fortes e quando elas erguem os punhos,
A gente sente a coragem que emana desse gesto.
Essa força das mulheres com quem compartilho resistência
É como luz ao fim do túnel
Que traz a convicção de que esse nosso caminho
É o único caminho a seguir!*

Rosa Negra

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu Orí, que não me desamparou durante a caminhada. A Deus e aos meus Orixás, que me mantiveram firme e de cabeça erguida para dar conta dos obstáculos. Foram eles quem me fizeram mais forte! Adupé!

À toda minha família, em especial, aos meus avós Vilmo e Maria Helena, que me criaram com base no amor e no respeito e que, mesmo sem estudos, me ensinaram que somente através da educação, eu poderia ocupar lugares por eles nunca imaginados. À minha mãe Cristiane, que sempre me incentivou a viver e buscar o que acredito. Às minhas sobrinhas Cecília, Isabela e Luíza. Vocês são o amor mais puro e genuíno que eu já conheci. À minha companheira Thayane Rocha, que em tempo algum mediu esforços para que eu tornasse os meus sonhos possíveis, você e os nossos filhos de 4 patas, Willy, Cotozinho, Estrela, Lisa e Galego, tornaram esse processo menos árduo. Amo ser família com vocês!

Às companheiras de luta da Ocupação Cabrita, especialmente à Jielza, Enoi, Mãe Kelly de Osún, Vânia e Dona Joana, por tornarem possível a realização dessa pesquisa. Lutadoras do povo, que não se deixaram sucumbir diante do sistema. Sou honrada em aprender tanto caminhando ao lado de quem vive a realidade da classe trabalhadora nesse país sem esmorecer. Finalmente, parte dessa história de insurgência está documentada. O mundo precisa conhecer vocês.

Ao Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD, por continuar me mostrando que é somente com a organização popular que se pode fazer a transformação social. Com vocês, companheiros, sinto que sigo o horizonte para a revolução através da luta do povo, com força e compromisso. Aqui, também dedico aos meus amigos e companheiros sergipanos, Levy, Karol, Eli e Neide, da Secretaria Operativa do MTD Sergipe. Sou grata por seguirmos juntos em um propósito!

Agradeço à minha querida orientadora desde 2019, Nelmiere Ferreira, para mim, Nel. Mais que orientadora, companheira e amiga, serei eternamente grata por tudo! Ao Departamento de Serviço Social - DSS/UFS e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PROSS/UFS. Tenho orgulho de ser filha dessa casa! Por fim, agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - FAPITEC/SE, pelo financiamento desta pesquisa através do edital de fomento 12/2022.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado propõe uma análise a partir da realidade concreta em sua dinâmica contraditória com propósito central de apreender a incidência política das lideranças femininas da Ocupação Cabrita, localizada em São Cristóvão-SE (2016 a 2023), à luz do contexto da luta pelo direito à moradia e regularização fundiária. Fundamentada na abordagem materialista histórico-dialética, a pesquisa reconhece a indissociabilidade das categorias classe, raça e gênero como prismas essenciais para apreender as complexas formas de opressão e resistência vivenciadas por mulheres pobres, em sua maioria negras e pardas, num espaço urbano marcado pela reprodução das desigualdades estruturais. Trata-se de uma pesquisa-ação documental e bibliográfica, de natureza exploratória e caráter quali-quantitativo que à luz da abordagem da totalidade da vida social extrapola a pseudoconcretude das diversas determinações e mediações da realidade concreta (Kosik, 1995). Os resultados obtidos a partir das leituras e levantamentos de dados, apontam para a necessidade de intensificar uma organização política permanente contra toda e quaisquer forma de opressão, frente a luta coletiva do conjunto da classe trabalhadora, uma vez que as opressões de gênero se entrelaçam com as desigualdades socioeconômicas, afetando particularmente, as mulheres latino-americanas, pobres e negras, filhas da classe laboral que não têm acesso à moradia e ao conjunto de políticas de proteção social. O estudo demonstra que a experiência das mulheres da Cabrita não pode ser compreendida isoladamente por uma dimensão única. Pelo contrário, a pobreza material, combinada à racialização histórica que as posiciona no limiar da exclusão, e à opressão de gênero que subordina suas vozes e corpos, formam conjuntamente uma matriz que condiciona sua inserção social e política. Nesse sentido, a luta por moradia e direitos sociais, articula simultaneamente a luta contra o capital, o racismo e o patriarcado, em um movimento que transcende a reivindicação territorial e se mostra enquanto parte de um processo de caráter emancipatório, revolucionário e transformador. As lideranças femininas do território emergem como sujeitos coletivos que, a partir do chão ocupado, constroem estratégias de resistência e organização popular, enfrentam as expressões multifacetadas da violência estrutural e disputam espaços de poder, a fim de lhes garantir “vez e voz” fundamentais na formulação e contestação de políticas públicas, evidenciando a importância de sua participação efetiva para a democratização da cidade, ainda que nos limites da emancipação política.

PALAVRAS-CHAVE: Luta Política por Moradia. Mulheres Trabalhadoras em Ocupação. Direito à Moradia. Consustancialidade de Classe, Raça e Gênero.

RESUMEN

Esta tesis de maestría propone un análisis a partir de la realidad concreta en su dinámica contradictoria, con el propósito central de comprender la incidencia política de los liderazgos femeninos de la Ocupación Cabrita, ubicada en São Cristóvão-SE (2016 a 2023), a la luz del contexto de la lucha por el derecho a la vivienda y la regularización de tierras. Fundamentada en el enfoque materialista histórico-dialéctico, la investigación reconoce la indisociabilidad de las categorías clase, raza y género como prismas esenciales para comprender las complejas formas de opresión y resistencia vividas por mujeres pobres, en su mayoría negras y mestizas, en un espacio urbano marcado por la reproducción de desigualdades estructurales. Se trata de una investigación-acción documental y bibliográfica, de naturaleza exploratoria y carácter cuali-cuantitativo que, a la luz del enfoque de la totalidad de la vida social, extrapola la pseudoconcreción de las diversas determinaciones y mediaciones de la realidad concreta (Kosik, 1995). Los resultados obtenidos a partir de las lecturas y levantamientos de datos señalan la necesidad de intensificar una organización política permanente contra toda y cualquier forma de opresión, frente a la lucha colectiva del conjunto de la clase trabajadora, ya que las opresiones de género se entrelazan con las desigualdades socioeconómicas, afectando particularmente a las mujeres latinoamericanas, pobres y negras, hijas de la clase trabajadora que no tienen acceso a la vivienda ni al conjunto de políticas de protección social. El estudio demuestra que la experiencia de las mujeres de Cabrita no puede ser comprendida de manera aislada ni a través de una única dimensión. Por el contrario, la pobreza material, combinada con la racialización histórica que las posiciona en el umbral de la exclusión, y con la opresión de género que subordina sus voces y cuerpos, forman conjuntamente una matriz que condiciona su inserción social y política. En este sentido, la lucha por vivienda y derechos sociales articula simultáneamente la lucha contra el capital, el racismo y el patriarcado, en un movimiento que trasciende la reivindicación territorial y se revela como parte de un proceso de carácter emancipador, revolucionario y transformador. Los liderazgos femeninos del territorio emergen como sujetos colectivos que, desde el suelo ocupado, construyen estrategias de resistencia y organización popular, enfrentan las expresiones multifacéticas de la violencia estructural y disputan espacios de poder, con el objetivo de garantizarse “voz y voto” fundamentales en la formulación y disputa de políticas públicas, evidenciando la importancia de su participación efectiva para la democratización de la ciudad, aunque dentro de los límites de la emancipación política.

PALABRAS CLAVE: Lucha Política por la Vivienda. Mujeres Trabajadoras en Ocupación. Derecho a la Vivienda. Consustancialidad de Clase, Raza y Género.

LISTA DE SIGLAS

APPROC - Associação de Pequenas e Pequenos Produtores Rurais da Cabrita

BDTD - Banco de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF - Constituição Federal do Brasil

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EC - Emenda Constitucional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MCMV - Minha Casa, Minha Vida

MOTU - Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos

MTD - Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PBF - Programa Bolsa Família

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNPM - Plano Nacional de Políticas para Mulheres

PPTR - Políticas de Transferência de Renda

RASEAM - Relatório Anual Socioeconômico da Mulher

REURB - Regularização Fundiária Urbana

REURB-S - Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social

RI UFS - Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe

RMA - Região Metropolitana de Aracaju

UFS - Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE FIGURAS (TABELAS, GRÁFICOS, QUADROS)

Quadro 01 - Necessidades de Intervenção, Grau de Intervenção e Programas de Atendimento em Assentamentos Precários.....	83
Quadro 02 - Territórios/Assentamentos Diagnosticados no Produto 3 do PLHIS.....	84
Quadro 03 - Violência e Violações de Direitos Ocorridos na História da Ocupação Cabrita (2014-2024).....	108
Quadro 04 - Ações/Atividades/Formações Políticas no Território.....	103
Quadro 05 - Parcerias com Órgãos Públicos em Ações/Atividades no Território.....	116
Quadro 06 - Frentes de Luta, Movimentos Sociais e Órgãos Públicos Identificados nas Ações da Ocupação Resistência da Cabrita (2014-2025).....	122
Quadro 07 – Participação das Mulheres da Cabrita em Espaços de Poder Público.....	124
Quadro 08 - Reportagens/matérias/postagens públicas sobre a Participação das Mulheres da Cabrita em Espaços de Poder Público.....	125

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Grau de Intervenção nos Assentamentos.....	87
Mapa 02 - Território da Cabrita onde Vivem as Famílias Ocupantes - Marcador no <i>Ilé Asé</i> <i>Osún Ypondá</i>	88

LISTA DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Registro Fotográfico 01 - 03 anos de reocupação do território da Cabrita.....	119
Registro Fotográfico 02 - Faixa na Entrada da Cabrita em 2018.....	120
Registro Fotográfico 03 - Atividade "Resistência com Resiliência" em celebração ao Dia da Consciência Negra e Aniversário de 25 anos da Ocupação Resistência da Cabrita.....	121
Registro Fotográfico 04 – Jielza Correia, moradora da Ocupação Resistência da Cabrita na 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de São Cristóvão na UFS.....	127

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2.MULHERES ATRAVESSADAS PELAS QUESTÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE DE CLASSES.....	38
2.1 Pensamento Marxista e a emancipação da mulher intrinsecamente ligada à superação do capitalismo.....	42
2.2 Subvertendo Paradigmas: Opressões e desigualdades de classe, raça e gênero, categorias que se consubstanciam.....	46
3. A QUESTÃO URBANA E A LUTA DAS MULHERES POR DIREITO À CIDADE E A MORADIA NO BRASIL.....	53
3.1 A Cidade do Capital: cotidiano de mulheres em situação de segregação sócio-espacial, violência e pobreza na realidade brasileira.....	58
3.2 O Estado e Agenda de Política Urbana em Tempo de Crises do Capital e Contrarreformas: mulheres na luta por moradia e direito à cidade.....	64
4. A INCIDÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES SEM TETO NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA NA CIDADE MÃE DE SERGIPE (2016 - 2023)	79
4.1 Ocupações e as expressões da questão urbana: “questão social” e os desafios das lutas por moradia e regularização fundiária do território em São Cristóvão - SE (2016-2023).....	80
4.1.1 Quem somos: perfil socioeconômico das lideranças femininas da Ocupação Resistência da Cabrita no município de São Cristóvão-SE.....	98
4.1.2 Como lutamos: Ações/atividades organizadas e desenvolvidas pelas mulheres no chão da Ocupação da Cabrita (2016 - 2023).....	103

4.2 Sem Feminismo, não há Socialismo: os espaços de poder ocupados pelas mulheres residentes da base organizada pelo Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos na “Cidade Mãe de Sergipe”.....	124
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136
7. ANEXOS.....	150
8. APÊNDICES 01 e 02.....	155

1 INTRODUÇÃO

Ao contextualizarmos/problematizarmos aspectos da realidade concreta, percebe-se que, a desigualdade social entre homens e mulheres está imbricada nas raízes do patriarcado, e nesse sentido, Frederick Engels (1968), na célebre obra “Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado¹”, afirma que a primeira opressão ocorreu a partir da dominação do homem sobre a mulher e depois, mediante a inserção na sociedade de classes. Logo, tratar das desigualdades entre seres de sexo “oposto” nos induz apreender o mundo para além da pseudoconcreticidade, tendo em vista a destruição real das relações percebidas na imediatez do pensamento a fim de desenvolver um conhecimento em sua essência (Kosik, 1976). Outrossim, torna-se preciso centrar nas relações de produção e reprodução ontológica, ao apreender o fenômeno na totalidade da vida social (Lukács, 1979).

Na direção crítica social que adotamos para esta proposta de dissertação, tomamos como base material-histórica a gênese dos processos de lutas pelo acesso à terra, cuja raízes encontram-se nos processos de acumulação primitiva. Esse processo tem raízes na apropriação originária e da terra que vai do pré-capitalismo ao modo de produção capitalista. Acerca desse aspecto, Karl Marx (2017, p. 787) apreende que "a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo" e a expropriação, portanto, representava uma modificação no regime de propriedade, enquanto elemento catalisador da transformação nas relações sociais. No âmbito dessa dinâmica, a relação com a terra implicava a expropriação e privatização de terras que anteriormente eram de uso comum ou coletivo, estabelecendo assim, as bases para a formação da propriedade privada e a concentração de poder e riqueza nas poucas mãos dos detentores dos meios de produção.

Nesse sentido, assinala Karl Marx (2017) que ao longo do processo histórico, a expropriação da terra, considerada um fenômeno vivenciado da transição do feudalismo para o capitalismo até os complexos processos de urbanização contemporâneos, reproduziram intensos conflitos. Esse contexto, analisado na obra “O Capital” de Karl

¹ A obra é referência para a compreensão da estrutura da sociedade - desde o estado selvagem, a barbárie até a chegada da civilização -, Friedrich Engels (1820-1895) interpreta as investigações de Lewis Morgan (Estados Unidos, 1877) e enriquece os detalhados estudos de Karl Marx sobre a análise materialista da história.

Marx, detalha o momento de separação dos/das trabalhadores/as de seus meios de produção, caracterizado como expropriação. Este fato evidenciou-se durante a era da acumulação primitiva, onde camponeses foram expulsos de suas terras, transformando-os/as em proletários/as. Destarte, através do processo de expropriação, os/as camponeses/as perderam sua autonomia, sendo forçados/das a vender sua força de trabalho, ao tempo que formaram o chamado exército industrial de reserva.

Assinala-se que a partir das características da acumulação primitiva clássica que visualizamos aspectos da origem do processo de mercantilização capitalista da terra. Nesse sentido, David Harvey (2013) endossa a compreensão que a acumulação primitiva está presente na contemporaneidade e a denomina de “acumulação por espoliação”. Conforme Harvey (2013), o sistema capitalista necessita em determinados períodos, marcadamente nos quadros de ondas longas de crises orgânicas, reproduzir processos de acumulação do capital cujo fim é a superacumulação de mais-valor.

É na origem da propriedade privada que se verifica a raiz da dinâmica do capitalismo, a exploração do trabalho, base fundamental para a acumulação de riqueza e poder. Esse processo de produção e, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do/a trabalhador/a que se transforma continuamente em mercadoria, em capital e em valor, o qual suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que comprem pessoas, em meios de produção que se utilizam dos/as produtores/as (Marx, 2017).

O Estado, sob a hegemonia da burguesia, desempenhou/desempenha um papel crucial como aliado na consolidação do sistema capitalista, apoiando as condições que permitiram a exploração/superexploração e acumulação de capital. Embora o modo de produção ainda não tivesse um caráter especificamente capitalista, a pactuação entre o Estado e a burguesia foi fundamental para estabelecer as bases do sistema e garantir sua expansão no espaço. Essa aliança entre o Estado e a classe dominante teve implicações significativas ao desenvolvimento do capitalismo e nas dinâmicas de poder que moldaram a sociedade de classes, assim assinalado no Manifesto Comunista, Marx e Engels “O governo

é o conselho de administração que rege os interesses coletivos da classe burguesa²” (1848 s/p).

As raízes universais desse fenômeno transversalizam a partir de mediações sócio-históricas sinalizando no panorama contemporâneo, sob a égide do capital monopólico, as produções e reproduções das relações sociais no espaço, conformando velhas e reatualizadas mazelas sociais, configuradoras das expressões da "questão social", as quais assumem novas roupagens na atualidade. Sem, contudo, perder a determinação medular pela força metabólica da financeirização, produzir e reproduzir mais-valor, revigora-se enquanto estratégia do processo de acumulação ampliada de geração de superlucro. Destarte, determina-se pela relação capital/trabalho sob a dinâmica intensificada da exploração e da lógica de valorização do valor, cuja compreensão em sua totalidade só é possível através da Lei Geral da Acumulação Capitalista³:

Com a acumulação de capital e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que a acompanha, cresce a súbita força de expansão do capital também porque o crédito, sob qualquer estímulo particular, põe, num instante, à disposição da produção, como capital adicional, parte incomum dessa riqueza (Marx, 1984, p. 20).

Nesse sentido, configura-se a base estruturante dos fundamentos da "questão social" enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, apreendidas como expressões ampliadas das desigualdades sociais, entre estas, a desigual relação de classe, raça e gênero. Nesta face dos marcadores de gênero, as mulheres se constituem como principais alvos destes reflexos, pois em razão do machismo e do patriarcado arraigados na formação sócio-histórica do Brasil, podemos localizar na atual conjuntura, a exponencialidade das desigualdades entre homens e mulheres, à luz da lógica da competitividade que metaboliza assimetrias de gênero, configurando as mais diversas formas de superexploração e desdobrando na cultura da violência de classe, gênero e raça.

A partir dos aspectos universais reproduzidos na sociabilidade do capital, apreendemos como essa estrutura e dinâmica societária se apresenta na realidade da

² A citação refere-se a afirmação central do Manifesto Comunista, escrita por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, ao descreve o papel do Estado em uma sociedade de classes, como um instrumento usado pela burguesia para proteger e promover seus próprios interesses econômicos e de classe.

³ A Lei Geral de Acumulação capitalista, exposta no capítulo XXIII de “O Capital”: A lei geral é um efeito que permite enxergar a causa das crises como fenômeno imanente ao capitalismo, a despeito das múltiplas formas que estas podem assumir conjuntamente. Por um lado, não se pode dizer que a lei geral é uma forma de manifestação das crises, porque essa lei tendencial é desenvolvida em um nível de abstração em que as crises são apenas uma possibilidade abstrata.

formação sócio-histórica do Brasil. Outrossim, adentramos nos aspectos da particularidade da acumulação primitiva no Brasil, o qual também esteve intrinsecamente ligado ao monopólio privado da terra. A formação de latifúndios desempenhou um papel significativo nesse processo, caracterizando-se por um cultivo predatório da terra, tornaram-se um meio de concentração de terras nas mãos de uma elite dominante, favoreceu a expropriação da população nativa e a exploração do trabalho escravo. Assevera Montañó; Duriguetto (2011, p. 87) “Conforme a terra transforma-se em meio de produção, apropriada pelo capitalista essas duas classes (proprietários de terras e de capital) tendem a fundir-se em uma só”.

Portanto, a formação do capitalismo brasileiro, *sui generis*⁴, está intrinsecamente ligada à questão agrária enquanto concentração fundiária e mecanismo de acumulação primitiva de capital. A terra passa a ser uma mercadoria, cujo valor cresceu paralelamente ao desenvolvimento do sistema capitalista, no Brasil. Sua mercantilização desencadeou a apropriação desigual do espaço, seja ele urbano ou rural. As relações capitalistas de produção refletiram diretamente nas formas de ocupação do espaço. Dessa forma, sendo o valor a expressão do uso, a apropriação da terra gerou um conflito entre os proprietários e aqueles/as que necessitam dela.

Logo, com a ampliação dos núcleos urbanos os conflitos sociais que envolvem o campo e a cidade têm vindo à tona de forma cada vez mais contundente, seja através das ações de protestos de segmentos da classe trabalhadora, engajadas/dos em diversas lutas sociais, seja através da reação do Estado e da classe que detém os meios de produção no capital e o poder, seja ainda, diretamente expressas na forças emergentes dos movimentos sociais e coletivos que têm sócio-territorializados suas bandeiras e agendas de lutas no cenário do século XXI (Fernandes, 2023).

Acerca da produção capitalista do espaço, Harvey (2005) descreveu como a cidade tornou-se um espaço de reprodução do capital. A gentrificação, por exemplo, pode ser vista como uma forma moderna de expropriação, onde residentes de áreas urbanas de baixa renda são deslocados pela chegada de populações mais afluentes e pelo desenvolvimento imobiliário. Assim, a cidade é palco de constantes lutas de classes relacionadas ao uso e à

⁴ Na Obra Dialética da Dependência, o Sociólogo Ruy Mauro Marini traz aspectos referentes as particularidades do capitalismo latino-americano, em especial no Brasil, chamando-o de *sui generis* - Expressão em latim que significa de “seu próprio gênero” ou “único em sua espécie”. Ela indica que algo é particular, peculiar, único.

propriedade do espaço. A expropriação urbana é uma extensão da lógica capitalista que busca constantemente novas formas de supervalorização do capital, portanto, não deve ser vista apenas através de uma lente econômica, mas também como um fenômeno intrinsecamente político e social que se movimenta de maneira ainda mais complexa.

Nessa perspectiva, Oliveira (2009) expressa que, no Brasil, o adensamento populacional, especificamente no século XX, ocorreu através da exploração de uma classe (os/as trabalhadores/as) que, desprovida de bens e condições de subsistência migravam de acordo com o nível de incentivos industriais que eram ofertados. Sem muitas condições de acesso a moradia, os/as trabalhadores/as começaram a construir suas casas em áreas próximas às indústrias, ocupando terrenos em áreas faveladas, ou residindo em habitações coletivas como os cortiços, estalagens e casas de cômodo, pois os custos para residir em uma casa em áreas centrais transcendiam o preço da sua força de trabalho.

No Brasil, a análise da segregação sócio-espacial tem sido uma ferramenta fundamental para compreender os distintos padrões de vida da população e seus impactos na configuração urbana. Este estudo não apenas desvenda as disparidades socioeconômicas e espaciais, mas também lança luz sobre as complexas interações entre fatores como renda, etnia, gênero e acesso a serviços e oportunidades a partir de uma experiência local-regional.

Assim, as desigualdades no espaço urbano retratam a lógica segregadora do sistema capitalista, uma vez que a segregação sócio-espacial compreende também aspectos segregadores de classe, logo a terra urbana e o acesso à moradia não estão disponíveis para todos/as os/as cidadãos/ãs, principalmente em locais privilegiados, com infraestrutura adequada, equipamentos sociais e facilidade de acesso. Dessa forma, os espaços urbanizados se constituem em uma mercadoria cara para a maioria da população que tem o acesso à renda fragilizado, pois o processo de reprodução da vida social ocorre de forma desigual e combinado, transformando as cidades em lugares de especulação financeira e imobiliária.

Logo, faz-se fundamental pautar os aspectos que imbricam o papel da mulher numa sociedade opressora que reproduz desigualdades de classe, gênero e etnia sob a cultura do patriarcado, do machismo e sexismo presentes no cotidiano de famílias ao longo do processo da formação sócio-histórica brasileira. Outrossim, visualizamos a reificação de velhas práticas conservacionistas de relações gênero, cujo imaginário esconde a concretude

em detrimento do patriarcado oriundo do sistema capitalista, apresentando-se como face da tríade Família, Estado e Propriedade Privada, assim retratada na obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, escrita em 1884 por Friedrich Engels (1820 – 1895)⁵.

Nessa direção, Karl Marx (1998) vê a família como a primeira propriedade dos sujeitos na qual a sociedade burguesa explora a força de trabalho de todos os seus membros, de mulheres às crianças, sujeitando-os ao processo de alienação do capital. Sublinha-se que, é no interior da sociabilidade do capital que se constrói a cultura das diferenças de gênero, a qual tratou de estereotipar a condição da mulher de frágil e submissa, enquanto o homem estaria sempre no topo da hierarquia. Nesta sociedade de classes, as questões étnico-raciais e de gênero são atravessadas pelos valores burgueses do homem/mulher branco e heteronormativo, além das relações subordinadas à população trabalhadora pobre, negra, e feminina das periferias, alvo-direto da violência estrutural e social.

O conceito de gênero tem sido amplamente discutido nas Ciências Sociais como uma categoria fundamental para a análise histórica e compreensão das relações sociais. Através dessa abordagem, é possível compreender as relações de poder e desigualdade entre homens e mulheres, bem como o papel das lutas feministas na busca pela igualdade de oportunidades e direitos. Segundo Scott (1995), o conceito de gênero refere-se às diferenças sociais entre homens e mulheres que são construídas culturalmente, não sendo determinadas biologicamente. Essa construção social do gênero é fundamental para compreender como as relações de poder e as desigualdades são moldadas e perpetuadas na sociedade.

O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM, 2024) destaca desafios enfrentados pelas mulheres brasileiras, como a sobrecarga do trabalho reprodutivo, afetando 4,3 milhões de chefes de famílias monoparentais, majoritariamente negras e pardas (65,8%). Essa sobrecarga limita sua inserção no mercado de trabalho, agravando

⁵ A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, escrita em 1884 por Friedrich Engels (1820 – 1895). É um tratado materialista histórico de Friedrich Engels lançado em 1884. Baseia-se especialmente em notas escritas por Karl Marx no livro *Ancient Society* (1877) do antropólogo estadunidense Lewis H. Morgan. O livro é um trabalho antropológico primitivo e é considerado como um dos primeiros grandes trabalhos sobre economia familiar.

desigualdades. Apesar de avanços na participação feminina na força de trabalho, de 49,3% em 2020 para 52,5% em 2022, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas.

A pobreza no Brasil apresenta um recorte de gênero e raça que se consubstanciam. Em 2022, 36,5% dos domicílios chefiados por mulheres negras ou pardas estavam abaixo da linha de pobreza, comparado a 18% dos domicílios chefiados por mulheres brancas (RASEAM, 2024). Políticas de Transferência de Renda (PTR) como o Programa Bolsa Família (PBF), com 82,9% de mulheres como titulares, têm papel crucial na redução dessas desigualdades. Contudo, mesmo com maior escolaridade feminina, as oportunidades no mercado de trabalho e nos espaços de poder continuam expressivamente limitadas.

Vejamos que, mesmo estando inseridos/das na atual conjuntura política brasileira, pós 4 anos sob um governo de extrema-direita que foi marco do século XXI enquanto agente condutor das contradições do sistema capitalista no Brasil, sob a gestão de um governo considerado da esquerda progressista, o Brasil ainda ocupa a posição de país com menor representatividade da mulher no parlamento. A representação feminina na política brasileira é uma das mais baixas do mundo, com apenas 14,8% dos assentos na Câmara dos Deputados ocupados por mulheres, onde, mesmo com o aumento de candidaturas femininas entre 2018 e 2022, a taxa de sucesso é de apenas 3,3%, onde a liderança política segue dominada por homens, cenário esse que aponta para a necessidade de estratégias que promovam a participação política feminina e a equidade de gênero nas esferas de poder (IBGE, 2024).

Ademais, esta posição reflete o quanto o patriarcado continua perpetuando as relações desiguais entre homens e mulheres, e aqui, exemplificamos a votação no último dia 12 de junho de 2024, onde fora posto a urgência de um Projeto de Lei, a PL 1904, que em seu texto equipara o direito ao aborto, à crime de homicídio, estabelecendo aplicação de pena nos abortos de fetos com mais de 22 semanas⁶. Com base no cenário de avanços das forças conservadoras indagamos: *a quem interessa o controle sobre os corpos das mulheres e a marginalização das suas organizações políticas?*.

As raízes da formação sócio-histórica da sociedade brasileira são constitutivas da base material do estado de classes que hegemonicamente reproduzem as velhas relações

6

<https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/06/13/camara-aprova-urgencia-de-texto-que-equipara-aborto-a-crime-de-homicidio-entenda-o-que-e-o-aborto-legal-e-quando-ele-e-permitido.ghml> <https://www.camara.leg.br/noticias/1072249-camara-aprova-urgencia-para-projeto-que-equipara-aborto-de-gestacao-acima-de-22-semanas-a-homicidio>.

machistas/misóginas estruturantes do patriarcado que, sob a hegemonia do estado, fecundam as relações de opressão que colocam o Brasil no *ranking* de violência contra a mulher reconfigurando a face atual da miséria da razão à luz da barbárie cotidiana expressas nas alarmantes taxas de agressão e feminicídios que, entre 2021 e 2022, houve a taxa de aumento de 5,5% dos casos no País. Na atualidade, as estatísticas têm revelado o aviltamento das expressões da questão social, inerentes a crise estrutural do mundo do trabalho cuja quadro apresenta as alarmantes taxas desemprego, precarização, superexploração agudizadas pela agenda de políticas ultraneoliberais de contrarreformas do Estado que têm retirado direitos, expropriados fundos públicos, subfinanciado e/ou desfinanciado as políticas sociais (Behring e Evilázio, 2020).

Muitos são os desafios mediante os retrocessos que estiveram em pleno andamento, como a reforma trabalhista aprovada no governo Michel Temer (2016 – 2018) e a reforma da previdência proposta na gestão de Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2023). Em tempo difuso, caracterizado pelos governos neofacistas, a estrutura do capital agudiza-se, forjando novas expressões da velha “questão social”, reeditando processos de violação dos direitos que atingem veemente a classe trabalhadora, especialmente, as mulheres pobres moradoras das periferias urbanas. Nos processos contemporâneos, a Lei da Acumulação capitalista em seu galopante anseio por abstrações de lucro, reedita renovadas bases sociais de reprodução do capital sob a lógica da financeirização.

Neste cenário, os sinais de embrutecimento das condições de vida e a destruição de direitos conquistados revelam os processos de expropriação com aumentos de indicadores da precarização das famílias em situação de pobreza, dinamizado por agendas contrarreformistas e ultraneoliberais que agilizaram nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016 - 2022), trazem marcadores de retrocessos aos direitos sociais. Uma conjuntura golpista que culminou no *impeachment* da presidenta legítima, Dilma Rousseff, aviltando retrocessos mediante práticas antidemocráticas, nos levou a delimitar o recorte temporal desta pesquisa. Entretanto, vale ressaltar que os quadros de exponencialização da barbárie e da miséria foram agilizados nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, mas não se resumem a estes agentes públicos, pois se trata da complexidade da atual fase imperante do sistema capitalista monopólico financeiro que, em face de governos

(ultra)conservadores e de extrema direita, implantou agendas devastadoras da proteção social.

Assim, à luz da dinâmica atual da agenda política governamental, ainda que sob a gestão “progressista” do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Estado responde as diretrizes da agenda de mercado, daí, reverberam os exponenciais indicadores da pobreza, violência e desumanização revigorados em novas refrações da “questão social”, sob o legado sócio-histórico das raízes plantadas pelas elites oligárquicas brasileiras e do grande capital internacional nas últimas décadas do atual século, relevando a intensificação do cenário de miséria e retrocessos com tendência de medidas de ajustes regressivos de direitos. Entre as políticas alvo de ação governamental, cabe destacar a saúde, a educação, a cultura, o esporte, o lazer, a alimentação de qualidade e entre as diversas expressões da desigualdade social, a questão da moradia ainda aparece enquanto uma manifestação concreta do sistema capitalista que tem exponencializado estatísticas dos descasos e abandono do compromisso constitucional junto às famílias que historicamente são segregadas. Outrossim, sendo tratada como mercadoria e não enquanto direito constitucional, a moradia, fundamental a dignidade humana, tem sido alvo de agendas de políticas econômicas focalizadas no mercado imobiliário, ainda que a Emenda Constitucional (EC) nº 26, em 14 de fevereiro de 2000, tenha consagrado o artigo 6º, da Constituição Federal de 1988, o direito humano fundamental à moradia, como um direito social fundamental do/da cidadão/ã Emenda Constitucional (EC).

À vista do panorama destacado acima, Soares Santos (et. al. 2023) mostra em seus estudos o cenário atual, cuja dados do Censo Demográfico de Aglomerações Subnormais⁷ visibilizam a crescente tendências das desigualdades socioambientais nas cidades brasileiras. Cerca de 97% das favelas estão aglomeradas nos territórios das cidades que possuem mais de 500 mil habitantes; 83 milhões de habitantes não são atendidos/as por sistemas de esgoto e 45 milhões de pessoas não têm acesso aos serviços de água potável,

⁷ Conforme o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023)**, as aglomerações subnormais envolvem as formas de ocupação irregular do solo urbano, caracterizadas pela **irregularidade fundiária**, pela **urbanização precária** e pela **deficiência ou ausência de serviços públicos essenciais**, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, fornecimento de energia elétrica e coleta de resíduos sólidos. Essas áreas, que englobam favelas, invasões e loteamentos irregulares, configuram espaços de vulnerabilidade socioespacial, nos quais a exclusão social e a precarização das condições de moradia são marcantes, exigindo a implementação de políticas públicas específicas para a garantia do direito à cidade (IBGE. Aglomerados subnormais 2023: Classificação e critérios de identificação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023).

entre outras mazelas sociais, a insegurança alimentar. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2022, aproximadamente 11,4 milhões de pessoas viviam em condições precárias de moradias e submoradias no Brasil.

A questão da habitação no Brasil é uma manifestação concreta das contradições do capitalismo, onde a moradia é tratada como mercadoria, e não como um direito fundamental. Segundo dados recentes do IBGE (2022) e do DIEESE (2022), aproximadamente 11,4 milhões de pessoas vivem em condições de moradias inadequadas no Brasil, abrangendo problemas estruturais, falta de saneamento básico e insegurança de posse. É notável um significativo aumento das ocupações irregulares, influenciado por fatores como a pobreza e a extrema pobreza, conforme apontado pelo “Mapa da Pobreza” divulgado pelo IBGE (2022), que revela que 29,6% dos brasileiros têm renda familiar inferior a R\$497 por mês. Especificamente em Sergipe, dados do IBGE (2023) indicam uma incidência de pobreza de 47,80%, enquanto em Aracaju esse índice é de 27,40%. Quanto à pobreza subjetiva, Sergipe registrou 51,46%, comparado a 26,70% em Aracaju. O Índice de *Gini*⁸ para Sergipe é de 0,50, enquanto para Aracaju é de 0,47. Essas estatísticas evidenciam um aumento preocupante da pobreza o que impulsiona o crescimento das ocupações irregulares, em áreas das periferias urbanas.

A garantia de direitos sociais passou a ser um elemento fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária. Como dispõe no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e infância, e a assistência aos/as desamparados/as, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988). Ou seja, o acesso à moradia é um dispositivo fundamental para a concretização desses direitos e sua ausência resulta em várias expressões da questão social.

Ao longo da história, a luta pela posse de terras sempre acarretou consequências significativas, como destacado pelo *site Que República é Essa* (2011), “por um longo período, a terra tornou-se uma mercadoria valiosa, sujeita ao rentismo e à especulação”. Isso resultou em um acesso limitado a uma parcela reduzida da população, o que apresentou desafios consideráveis para grupos com poucos recursos financeiros desde a

⁸ O Índice de *Gini*, criado pelo matemático italiano Conrado *Gini*, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos

colonização, como a ex-escravos/as, imigrantes e trabalhadores/as livres, que enfrentavam dificuldades para adquirir terras.

Apesar da existência de regulamentações fundiárias relacionadas às propriedades agrárias, a Lei de Terras de 1850⁹ acabou por favorecer predominantemente a expansão territorial dos grandes proprietários e sua apropriação ilegal das terras, negligenciando o acesso dos menos privilegiados. Em outras palavras, com a concentração nas mãos desses grandes proprietários, essas terras, que teoricamente deveriam ser destinadas à produtividade rural ou habitação familiar equitativa, acabam pertencendo apenas a grupos predominantemente de alto poder aquisitivo, intensificando ainda mais a desigualdade refletindo a dificuldade de acesso devido aos interesses comerciais.

Essa situação representa um desafio significativo para garantir o acesso à moradia adequada nos dias atuais, especialmente para em situação de intensa pobreza, que enfrentam dificuldades em encontrar moradias acessíveis devido ao alto custo da terra. Muitos/as terminam recorrendo a ocupações em locais privados ou públicos para estabelecerem suas residências, ficando sujeitos a remoções forçadas, e neste cenário encontramos a realidade de mulheres pobres, negras (pretas e pardas) historicamente expolida sob as intensas expressões de iniquidades.

No cenário atual, as expressões da “questão social” agudizam mediante os desmontes do estado de proteção aviltados no quadro da pandemia de COVID-19 que trouxe severos impactos frente ao significativo no aumento da pobreza e das ocupações irregulares em muitas partes do mundo, e especialmente nas periferias urbanas do Brasil, com destaque para a região Nordeste. Medidas de distanciamento social e restrições econômicas resultaram na perda de empregos e renda para milhões de pessoas, especialmente àquelas em trabalhos informais ou mal remunerados, com forte presença feminina. Isso levou mais pessoas, especialmente mulheres a viverem em situações ainda

⁹ A Lei de Terras de 1850, oficialmente conhecida como Lei nº 601, foi uma legislação brasileira que estabeleceu as bases para a política de distribuição e posse de terras no Brasil Imperial. Promulgada em 18 de setembro de 1850, durante o reinado de D. Pedro II, essa lei marcou o início do processo de privatização das terras devolutas, anteriormente consideradas propriedades do Estado. Com a Lei de Terras, a posse legal da terra passou a depender da compra, mediante pagamento, o que contribuiu para a concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários e para a exclusão dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Essa legislação teve um impacto duradouro na estrutura fundiária do Brasil e na questão agrária do País.

mais precárias, recorrendo a ocupações irregulares como forma de garantir abrigo e sustento.

Na atual conjuntura os dados mais recentes são reveladores da questão de moradia no Brasil, entre os vários aspectos destacamos o crescimento populacional como um dos principais impulsionadores da expansão das áreas urbanas. Segundo o censo do IBGE (2022), a população do país atingiu 203,1 milhões em 2022, representando um aumento de 6,5% em relação ao último censo realizado em 2010. Esse crescimento equivale a um acréscimo de 12,3 milhões de pessoas durante esse período.

Nesse cenário a estimativa do *déficit* habitacional no Brasil em 2022 foi de 6.215.313 domicílios, representando 8,3% do total de domicílios particulares ocupados no país (Fundação João Pinheiro, 2022). Em termos absolutos, o Sudeste e o Nordeste concentram a maior parte do *déficit* habitacional de moradias populares, com 2,44 milhões e 1,76 milhão de domicílios, respectivamente. O estudo da Fundação João Pinheiro (2022) também destaca a predominância de mulheres como responsáveis pelos domicílios, representando 62,6% do total de 3.892.995 domicílios deficitários. Esse dado sublinha a feminização da pobreza e a vulnerabilidade das mulheres nas questões habitacionais. Além disso, as pessoas negras são maioria em praticamente todos os componentes do *déficit* habitacional, exceto na região Sul, evidenciando o racismo estrutural que persiste no país.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019 mostram que mais de 5 milhões de domicílios no Brasil estão situados em assentamentos irregulares, conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, loteamentos ilegais, mocambos e palafitas. Entre 2019 e 2022, houve um aumento de cerca de 4,2% no *déficit* habitacional, passando de 5.964.993 para 6 milhões de domicílios. Esse crescimento aponta para a persistência e agravamento da crise habitacional no país, exigindo uma resposta urgente das políticas públicas. Infere-se que a distância das áreas urbanizadas pode se tornar um fator problemático, pois à medida que as áreas urbanas se expandem, por influência do aumento dos valores pelo mercado imobiliário, é possível que as pessoas se sintam obrigadas a residir em locais mais distantes do centro da cidade, em regiões muito das vezes marginalizadas.

Neste panorama observamos que a urbanização acelerada nas zonas periféricas, então transformadas em áreas de interesse imobiliário, resultou em deslocamentos massivos

de populações vulneráveis, como por exemplo, o Bairro Coroa do Meio em Aracaju/SE. O que demonstra que, mesmo Aracaju, capital do menor estado do Brasil, enfrenta pressão demográfica crescente, juntamente com especulação imobiliária, o que proporciona a transformação de áreas anteriormente negligenciadas ou ocupadas por comunidades de baixa renda em zonas altamente valorizadas. Assim, comunidades são deslocadas, o tecido social é desfeito e surgem novas formas de segregação e estratificação urbana. Além disso, o acesso a serviços básicos e a oportunidades econômicas torna-se mais desigual, exacerbando as tensões urbanas.

Nas particularidades de Sergipe, de acordo com dados do Observatório das Metrópoles (2023), houve um aumento significativo no número de domicílios na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) nos últimos 12 anos. Em 2010, foram registrados quase 300 mil domicílios particulares permanentes, enquanto em 2022 esse número ultrapassou os 400 mil, indicando um crescimento de quase 46%. Esse aumento expressivo representa aproximadamente 41% dos domicílios em Sergipe, totalizando 1.007.165 residências. Devido ao maior número de habitantes, essa ampliação pode acarretar várias consequências, sendo uma delas a alteração nos valores dos aluguéis devido às dinâmicas do mercado imobiliário.

Ainda de acordo com as informações do Observatório das Metrópoles (2023), na capital existem 48 mil residências particulares desocupadas. Destas, quase 35 mil permanecem sem uso. Nos demais municípios da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), Nossa Senhora do Socorro\SE tem o segundo maior número de casas desocupadas, totalizando cerca de 16 mil, seguido por São Cristóvão\SE e Barra dos Coqueiros\SE. Ou seja, essas áreas se expandem, a demanda por moradias aumenta resultando na elevação dos preços dos aluguéis devido à escassez de espaços disponíveis.

É importante destacar que no Estado de Sergipe, a situação é igualmente preocupante. Dados do Observatório de Sergipe (2022) indicam que 3% dos domicílios no estado, cerca de 24.256, são classificados como habitações precárias. Dessas, 4.842 são domicílios rústicos, como habitações em prédios em construção, viadutos, tendas, barracas, entre outros. Outros 19.414 são domicílios improvisados, sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, expondo as famílias a condições insalubres.

No movimento das tensões e conflitos por moradias as análises do *déficit* habitacional de moradias populares no Brasil e em Sergipe revelam a profundidade das desigualdades sociais e regionais no País. A concentração de mulheres e pessoas negras entre os responsáveis por domicílios deficitários e a prevalência de moradias irregulares são indicativos de problemas estruturais que necessitam de soluções integradas e inclusivas. Em Sergipe essa realidade se materializa em ocupações como a Cabrita, onde a luta por moradia digna reflete a resistência das classes trabalhadoras contra as políticas urbanas excludentes. A ocupação Cabrita, localizada no município de São Cristóvão/SE, “Cidade Mãe” de Sergipe, é um exemplo emblemático da luta pelo direito à moradia, sendo um espaço onde a organização comunitária é fundamental para enfrentar as adversidades impostas pela precariedade habitacional.

O município de São Cristóvão, localizado no Estado de Sergipe, apresenta uma área territorial de 438.037 km² e uma população de 95.612 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Essa configuração resultou em uma densidade demográfica de aproximadamente 218,27 habitantes por km², evidenciando um processo de crescimento urbano contínuo. A partir da década de 1980, observa-se um aumento populacional expressivo, especialmente na região da Grande Rosa Elze, principalmente associado à instalação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no município. Esse desenvolvimento impulsionou a criação de conjuntos habitacionais e loteamentos urbanos, muitos dos quais se estruturaram de maneira desconectada da sede municipal, refletindo uma dinâmica de urbanização fortemente influenciada pela proximidade com a capital, Aracaju (Santos, 2017).

No que diz respeito às condições habitacionais, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de São Cristóvão prevê desafios estruturais significativos, tais como a inadequação dos domicílios, a carência de infraestrutura básica e questões fundiárias que afetam a regularização da posse da terra. O estudo mencionado destacou, ainda, um crescimento populacional de 296% desde os anos 1980, o que reforça a necessidade de políticas habitacionais planejadas para atender à demanda crescente nos próximos 20 anos (Prefeitura de São Cristóvão, 2023)

Nesse contexto, o estudo de Santos (2017) sobre o Movimento Organizado dos/as Trabalhadores/as Urbanos - MOTU revela a importância da organização social e da luta da

classe trabalhadora no tocante ao direito à moradia no município São Cristovense. O MOTU - Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos, formado majoritariamente por mulheres, exemplifica a resistência coletiva e a busca pela derrocada de um sistema que empurra a população mais vulnerabilizada para a pobreza, miséria e barbárie.

O Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) surgiu em Sergipe como resposta à crescente demanda por moradia na Região Metropolitana de Aracaju (RMA). Essa demanda foi impulsionada por políticas habitacionais inadequadas e pela migração de pessoas do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida. Fundado com o apoio de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o MOTU fincou bandeiras no estado sergipano para enfrentar a concentração de terras nas mãos de poucos e a especulação imobiliária que dificultavam e continuam dificultando o acesso à moradia.

No entanto, conforme Santos (2017) as mulheres da ocupação da Cabrita não apenas lutam por habitação, mas também por reconhecimento e inclusão nos processos decisórios municipais. O autor aponta que a ocupação Cabrita, é caracterizada pela luta constante dos/das seus/suas moradores/as por infraestrutura básica, acesso a serviços públicos e regularização fundiária, enfrentando desafios que incluem a falta de saneamento adequado e a vulnerabilidade a despejos forçados pelo braço repressivo do Estado.

É com base nesses elementos introdutórios que vislumbramos uma tensa e contraditória realidade em que mulheres pobres e especialmente negras e pardas, vivenciam todas as formas de expressão da violência, reproduzidas pela estrutura de uma sociedade voltada para os interesses da reprodução de relações ancoradas na lógica da acumulação em detrimento da igualdade social e de gênero. A luta pelo direito à cidade, a partir da teoria em Marx, não é apenas uma luta por espaço físico, mas também por dignidade, justiça e direitos sociais atrelados ao enfrentamento ao capitalismo. Deste modo, ao apontar a luta das trabalhadoras que residem na base do movimento, resistindo por direito à moradia versus a intensificação da mercantilização, emerge o **objeto** de estudo desta pesquisa. Daí, partimos do pressuposto de ser mulher, pobre e preta vivendo segregada nas precárias condições de uma ocupação, é sobretudo, viver no tenso e desafiador processo de luta política contra um sistema que, além de machista, é racista, misógino e patriarcal.

A partir do objeto identificado lançamos **questões norteadoras da pesquisa**: *de que maneira as mulheres da Ocupação Cabrita, organizadas politicamente, influenciam e participam nos espaços de poder decisório em São Cristóvão-SE?; Como suas lutas articulam-se com as reivindicações por direitos sociais e participação social, especialmente, no que diz respeito à moradia e regularização fundiária do território?; Uma vez inseridas nos espaços de participação social no município, as lideranças da Ocupação da Cabrita tem “vez e voz” diante do processo de construção de um plano de ação para subsidiar as demandas do chão da comunidade?*

Tendo por base o objeto e as questões indagadoras, inferimos a seguinte **hipótese diretriz**: as lutas cotidianas pelo direito à moradia e o conjunto de políticas de proteção social são parte de uma agenda política de luta feminina contra a desigualdade social e opressão entre homens e mulheres enraizada no patriarcado, na expropriação da terra, na propriedade privada reificadas na base material da sociedade capitalista. Logo, trata-se de uma luta política e humana emancipatória, pois lutar por moradia e o conjunto de políticas sociais protetivas é também coletivizar o enfrentamento contra a sociedade capitalista.

Sendo assim, este estudo tem como **objetivo geral**, analisar a incidência das lideranças femininas da Ocupação da Cabrita, localizada no município de São Cristóvão-SE (2016 e 2023), frente à luta por direito à moradia nos espaços políticos da “Cidade Mãe de Sergipe”. E, como **objetivos específicos**: identificar espaços de poder ocupados pelas mulheres lideranças residentes e resistentes do território ocupado na “Cidade Mãe de Sergipe”; caracterizar e analisar o perfil socioeconômico das mulheres sem teto da APPPROC - Associação de Produtores Rurais da Cabrita; e, mapear ações/atividades organizadas e/ou desenvolvidas pelas mulheres no chão da ocupação da Cabrita, localizada no Assentamento Nossa Senhora D’Ajuda em São Cristóvão - SE, entre 2016 e 2023.

Assim, para apreendermos teórico-metodologicamente o objeto da pesquisa, adotamos a abordagem materialista-histórico e dialético, pois entendemos que se torna possível compreender que as lutas urbanas das mulheres da Cabrita será apreendida a partir da estrutura e movimento da realidade concreta, cujo o processo de abstração permite que a razão investigue com a finalidade de superar o caráter abstrato da expressão factual - quando se dá esse passo de abandonar o domínio da factualidade, conforme Karel Kosik na obra *Dialética do Concreto* (1995).

Nesta pesquisa, adotamos a **abordagem teórico-metodológica** materialista histórico-dialético, a qual se sustenta em importantes categorias analíticas como a totalidade, a historicidade e a práxis revolucionária. A totalidade diz respeito ao “conjunto de partes, articuladas entre si, com uma determinada ordem hierárquica, permeadas por contradições e mediações e em constante processo de efetivação” (Tonet, 2018, p. 116). Esta possui sua importância para o método, por caracterizar a realidade em si mesma. Já a historicidade, para o método, garante conhecer a origem e os processos sociais e históricos dos fatos que compõem a realidade, evitando que haja um “falseamento da realidade”, caso esses fatos não sejam analisados de maneira crítica, ou seja, além do que se mostra na imediatez.

Acerca do que venha a ser a referida teoria, Netto (2011) também desenvolve o conceito adotado por Marx (1998), que difere do seu significado vulgar e torna-se um conceito fundamental tanto para o desenvolvimento, quanto para a compreensão do seu método pelos futuros leitores. Nas palavras de Netto:

o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa (2011, p. 20 e 21).

Neste sentido, Netto (2011) enfatiza que na teoria de Karl Marx (1818 – 1883), a noção de ideal é completamente diferente de Friedrich Hegel (1770 – 1831), pois para este, o processo do pensamento é o que cria o real, tornando-o uma manifestação externa. Já para Marx (1968, p.16), ocorre o contrário: “o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado”. Por isso, o papel do sujeito é considerado fundamental e a sua relação com o objeto não possui um caráter de externalidade, pois o mesmo está implicado no próprio objeto, ou seja, na própria sociedade. Caracteriza o papel do sujeito como essencialmente ativo no processo de apreensão da essência, estrutura e dinâmica do objeto, mas coloca que para isso, o sujeito deve ser “capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação” (Netto, 2011, p. 25).

Com base na teoria e método materialista-histórico e dialético, procederemos à

apreensão fiel do objeto em seu movimento contraditório entre a negatividade e positividade do real, desmistificando a sua pseudoconcretude (Kosik, 1961). Assim, caracterizamos este estudo como uma pesquisa-ação de caráter exploratório e analítico, quanti-qualitativo do tipo documental e bibliográfico, cujo procedimentos técnicos adotados serão apreendidos a partir de referências criteriosamente elencadas.

Importa sinalizar que o método materialista histórico dialético é hegemônico na direção do projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro. Para tanto, o Serviço Social no Brasil assume o compromisso com a teoria crítica, a qual não consiste apenas em ler a realidade, mas interpretar e intervir na sociedade. Portanto, implementar essa articulação indissociavelmente, torna-se necessário, uma vez que no exercício profissional do assistente social:

Em primeiro lugar, o profissional necessita possuir uma visão global da dinâmica social concreta. Para isto, precisa conjugar o conhecimento do modo de produção capitalista com a sua particularização na nossa sociedade (ou seja, na formação social brasileira). Em segundo lugar, o profissional precisa encontrar as principais mediações que vinculam o problema específico com que se ocupa com as expressões gerais assumidas pela “questão social” no Brasil contemporâneo e com as várias políticas sociais (públicas e privadas) que se propõem a enfrentá-las. Em terceiro lugar, ao profissional cabe apropriar-se criticamente do conhecimento existente sobre o problema específico com o qual se ocupa (Netto, 2011, p. 31-32).

De acordo com Netto (2009), esses são elementos partes da etapa em que o profissional de Serviço Social pode desenvolver um processo investigativo de forma concreta, numa perspectiva que condiz com o método materialista histórico dialético, pois para que sua prática seja eficiente, ela precisa estar baseada e estruturada em conhecimentos sólidos e reais. Sendo assim, não há, sob nenhuma outra hipótese, a possibilidade de desenvolver esta pesquisa, que retratará aspectos da vivência nos espaços de poder em que mulheres pobres, negras e moradoras de ocupações rururbanas incidem politicamente, a partir de outra teoria social, frente a convicção da capacidade de apreensão e análise da dinâmica e estrutura do objeto desta pesquisa em sua totalidade concreta.

Sendo assim, na intenção de investigar a dinâmica e estrutura do movimento do objeto deste estudo, o percurso metodológico sistematiza-se em três etapas: **A primeira etapa** consiste em uma pesquisa documental, resultando no levantamento de fontes primárias e secundárias, relatórios de 2016 a 2022 que tratam das ações políticas

experienciadas, nas quais realizamos buscas em *sites* e portais de órgãos e instituições: Observatório Beatriz Nascimento; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE; Superintendência do Patrimônio da União - SPU; Portal da Prefeitura Municipal de São Cristóvão, bem como em documentos, atas e relatórios da De posse de relatórios e documentos digitais coletados nas fontes citadas, analisaremos seus conteúdos, focalizando as categorias e as diretrizes acerca da mulher sem teto no Brasil e em Sergipe. Logo, conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo, configura-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo apropriado e delimitado, “A análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2011, p.15).

Na **segunda etapa**, elencamos os fichamentos construídos a partir das referências que versam sobre Movimentos Sociais de luta por moradia no Brasil e em Sergipe, encontradas através das plataformas de pesquisa Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe - RI/UFS, utilizando dos descritores “Movimentos Sociais e Serviço Social”; “Questão Urbana e Serviço Social”; “Classe, Raça e Gênero e Direitos Sociais” e “Luta por moradia e Políticas Sociais”, tendo como critério para inclusão nas análises, as produções bibliográficas e documentais produzidas dentro do marco temporal desta pesquisa. Por fim, na **terceira etapa**, realizamos rodas de conversa, onde, através de métodos da educação popular, colhemos as informações para o preenchimento do questionário socioeconômico com as lideranças da comunidade, e o cruzamos com os dados e as informações obtidas nas fontes primárias e secundárias, para uma análise da realidade concreta. Além disso, de modo a qualificar as informações e subsidiar as demandas dos objetivos específicos, fora realizado um mapeamento de reportagens/matérias/publicações nas redes sociais e portais públicos, a fim de coletar relatos públicos no tocante às questões da comunidade, o que resultou na identificação dos nomes de algumas das lideranças que se destacam nesse processo, tornando possível a utilização destes, no corpo desta pesquisa, uma vez que os mesmo estão publicizados.

O interesse que motivou a propor a pesquisa com foco nesta temática, justifica-se frente à vivência no cotidiano do curso de Serviço Social, cuja diretriz da formação ético-política propõe um perfil profissional crítico na direção da construção de uma nova

ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (Iamamoto, 2009). Portanto, possibilita aproximação das leituras, debates, eventos, pesquisas e produções do conhecimento. Também, encontrou-se como elementos para a justificativa deste trabalho, a aproximação às categorias analíticas como, Gênero, Mulher, Estado e Questão Urbana, fundamentais, pois estes são tratados nos processos de trabalho, especialmente, na gestão, formulação e controle de políticas públicas para o enfrentamento à desigualdade de gênero e o direito à moradia.

Além disso, aponto também a minha trajetória enquanto militante dos movimentos sociais há 08 anos, como fator primordial para o desenvolvimento deste trabalho no âmbito da luta ao lado das mulheres da classe trabalhadora. Ainda na graduação, militante ativa do movimento estudantil, entre muitas das lutas travadas na universidade e no chão das comunidades, realizei o meu Estágio Supervisionado em Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Gilson Prado Barreto, localizado no bairro Rosa Elze, e que abrange parte do território do município de São Cristóvão, incluindo o Povoado Cabrita, onde o Assentamento Nossa Senhora D'Ajuda segue resistindo pela terra e moradia.

Durante o processo de estágio supervisionado no município, foi possível observar que as mais diversas expressões da “questão social” imbuídas nas demandas trazidas pelos usuários, atingiam veemente maior parte das mulheres daquele território, e o quanto, a desinformação é a escória do processo de garantia dos direitos sociais no que tange às políticas públicas. Com isso, desenvolvi um projeto de intervenção para finalização do semestre, voltado para a informação enquanto um direito social, que levou informações acerca da rede socioassistencial municipal e da base de dados do Cadastro Único para as comunidades distantes do CRAS, com destaque para o Povoado Cabrita, que obteve um grande número de público feminino durante a apresentação, demonstrando o compromisso das relações com as lideranças locais, de companheiras para companheiras, aviltando ainda mais o papel das mulheres da ocupação frente à busca pela garantia de direitos.

Além disso, desde 2021, ano em que começo a atuar no território, contribui enquanto sujeita militante com o Movimento Organizado de Trabalhadores Urbanos - MOTU, em ações diretas de enfrentamento às diversas expressões da “questão social” que atingem veemente essa fração de uma população tão vulnerabilizada. Nesse processo organizativo, recordo-me do Caderno de Formação nº 38 do Setor de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST: “Método de trabalho de base e

organização popular”, onde, brilhantemente, Ranulfo Peloso (2009) faz a seguinte consideração sobre a luta política e o instrumento político:

A militância, metida nos movimentos, aprendeu que junto com dar o peixe e matar a fome é preciso ensinar o povo a pescar pra sair da dependência e tomar de volta os rios que viraram propriedade dos grandes. Por isso, cria um instrumento político para fermentar o movimento de massa e ajudar o povo a entender a realidade, a se levantar e a transformar a sociedade dividida em classes (Peloso, 2009, p. 75).

Entre outros aspectos que justificam a importância dessa pesquisa, também se frisa a possibilidade de provocar novas reflexões sobre, luta de classes, especulação imobiliária, direitos sociais, divisão sexual do trabalho, marginalização dos movimentos sociais, onde a repressão institucionalizada do Estado, cuja contradições propõem a proteção e o direito às mulheres em concomitância às diversas expressões da “questão social” em que as mulheres pobres, pretas e sem teto, vivem na pele cotidianamente até a contemporaneidade.

Sendo assim, esperamos que a pesquisa possa contribuir para subsidiar os estudos e trabalhos na universidade em diversas áreas na graduação e pós-graduação, especialmente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS/UFS), uma vez que desenvolver uma pesquisa a nível de mestrado acerca da temática voltada para a questão de gênero e movimentos sociais, é uma possibilidade de provocar debates junto aos mestrandos e docentes, de modo a auxiliar no fortalecimento das exigências do projeto profissional. É importante reiterar o compromisso ético-político na contínua luta, radicalmente contra toda/qualquer forma de opressão e discriminação.

Para fins de organização, a estrutura deste trabalho de dissertação de mestrado, compõe-se de **Introdução**, que aponta a contextualização/problematização do objeto de pesquisa, hipótese, questões de pesquisa, objetivos geral e específicos, a abordagem teórico-metodológica sinaliza aspectos motivadores que justificam o interesse em investigar o objeto em tela. Na sequência fundamentamos o debate sobre **2-“Mulheres Atravessadas pelas Questões de Gênero na Sociedade de Classes” a partir da teoria social de Marx, destacando a tríade “Estado, Família e Propriedade Privada”**, enquanto elementos constitutivos do sistema patriarcal. Apontamos a importância da análise de classe, raça e gênero enquanto categorias que consubstanciam na sociedade do capital. Em seguida, aprofundamos as discussões sobre **3-“A Questão Urbana e a Luta Feminina por Direito à Cidade e a Moradia no Brasil”**, à luz da realidade vivenciada

por mulheres no País e a violação dos direitos sociais, realizando uma análise estrutural e conjuntural voltada para a luta feminina, as opressões dos corpos ao direito de habitar. Concomitante, apontamos o papel do Estado burguês no que tange às políticas públicas voltadas para a questão urbana de moradia e regularização fundiária no processo de formação sócio-histórico do Brasil.

Para apreendermos a complexidade do real em sua singularidade tratamos da 4-**“A Incidência Política das Mulheres Sem Teto na Luta pelo Direito à Moradia na Cidade Mãe de Sergipe (2016 - 2023)”** focalizando aspectos da pesquisa e a análise dos dados voltados para as mulheres lideranças da Ocupação da Cabrita, destacando as contradições do sistema capitalista traduzidas nas inúmeras expressões da “questão social” que atingem veemente as moradoras da ocupação. Sinalizamos o panorama, destacando quem são essas mulheres; quais espaços de tomadas de decisões elas estão inseridas e de que modo se organizam coletivamente para reivindicar suas agendas sociais e reafirmar suas bandeiras de lutas.

Por fim, situamos as **Considerações Finais**, destacando os aspectos resultantes da investigação e análises, os quais, em linhas gerais, evidenciam a perspectiva que esse debruçar sobre a realidade aponta para importantes reflexões que podem/poderão contribuir com a produção do conhecimento crítico, ético e politicamente comprometido com as lutas sociais. Outrossim, para além de ler, interpretar, transformar a realidade na direção que retroalimenta as estratégias de lideranças femininas da Ocupação da Cabrita em São Cristóvão/SE para enfrentar as expressões da questão social em seu cotidiano.

2 MULHERES ATRAVESSADAS PELAS QUESTÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE DE CLASSES

*A libertação da mulher só será possível
quando o sistema que a oprime for destruído,
e essa destruição só ocorrerá por meio
de uma revolução socialista.*
Clara Zetkin

O presente capítulo tem como finalidade situar a partir da teoria social de Karl Marx, os fundamentos da sociabilidade capitalista, destacando a tríade “Estado, Família e Propriedade Privada”, enquanto elementos constitutivos do sistema patriarcal. Apontamos a importância da análise de classe, raça e gênero enquanto categorias que consubstanciam na sociedade do capital. Assim, abordaremos o conceito de gênero como categoria histórica numa articulação aos debates que, na contemporaneidade, assumem a rigorosa apreensão na realidade concreta, perpassando aspectos das lutas de mulheres trabalhadoras. O debate teórico inclui abordagens feministas e marxistas, essenciais para entender as dinâmicas de poder e relações de produção e reprodução que reificam as desigualdades sociais, de classes e gênero.

Seguimos enfatizando o papel das lutas feministas na busca por direitos e o modo como as desigualdades refletidas pelas estruturas patriarcais e capitalistas oprimem e controlam as mulheres nos espaços de poder. Logo, partimos da reflexão crítica da vida social articulada as abordagens de gênero na divisão social e sexual do trabalho apreendendo uma visão complexa das opressões enfrentadas pelas mulheres, o que demanda uma luta contínua em busca de uma sociedade menos “*injusta e desigual*” na perspectiva do feminismo emancipatório, conforme discutiremos a seguir.

2.1 Pensamento Marxista e a Emancipação da Mulher Intrinsecamente Ligada à Superação do Capitalismo

A luta das mulheres no contexto da urbanização e do direito à cidade é indissociável das lutas mais ampla da classe trabalhadora por emancipação política e humana, portanto, da própria sociabilidade capitalista (Marx, 1844)¹⁰. Sob a perspectiva marxiana, é

¹⁰ Emancipação política e humana No ponto de vista de Marx, Bauer falha em distinguir emancipação política e humana: como assinalado acima, a emancipação política em um Estado moderno *não* requer que os judeus (ou os cristãos, por esse motivo) renunciem à religião; apenas a emancipação humana completa envolveria o

fundamental compreender como as mulheres, particularmente as da classe trabalhadora, têm sido historicamente marginalizadas e oprimidas não apenas no espaço doméstico, mas também nos espaços públicos e políticos da cidade. Karl Marx e Friedrich Engels destacaram que a opressão das mulheres está profundamente enraizada nas estruturas econômicas e sociais do capitalismo.

Desse ponto de vista, Friedrich Engels (2000), em sua obra "*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*", argumenta que a família patriarcal e a subordinação das mulheres são produtos diretos do desenvolvimento das relações de propriedade privada. Nesse sentido, a luta pela emancipação humana das mulheres está intrinsecamente ligada à luta contra a propriedade privada e o Estado capitalista. Ao recorrer ao pensamento de Engels (2000) apreende-se que,

o primeiro antagonismo de classes na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia, e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino (Engels, 2000, p. 68).

A opressão das mulheres é uma questão que se torna política com o surgimento da sociedade burguesa, especialmente no contexto da "dupla revolução" do século XVIII, que inclui a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Inácio (2013), aponta que o ideário iluminista da Revolução Francesa, que promovia valores de igualdade, liberdade e fraternidade, não contemplou as mulheres, resultando em sua exclusão das conquistas sociais da época. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, considerada um marco na luta pelos direitos humanos, não reconheceu a metade da população, levando figuras como Olympe de Gouges a redigir a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em 1791¹¹, denunciando a desigualdade presente no discurso iluminista.

É fato que, Marx e Engels, em suas análises sobre a sociedade capitalista, abordaram a opressão das mulheres, reconhecendo que a relação entre os gêneros e a estrutura familiar é marcada por uma dinâmica de subalternidade. Segundo Inácio (2013), a luta de classes, que Karl Marx considera o motor da história, também se reflete nas relações de gênero, onde o operariado é visto como o sujeito revolucionário capaz de transformar a

desaparecimento da religião, mas isso ainda não seria possível, não "na ordem mundial ora existente". (Boitempo Editorial, 2010. Tradução: Nelio Schneider e Wanda Caldeira Brant).

¹¹ A Declaração dos Direitos da mulher e da cidadã (1791) é um documento jurídico de apelo fervoroso pela emancipação feminina no período da Revolução Francesa (1789), em resposta à Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão (1789), no contexto de clamor por direitos e rupturas sociais, culturais e políticas. https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_dos_Direitos_da_Mulher_e_da_Cidad%C3%A3

sociedade. A opressão das mulheres, portanto, é entendida como parte integrante da luta contra o capitalismo, que perpetua desigualdades em diversas esferas sociais.

A análise marxista da opressão feminina é aprofundada em "*O Capital*", onde Marx discute a dupla opressão das mulheres, tanto no espaço produtivo quanto no doméstico, destacando que, embora o trabalho das mulheres na indústria seja uma fonte de exploração, sua inserção na produção social também é vista como um potencial para a emancipação. Essa contradição revela a complexidade da condição feminina sob o capitalismo, onde a exploração econômica se entrelaça com as relações de gênero.

Importa reforçar que a concepção marxista da opressão da mulher foi desenvolvida pelos/as revolucionários/as na primeira metade do século XX, cabendo assinalar o pensamento de V. I. Lenin, Leon Trotsky, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Rosa Luxemburgo. Estes, partiram da análise não só da experiência internacional do movimento operário e socialista, como dos avanços e limites do movimento feminista, desde o século XIX até o século XX.

Assevera-se que a III Internacional foi importante à discussão da questão da mulher na qual sua constituição foi resultado da vitória do proletariado na Rússia em 1917, cuja Revolução Russa foi um dos maiores marcos do século XX, contemplando, praticamente, todas as questões inerentes às pautas dos/das trabalhadores/as. Esse processo revolucionário que irrompeu em 1917 constituiu-se em grande avanço no que se refere à libertação da mulher, assim como demonstrou a profunda complexidade e os grandes obstáculos enfrentados pela nova ordem econômica e social, depois da revolução proletária, para superar as tradições e os costumes conservadores nas relações entre homem e mulher, a fim de poder superar as antigas relações sociais e reconstruir novas relações entre ambos sujeitos. De acordo com Siqueira (2019),

Lênin, dirigente máximo do processo revolucionário, afirmava que a posição da mulher após a Revolução Russa ganhava novos contornos, tendo em vista que colocava em destaque a distinção entre a antiga democracia burguesa – formal e limitada - e a nova democracia operária – fundada nos conselhos de trabalhadores e trabalhadoras -, dando respostas diferenciadas aos problemas das mulheres. Tanto a Comuna de Paris (1871) quanto à Revolução Russa (1917) demonstraram que a autêntica emancipação da mulher só será possível com o fim da exploração de classe, pois o fundamento de todas as formas de opressão é de classe (Siqueira, 2019, p. 44).

A crítica de Alambert (1986) à abordagem de Marx e Engels sobre a questão feminina é relevante, pois, embora reconheça que a análise se limita ao plano econômico, erroneamente, não se pode afirmar que os/as autores/as negligenciaram a temática. O foco de Marx e Engels era desenvolver uma teoria socialista que considerasse as relações de produção e as condições para a transformação revolucionária da sociedade. Assim, a exploração das mulheres e de seus filhos pela grande indústria é captada como um aspecto central da problemática social (Inácio, 2013).

A emancipação das mulheres, segundo Karl Marx, deve ser entendida como parte da emancipação humana mais ampla, ou seja, da própria sociabilidade opressora. Alambert (1986) enfatiza que os Manuscritos Econômico-Filosóficos são fundamentais para essa compreensão, pois Marx argumenta que a emancipação¹² da mulher está intrinsecamente ligada à superação do capitalismo. A análise do trabalho alienado revela a insuficiência de uma igualdade meramente jurídica e política, que não aborda as raízes da opressão (Inácio, 2013).

Concomitantemente, Clara Zetkin (1976), em seus escritos sobre a questão feminina, aponta que a emancipação das mulheres só pode ser alcançada através da destruição do sistema capitalista, que é sustentado pela exploração tanto do proletariado quanto das proletárias. Outrossim, Clara Zetkin enfatiza a necessidade de que as mulheres participem ativamente das lutas revolucionárias, não apenas como apoiadoras, mas como protagonistas, afirmando que “a luta pela libertação da mulher é inseparável da luta pela libertação de toda a humanidade do jugo do capital” (Zetkin, 1976, p. 43). Nesse sentido,

coube às mulheres revolucionárias marxistas¹³, a partir de uma política socialista, atuarem no seio do movimento de mulheres trabalhadoras e da juventude, no sentido de unir e organizar concretamente o conjunto da classe trabalhadora no combate às opressões e à exploração do capital (Siqueira, 2019, p. 51).

Desse modo, Alexandra Kollontai (2007) também contribui para essa discussão ao sublinhar que a verdadeira emancipação feminina só será possível em uma sociedade socialista, onde as estruturas opressivas de gênero e classe sejam abolidas, pois “a nova moral sexual proletária é inseparável da luta de classes, pois reflete as necessidades da

¹² *Emancipation*; Marx, Karl, 1818-1883; Trabalho e alienação (Filosofia); Propriedade privada; Socialismo e comunismo.

¹³ Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LeMarx/FACED/UFBA) Título: O Marxismo e o combate à opressão contra as mulheres Autores: Sandra M. M. Siqueira LeMarx/FACED/UFBA Salvador, dezembro de 2019. Capa: Dielson Costa.

classe trabalhadora de destruir as velhas formas de vida que sustentam a opressão” (Kollontai, 2007, p. 92). Sublinhamos que Karl Marx também discutiu a relação entre o homem e a mulher como uma expressão da degradação humana sob o capitalismo, uma vez que opressão das mulheres é vista como uma questão que não pode ser dissociada da luta contra a alienação e a exploração do trabalho. Nessa perspectiva, Marx (2002) aponta que

a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes (Marx, 2002, p. 451).

Sendo assim, Míriam Inácio (2013) ressalta que, embora Marx não desprezasse a conquista de direitos civis e políticos para as mulheres, ela via essa emancipação como parcial, limitada ao campo da emancipação política. A análise contemporânea da opressão das mulheres revela que, em um contexto de crise do capital, as desigualdades e contradições de classe se acentuam, resultando em formas de opressão que se manifestam na precarização do trabalho feminino, na dupla jornada de trabalho e na feminização da pobreza. Outrossim, a autora argumenta, que a necessidade de aprofundar os vínculos entre exploração de classe e a opressão patriarcal é crucial para uma compreensão mais ampla da emancipação feminina, conforme apreende a obra “A Questão Judaica¹⁴”:

Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática (Marx, 2007, p. 23).

A crítica ao patriarcado e ao racismo, conforme Saffioti (1987), é essencial para entender as múltiplas dimensões da opressão das mulheres. Nessa perspectiva, apontamos que a abordagem marxista deve ser ampliada para incluir essas questões, reconhecendo que

¹⁴ “**Sobre a Questão Judaica**” é um ensaio de Karl Marx escrito no outono de 1843. É uma das primeiras tentativas de Marx de lidar com categorias que seriam chamadas mais tarde de Materialismo histórico, a concepção materialista da história. (Boitempo Editorial, 2010. Tradução: Nelio Schneider e Wanda Caldeira Brant).

a luta pela emancipação das mulheres não pode ser reduzida a uma única narrativa, uma vez que a consubstancialidade se torna uma ferramenta importante para analisar as diferentes formas de opressão que as mulheres enfrentam em suas vidas cotidianas, principalmente as que são relegadas à margem da sociedade capitalista, misógina, patriarcal e racista.

István Mészáros, em *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, reforça a ideia de que a luta pela igualdade de gênero é parte integrante da luta contra o capital, pois "o capital subordina todas as esferas da vida humana, inclusive as relações de gênero, e apenas superando essa lógica é que se pode alcançar uma verdadeira emancipação" (Mészáros, 2011, p. 247). Esse pensamento é ecoado por Clara Zetkin¹⁵, que, em *La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo*, enfatiza que "a libertação das mulheres é inseparável da luta contra o reformismo e pelo socialismo, pois somente o socialismo pode garantir a verdadeira igualdade" (Zetkin, 1976, p. 66). Destarte, Clara Zetkin

sempre nos alertou que nossa escravidão como mulheres tem todas as suas raízes no regime burguês e que para terminar com essa escravidão é preciso construir uma nova ordem social. (...) chama a atenção para a necessidade de desenvolver o trabalho político entre as mulheres, ressaltando o caráter de classe dessa luta. (...). Clara Zetkin lutou contra o canto de sereia do reformismo burguês, que procurava separar a luta das mulheres operárias contra a opressão das lutas gerais do proletariado contra o capitalismo. Ela insistia em que "A propaganda entre as mulheres precisa tocar todas as questões que são de grande importância para o movimento geral do proletariado", e que a principal tarefa era despertar a consciência de classe das mulheres para conquistar esse enorme exército para a luta pelo socialismo (1976, s/d e s/p).

A exploração do trabalho feminino na indústria capitalista é um exemplo claro de como a maquinaria capitalista transforma o trabalho em um meio de aumentar a exploração, a exemplo, a entrada de mulheres e crianças no mercado de trabalho, em condições precárias, evidenciando a degradação moral da família e os maus-tratos às crianças, resultantes da superexploração do trabalho feminino. Karl Marx (1985) descreve que "Esta [resistência] é, de qualquer modo, diminuída pela aparente facilidade do trabalho na máquina e pela maior docilidade e maleabilidade do elemento feminino e infantil" (Marx, 1985, p. 29). Deste modo, podemos compreender que a análise marxista da

¹⁵ É preciso realçar na história da questão da mulher, entre revolucionárias e revolucionários marxistas, o papel de Clara Zetkin. Foi uma das mais importantes dirigentes marxistas na II e na III Internacionais. Foi dirigente não só do Partido Social Democrata Alemão (SPD) como também foi eleita membro do Comitê Central do Partido Comunista Alemão, fundado em 1918. No II Encontro Internacional de Mulheres Socialistas realizado em Copenhague, em 1910, Zetkin propôs a criação de um Dia Internacional das Mulheres, em homenagem às mulheres trabalhadoras.

opressão das mulheres, não se limita a uma crítica econômica, mas envolve uma compreensão mais ampla das relações sociais e das estruturas de poder que perpetuam a desigualdade.

Engels (2014), ainda sobre a superexploração do trabalho feminino, ressalta que,

(...) isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas (Engels, 2014, p. 83).

Assim, Inácio (2013) concorda que a luta pela emancipação das mulheres deve ser vista como parte de uma luta mais ampla pela justiça social e pela transformação da sociedade, uma vez que a superação do capitalismo e das classes sociais antagônicas é uma condição central para a emancipação humana. Conforme argumenta Lênin (1980),

a verdadeira emancipação da mulher e o verdadeiro comunismo não começarão senão onde e quando começa a luta em massa (dirigida pelo proletariado, dono do poder do Estado) contra esta pequena economia doméstica, ou mais exatamente, sua transformação massiva em uma grande economia socialista (Lênin, 1980, p. 66).

Em suma, a reflexão marxista sobre a opressão das mulheres oferece uma base teórica importante para a análise das desigualdades de gênero na sociedade contemporânea, onde a consubstancialidade entre classe, gênero e raça deve ser considerada para uma compreensão mais completa das dinâmicas de opressão. A contribuição de Marx e Engels para a reflexão sobre a opressão das mulheres é inegável, mas é necessário reconhecer que essa análise deve ser ampliada e contextualizada nas lutas contemporâneas, pois é fato que emancipação das mulheres não pode ser vista como um objetivo isolado, mas como parte de um projeto ético-político mais amplo que busca a libertação de todos os seres humanos da opressão e da exploração. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária requer a articulação das lutas feministas com as lutas sociais, políticas e econômicas, em um esforço conjunto pela emancipação humana e derrocada do sistema patriarcal e capitalista.

2.2 Subvertendo Paradigmas: Opressões e desigualdades de classe e gênero, categorias que se consubstanciam

Scott (1989), em seu artigo *Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica*, aponta que para que haja uma outra construção histórica, gênero deve ser visto como uma esfera de análise. Nesse sentido, Scott inicia a discussão abordando o uso gramatical/linguístico do termo “gênero” que era feito de modo deliberadamente errôneo, trazendo um exemplo do que era proposto pelo Dicionário da Língua Francesa em 1876 que o retratava de forma figurada. A autora também traz a forma que posteriormente as feministas passaram a utilizar essa expressão onde referem-se a organização social da relação entre os sexos em um sentido mais literal resultante do papel de ambos, pois na contemporaneidade o termo “gênero” apontava uma rejeição do determinismo biológico (Scott, 1989).

A grande preocupação da maioria das pesquisadoras feministas era o fato de não haver largas separações dos estudos entre homens e mulheres, fator que limitava o caráter da pesquisa. Desse modo, as mesmas tinham como objetivo o estudo da compreensão do gênero considerando a história passada e a prática histórica atual deste, sendo a partir disto que os/as historiadores/as passaram a utilizar abordagens teóricas sobre gênero por meio de duas formas, uma descritiva e outra de ordem causal (Scott, 1989), o que ao nosso ponto de vista, é de suma relevância para a análise do termo enquanto uma nova categoria.

De grosso modo, gênero é utilizado mais recentemente para referir-se a mulher, substituindo em todos os tipos de livros e artigos o termo “mulheres” pelo termo “gênero”, como forma de neutralização e conotação mais objetiva do que “mulheres”, visando apontar seriedade de um trabalho, assim, incluindo-as na história, mas sem nomeá-las. Segundo a autora, o uso desse termo poderia ser chamado de procura de legitimidade acadêmica pelos estudos feministas dos/as historiadores/as em 1980, em contrapartida, esse uso só reforça a ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, não de forma horizontal, mas de forma submissa, como se tivesse sido criado dentro e por ele. Isto posto, no seu uso descritivo, gênero está associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, porém o mesmo está dentro de um novo campo de pesquisas históricas, mas não tem poder para transformar os paradigmas históricos existentes (Scott, 1989).

Castro (2000), destaca que

Com o conceito de gênero pretendia-se uma alternativa a um viés naturalista e segmentado, aportado em indivíduos em si (mulheres e homens). Gênero mais apontaria para relações sociais, portanto apelando

para sua dialética articulação com outras relações, ou seja, seria um estruturante da totalidade social, que permitiria sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo (que tanto contaminaram os debates sobre a questão da mulher). Ironicamente, o conceito de gênero, hoje, é congelado, reduzido a termo de posição, e, como tal, é peça chave no investimento das agências internacionais de apoio a um sistema de organizações não-governamentais que lidariam com direitos das mulheres, sem subverter, ao contrário, o edifício de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns (Castro, 2000, p. 100-101).

Visto isso, alguns/mas pesquisadores/as esforçaram-se para empregar teorias que explicassem o seu conceito e sua mudança histórica por meio de abordagens nas análises do gênero que, segundo Scott (1989, p. 9), foram divididas em três posições teóricas: 1) um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado; 2) a partir da tradição marxista, procurando um compromisso com as críticas feministas; 3) fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. Para a autora, há problemáticas que se formam nessas perspectivas, pois mesmo as teóricas do patriarcado questionando as desigualdades dos sexos de formas importantes, ainda assim, as suas teorias não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Em contrapartida, conforme Cruz (2005):

A teoria do patriarcado a partir da sociologia clássica de Weber e Marx, intenta compreender as origens da dominação/exploração da mulher no trabalho como fundada na forma arcaica de dominação que é o patriarcalismo. Para Weber (1964, p.184), “chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida, normalmente, por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas”. Max Weber compreende o patriarcalismo como sendo a forma mais pura de dominação tradicional, dominação fundamentada pela crença nas tradições, ou seja, na legitimidade de uma “autoridade que sempre existiu” e destaca a existência de três tipos puros de dominação, estabelecidos a partir da constelação de interesses que as legitimam: “dominação racional-legal, dominação carismática e dominação tradicional” (Weber, 1964. p. 695-752 apud Cruz, 2005, p. 2-3)¹⁶.

Já com relação à abordagem marxista, Inácio (2013) é feliz quando aponta que

¹⁶ Considerando Weber um intelectual burguês, o uso do referido autor é para um diálogo ampliado do conceito de dominação, no entanto a direção é nitidamente da abordagem marxista/marxiana.

a análise das relações sociais capitalistas segundo o método materialista histórico e dialético criado por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1896) permitiu pensar a questão das mulheres na totalidade social do capitalismo e, a partir daí, defender a emancipação das mulheres de modo radical, para além da emancipação política e na perspectiva da emancipação humana (Inácio, 2013, p. 36).

As autoras marxistas Angela Davis (2016) e Bell Hooks (2018) ressaltam a importância de considerar as questões de gênero dentro do contexto das estruturas de poder e exploração do sistema capitalista. Davis (2016) argumenta que a opressão de gênero é usada como uma ferramenta para manter a exploração e a desigualdade entre as classes sociais. Por sua vez, Hooks defende um feminismo interseccional que reconhece e aborda as interseções entre gênero, raça, classe e outras categorias sociais na construção das desigualdades. Portanto, o gênero é analisado juntamente com outros sistemas opressivos, proporcionando uma perspectiva mais abrangente e inclusiva sobre as lutas feministas.

Logo,

O patriarcalismo e o capitalismo são fenômenos distintos, visto que o primeiro vincula-se ao plano político-ideológico, possibilitando a dominação, e o segundo refere-se à exploração econômica que determina a divisão da sociedade. O que se quer é destacar que o patriarcado teria, em sua essência, um sistema de dominação social, cultural, política, ideológica e econômica que explicaria, por exemplo, o uso indiscriminado da força de trabalho (Cruz, 2005, p. 3-4).

Sabemos que as lutas feministas têm sido cruciais para a conquista de direitos e igualdade de oportunidades para as mulheres. Saffioti (2015) afirma que o feminismo é um movimento social e político que busca a igualdade entre os sexos e a libertação das mulheres, e assim, a partir dessa perspectiva, entende-se como as lutas feministas têm contribuído para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Entre as principais conquistas do movimento feminista, destacam-se o direito ao voto, a equiparação salarial, a legalização do aborto e a punição da violência contra a mulher. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres.

Além disso, as lutas feministas têm sido marcadas por diferentes correntes e estratégias que buscam enfrentar as desigualdades de gênero em várias esferas da vida social. Hirata e Kergoat (2017) apontam para a existência de diferentes abordagens

feministas, como o feminismo progressista, o feminismo radical, o feminismo de diversidade e o feminismo pós-moderno, onde cada corrente possui suas próprias concepções sobre a opressão das mulheres e suas estratégias para combatê-la. O feminismo liberal, por exemplo, busca a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres dentro do sistema capitalista, enquanto o feminismo radical almeja uma transformação radical das relações de poder entre os gêneros.

Hirata e Kergoat (2017), apresentam uma análise crítica sobre a evolução das modalidades da divisão sexual e social do trabalho. As autoras propõem uma definição própria para o conceito, que não se limita apenas à questão de gênero, mas também está relacionado à família e às relações sociais. Segundo elas, existem diferentes modelos que organizam essa divisão, como o modelo tradicional, o modelo da igualdade formal e o modelo da igualdade real. No entanto, elas apontam que há um novo modelo emergente na atualidade: o modelo da delegação.

No modelo da delegação, as mulheres continuam sendo responsáveis pelas tarefas domésticas, mas delegam algumas delas para outras pessoas (como empregadas domésticas ou serviços terceirizados). Esse modelo é visto como uma forma de conciliar as demandas profissionais com as responsabilidades familiares. No entanto, as autoras fazem uma análise crítica desse modelo de conciliação. Elas apontam que ele pode ser visto como uma forma de manter a divisão sexual e social do trabalho e reforçar estereótipos de gênero. Além disso, elas destacam que a delegação não significa necessariamente uma redistribuição das tarefas domésticas entre homens e mulheres. Outrossim,

a hierarquia social baseada na materialidade dos corpos se expressa, por exemplo, na divisão de gênero no trabalho, na qual mulheres ganham menos do que homens, são naturalmente direcionadas a atividades tidas como essencialmente femininas – organização, arrumação, cuidado – mesmo entre dois profissionais em cargos equivalentes. Em outras palavras, entre um homem e uma mulher, ambos gerentes, além da desigualdade salarial, haverá também uma hierarquia simbólica organizada a partir de uma diferença sexual. Em todos os países capitalistas desenvolvidos, a maioria dos empregos de tempo parcial é de mulheres. Nos países em desenvolvimento, elas também são maioria nas atividades informais e, em todos os países do mundo, as mulheres ocupam postos de trabalho mais precários ou de vínculo mais frágil do que os homens (Hirata, 2006 p. 14 apud Heilborn e Rodrigues, 2018, p. 13).

Hirata e Kergoat (2017), através dos seus estudos, destacam que é preciso buscar modelos mais igualitários e redistributivos para permitir uma verdadeira conciliação entre trabalho e família, aviltando que é necessário rever a modalidade de teorização da divisão social e sexual do trabalho como "vínculo social", que fundamenta a tese da "conciliação" vida familiar/vida profissional.

Cruz (2005), aponta que:

articular produção-reprodução significa trabalhar simultaneamente sobre os grupos de relações sociais, de relações entre os sexos e as relações de classe, todas elas consideradas de opressão e de exploração. Descobriu-se que os padrões fixados pela divisão sexual do trabalho eram constituídos não apenas pelo comando do capital, mas se faziam também através da dominação patriarcal, entendida como o poder simbólico do pai. Através dele, define-se nitidamente a cultura como política, isto é, explica-se a aquisição da feminilidade e da masculinidade como ordenação que fundamenta as relações de poder entre os sexos (Paoli, 1985, p.2 apud Cruz, 2005, p. 9).

Zetkin (1976), uma das pioneiras na teoria marxista feminista, contribuiu significativamente para a compreensão não somente das lutas de classe, mas das lutas que classe e de gênero enquanto categorias que se consubstanciam. A estudiosa argumenta que a emancipação das mulheres está intrinsecamente ligada à luta de classes, sendo impossível alcançar a igualdade de gênero em um sistema capitalista que perpetua a exploração. Para ela, a questão da mulher deve ser abordada dentro do contexto da luta socialista, pois somente através da superação do capitalismo é que as mulheres podem realmente se emancipar. A autora critica as feministas burguesas por isolarem a luta das mulheres da luta de classes, advertindo que isso pode levar a um reforço das divisões sociais e ao fracasso na conquista de uma verdadeira igualdade. Sua perspectiva é de que a luta feminista não deve se limitar às demandas por igualdade formal, mas sim buscar uma transformação radical das relações sociais que sustentam tanto o patriarcado quanto o capitalismo. Essa visão marxista feminista é fundamental para entender a interseção entre gênero e classe na luta pela emancipação (Zetkin, 1976).

Isto posto, Inácio (2013) destaca que o método materialista histórico e dialético de Marx e Engels permite analisar a questão feminina no capitalismo. O feminismo marxista não apenas analisa a opressão de gênero como um reflexo das relações econômicas, mas também busca compreender como a exploração do trabalho e a dominação patriarcal se

entrelaçam. Clara Zetkin já afirmava que "a luta pela libertação da mulher é inseparável da luta pela libertação de toda a humanidade do jugo do capital" (Zetkin, 1976, p. 43).

Rosa Luxemburgo (2005), contemporânea e aliada de Clara Zetkin, também faz uma importante contribuição ao debate, ao criticar a social-democracia e destacar a necessidade de uma luta revolucionária que não negligencie as opressões de gênero. Para Luxemburgo, a emancipação feminina só seria possível em uma sociedade socialista, onde as mulheres seriam liberadas das amarras do patriarcado e do capitalismo. Sua visão contribui para uma análise mais profunda das interseções entre gênero, classe e capitalismo, desafiando tanto as teorias feministas que isolam o gênero como categoria única, quanto às abordagens que desconsideram as especificidades da opressão feminina no contexto capitalista. A autora destacou que a verdadeira emancipação das mulheres não pode ser conquistada dentro dos limites da democracia burguesa, pois o capitalismo se sustenta sobre a desigualdade de gênero, explorando a força de trabalho feminina de maneira ainda mais brutal. A dupla jornada de trabalho, a precarização do emprego e a responsabilidade pelo trabalho doméstico não remunerado são parte dessa engrenagem de exploração. Luxemburgo criticava a social-democracia por não colocar a luta das mulheres trabalhadoras no centro da revolução, pois, segundo ela, a igualdade plena só pode ser alcançada com o fim da exploração de classe (Luxemburgo, 2005).

Em "A Acumulação do Capital", Luxemburgo argumenta que "a expansão capitalista depende da constante absorção de força de trabalho barata, e as mulheres são frequentemente relegadas a posições de menor remuneração e maior precariedade" (Luxemburgo, 1913, p. 112). Essa análise evidencia que o capitalismo precisa manter a desigualdade de gênero para continuar se expandindo. Além disso, em "A Crise da Social-Democracia", escrita em meio à Primeira Guerra Mundial, a feminista marxista denuncia a subjugação das mulheres trabalhadoras no contexto da guerra, afirmando que "enquanto os homens morrem nas trincheiras, as mulheres são exploradas em fábricas de armamento sob condições desumanas" (Luxemburgo, 1916, p. 57).

A teoria marxista feminista, ao integrar as ideias de Luxemburgo e Zetkin, oferece uma abordagem robusta para a compreensão das opressões interligadas de classe e gênero. Para Cruz (2005), é essencial entender a relação entre produção e reprodução, considerando as relações de classe e gênero como opressões interdependentes. A divisão social e sexual

do trabalho, portanto, não é apenas uma questão de gênero, mas também uma estrutura de poder que perpetua a exploração capitalista, estruturada tanto pela dominação patriarcal quanto pela exploração capitalista, onde o patriarcado exerce um poder simbólico que define as relações de poder entre os sexos, fundamentando as desigualdades sociais. Esse entendimento é essencial para uma análise marxista feminista que busca não apenas a igualdade, mas a transformação radical das estruturas sociais. Zetkin (1976) e Luxemburgo (2005) reforçam a necessidade de uma luta que transcenda as fronteiras de gênero, integrando-as à luta de classes para alcançar a verdadeira emancipação (Zetkin, 1976).

Nesse contexto, no Brasil e na América Latina, Lélia González e Beatriz Nascimento fazem contribuições valiosas ao consubstancializar as categorias raça, classe e gênero nos seus estudos. González desenvolveu a noção de "amefricanidade"¹⁷ para evidenciar como a experiência das mulheres negras é marcada pelo racismo e pelo machismo estrutural (González, 1988). Segundo ela, não é possível separar a luta das mulheres da luta contra o racismo, pois a exploração capitalista no Brasil tem raízes na escravidão. Beatriz Nascimento, por sua vez, traz no seu debate a importância dos quilombos como espaços de resistência e reexistência da população negra. Para Nascimento, os quilombos foram e continuam sendo símbolos de luta contra a exploração, lugares onde a comunidade se organiza coletivamente para enfrentar a marginalização imposta pelo Estado e pelo capital (Nascimento, 1989). Essa visão decolonial¹⁸ coloca a luta feminista em diálogo com as experiências históricas de resistência da população negra.

Assim, cabe assinalar que a concepção marxista da opressão da mulher fundamentada por Marx e Engels e apropriada no século XX pelos marxistas revolucionários, na contemporaneidade, tem se constituído estratégica na organização política e na luta das mulheres trabalhadoras em todo o mundo, na busca de uma sociedade anticapitalista, antimachista e antiracista. Na obra "O Ponto Zero da Revolução", a autora contemporânea Silvia Federici destaca como a separação entre trabalho produtivo e

¹⁷ A amefricanidade se refere à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial.

¹⁸ A decolonialidade é um campo teórico crítico que emerge a partir da América Latina, questionando a colonialidade do poder, do saber e do ser. Há divergências entre os marxistas ortodoxos e os neomarxistas quanto à sua relação com o materialismo histórico. Enquanto os marxistas ortodoxos argumentam que a teoria decolonial fragmenta a luta de classes ao enfatizar a colonialidade como eixo estruturante da opressão, os neomarxistas buscam uma crítica decolonial articulada ao marxismo, apontando que a dominação capitalista também se constrói por meio de estruturas coloniais e raciais.

reprodutivo foi essencial para a consolidação da acumulação capitalista, relegando as mulheres a atividades não remuneradas dentro do lar e mantendo-as subordinadas economicamente (Federici, 2017). Segundo Federici, "o trabalho doméstico não remunerado sustenta a produção capitalista ao garantir a reprodução da força de trabalho sem custos para os patrões" (Federici, 2017, p. 78).

Kollontai (2007) aprofundou essa questão ao dissertar que as mulheres sofrem não apenas no ambiente produtivo, mas também no espaço doméstico, sendo sobrecarregadas pelo trabalho reprodutivo. Concomitantemente, defendeu que a libertação feminina só será possível quando o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos forem responsabilidade coletiva, assegurados por políticas públicas e serviços sociais, vez que, apesar da Revolução Russa ter representado um marco na implementação dessas políticas, as conquistas das mulheres foram enfraquecidas com o avanço do neoconservadorismo estatal.

Na atual conjuntura, as ondas de crises do capitalismo, em vista da superacumulação de capital, potencializa a barbarização da vida e das formas de violação dos direitos, o que nos remete ao pensamento de Marx, levando-nos a destacar a violência enquanto parteira da sociedade e que continua sendo reproduzida de inúmeras formas, refratadas nas expressões da “questão social” que assolam a vida de trabalhadoras e trabalhadores, seja pelo aparato repressivo do Estado, seja pela retirada de direitos sociais.

Assim, no panorama assolado de crises estrutural/conjuntural, impõe-se à classe trabalhadora a organização e resistência, diante de tantas ofensivas voltadas para a destruição à vida dos/das trabalhadores/as, impulsionando-os/as ao processo da luta de classes para frear o desmonte de direitos sociais, o cerceamento de liberdades e a criminalização de lutadores sociais.

3 A QUESTÃO URBANA E A LUTA FEMININA POR DIREITO À CIDADE E A MORADIA NO BRASIL

*Você tem que agir como se fosse possível
transformar radicalmente o mundo.
E você tem que fazer isso o tempo todo.*
Angela Davis

O espaço urbano no Brasil é marcado por profundas desigualdades sociais, fruto do desenvolvimento histórico do sistema capitalista. O acesso à cidade e à moradia digna é atravessado por relações de classe, gênero e raça, estruturando um cenário de exclusão para as parcelas da população que estão em situações vulnerabilizadas. Para as mulheres, essa exclusão se manifesta de forma ainda mais intensa, pois são elas que, em sua maioria, vivenciam diretamente os impactos da precariedade habitacional, da violência urbana e da ausência de infraestrutura básica. Propomos analisar a questão urbana no Brasil sob a ótica da luta feminina pelo direito à cidade e à moradia, compreendendo o papel do Estado e as dinâmicas da acumulação capitalista que intensificam a segregação e a marginalização social.

Desse modo, a finalidade é situar, a partir da teoria social em Marx, as condições estruturais da urbanização no Brasil e seus impactos sobre as vidas das trabalhadoras que estão na linha de frente pelo direito ao acesso à terra, evidenciando como a questão territorial reflete as dinâmicas de acumulação do capital e os mecanismos de barbarização da vida. Assim, abordaremos o território como um campo de disputa de interesses de classe, onde as mulheres sem-teto emergem como protagonistas na luta e resistência contra a especulação imobiliária e a mercantilização da cidade. A seguir, enfatizamos o papel do Estado na formulação de políticas urbanas, analisando como, em tempos de crise do capital, intensificam-se as contrarreformas que aprofundam a precarização das condições de moradia e reforçam a exclusão social, destacando a relação entre políticas públicas e os interesses do sistema capitalista

3.1 A Cidade do Capital: cotidiano de mulheres em situação de segregação sócio-espacial, violência e pobreza na realidade brasileira

A cidade do capital se estrutura como um espaço de reprodução da desigualdade, onde a lógica da propriedade privada e da especulação imobiliária marginaliza amplos setores da classe trabalhadora. Segundo Lefebvre (2001), a produção do espaço urbano reflete as contradições do capitalismo, transformando a cidade em um instrumento de dominação e segregação social. O direito à cidade, conceito elaborado por Henri Lefebvre e aprofundado por David Harvey (2014), é constantemente negado às mulheres da classe trabalhadora, uma vez que a lógica urbana capitalista prioriza o lucro em detrimento das necessidades sociais.

No Brasil, a organização do território reflete o processo de colonização e apropriação privada do solo, resultando em um modelo de urbanização excludente, sendo parte da totalidade do processo de formação sócio-histórica do país que tem suas raízes na colonização portuguesa, quando a terra foi distribuída para o uso, por meio das capitanias hereditárias e, posteriormente, das sesmarias. Esse modelo estabeleceu uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade e na monocultura, estando por quase quatro séculos de escravidão e latifúndio, voltada para exportação e consolidando a concentração de terras nas mãos de poucos (Prado Júnior, 1985). Com a abolição do Sistema de Sesmarias em 1822 e a promulgação da Lei de Terras de 1850, o acesso à terra tornou-se ainda mais restrito, pois ela passou a ser mercantilizada, favorecendo os latifundiários e impedindo que os/as trabalhadores/as rurais tivessem direito à propriedade (Fernandes, 1975).

Tanezini (2015, p. 243), nos alerta que

Marx em sua obra máxima – O Capital, em 1867 (Livro I vol 1, 1972 e vol 2, 1980) já tinha compreendido que a expropriação do campesinato era o “segredo da chamada acumulação primitiva do capital” que não era apenas pré-capitalista e se detinha quando o capitalismo industrial se impunha, ao contrário era com ele exacerbada; e, estendendo sua análise para outros países, inclusive as colônias modernas, afirmou que esse processo adquiria cores e ritmos específicos em cada formação social.

No caso do Brasil, na sua transição para o capitalismo dependente, aprofundaram-se as mazelas que continuaram mantendo a classe trabalhadora, especialmente mulheres e

negros, à margem das oportunidades urbanas (Moura, 2022). A "questão social" no país emerge nesse contexto como a expressão das contradições do capitalismo periférico. Segundo Santos (2017), a exclusão social não é um efeito colateral, mas um mecanismo estrutural que mantém a reprodução da desigualdade.

Acerca da denominada “questão social”, Sant’Ana (2018) traz um breve, mas consistente, histórico:

A nomenclatura “questão social” foi cunhada por volta de 1830 e embora, Marx nunca não tenha usado essa expressão, a problemática que ela abarca se encontra no centro de suas análises. [...] a questão social é intrínseca à sociabilidade regida pelo capital, portanto, tem sua existência fundada no modo de produção capitalista bem como na necessidade de políticas sociais públicas que são as estratégias assumidas pelo Estado para apaziguar a organização e mobilização da classe trabalhadora na denúncia e recusa às condições de vida e trabalho imposto. A apropriação marxiana da questão social como as contradições advindas da relação contraditória capital/trabalho, se por um lado coloca a impossibilidade de sua superação nessa sociabilidade, por outro evidencia que o modo de produção capitalista se reconfigura e vai trazendo novas características e particularidades a esse confronto e suas resultantes. Embora suas manifestações imediatas se expressem como pobreza, desigualdade, violência ou indigência, a maneira como **estas vão se apresentando se dá a partir dos diversos rebatimentos das relações estabelecidas entre as classes e segmentos de classes** (Sant’ana, 2018, p. 200, grifos nossos).

Desde o período colonial, passando pela República Velha e chegando às políticas neoliberais contemporâneas, a resposta estatal às expressões da “questão social” tem oscilado entre medidas paliativas e a criminalização da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, a atuação do Estado na gestão da “questão social” no Brasil evidencia um padrão histórico de controle e repressão, em vez de uma estratégia efetiva de superação das mazelas do capital. Como ressalta Santos (2017, p. 114), “a repressão sempre foi um componente predominante das respostas estatais à 'questão social', demonstrando a centralidade do Estado na manutenção das desigualdades estruturais do capitalismo brasileiro”. Não há lugar de políticas universais e transformadoras, ou que predominam são programas assistencialistas focalizados, que minimizam os impactos da pobreza sem modificar suas raízes estruturais. Essa lógica fortalece um modelo de cidadania

regulamentada, no qual o acesso a direitos não é pleno, mas condicionado às demandas do capital e à eclosão de forças na luta de classes.

A questão agrária e a questão urbana são manifestações concretas da “questão social” no Brasil, expressando as contradições fundamentais do modo de produção capitalista. Como dito anteriormente, o processo de acumulação capitalista promoveu a expropriação de pequenos produtores e a concentração fundiária, impulsionando o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades. Essa dinâmica se reflete na precarização das condições de vida e trabalho tanto no campo quanto na cidade, evidenciando a relação entre propriedade privada da terra e segregação socioespacial (Sant’Ana, 2018).

Conforme a autora,

a questão agrária compõe a “questão social”. Historicamente suas manifestações se apresentaram de diferentes formas: no intenso êxodo rural, no desenraizamento e morte de grandes contingentes das populações tradicionais com a invasão das atividades agrícolas sobre seus territórios, na luta e resistência dos *trabalhadorxs* para permanecer na terra ou para conquista-la por meio da reforma agrária, nos conflitos dos assalariados rurais das diversas atividades agrícolas e em diferentes momentos históricos; também está nos massacres que o capital e Estado promoveram dos diversos povos como indígenas, quilombolas, camponesas, ribeirinhos e muitos outros (Sant’ana, 2018, p. 210).

Logo, a história da questão agrária no Brasil está intrinsecamente ligada aos conflitos no campo e que rebatem na dinâmica das áreas urbanas, portanto, não pode ser dissociada da lógica de acumulação capitalista e da reprodução das relações sociais de dominação. Martins (1981) mostra que a violência no campo é funcional ao sistema, atuando como mecanismo de coerção e disciplinamento dos trabalhadores rurais. Desde os quilombos formados por escravizados fugitivos até as revoltas camponesas do século XX, a luta pela terra tem sido marcada por repressão em todas regiões do Brasil, com destaques para as regiões Norte e Nordeste, expressando, nesse sentido, um confronto direto com a ordem vigente e seus mecanismos de reprodução.

Assim sendo, a repressão aos movimentos sociais camponeses e urbanos caracteriza a violência estrutural do Estado burguês, que atua como garantidor dos interesses da classe dominante. Conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o país registrou um aumento significativo nos conflitos agrários, revelando a permanência da violência como mecanismo de controle da população pobre e trabalhadora. Desde 1985, foram registrados mais de

1.400 conflitos no campo, resultando em milhares de mortes, com a impunidade sendo a regra (Mansur, 2018; Sant’Ana, 2018).

Corolário a isso, nos anos 1960, o acirramento dos conflitos no campo levou à promulgação do Estatuto da Terra (1964), que reconhecia o princípio da função social da propriedade, mas foi rapidamente neutralizado pela Ditadura Militar (1964–1985), que optou por um modelo de modernização conservadora. A aliança entre Estado e capital internacional financiou grandes projetos agroindustriais e infraestrutura rural voltados à exportação, favorecendo os latifundiários e expulsando pequenos produtores de suas terras, resultando numa concentração ainda maior das terras nas mãos de poucos e no aprofundamento das desigualdades sociais no campo (Stédile, 2005). No interior dessa formação, a chamada Revolução Verde – implementada no Brasil a partir dos anos 1970 – aprofundou o caráter dependente e subordinado do modelo agrícola, culminando no agronegócio. “O Pacote Verde”¹⁹, composto por sementes híbridas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, foi amplamente difundido com o apoio de empresas transnacionais e do Estado, que passou a financiar grandes produtores via crédito rural e pesquisa tecnológica (Delgado, 2012).

Essa modernização excludente concentrou a produção em grandes propriedades e impôs um padrão produtivo incompatível com os modos de vida camponeses. Assim, a imposição desse modelo subordinou a agricultura brasileira ao ciclo do capital internacional, colocando a terra e o trabalho à lógica do lucro, como já alertava Lênin (1985), ao identificar no latifúndio um entrave ao desenvolvimento autônomo das forças produtivas, vez que essa realidade tem suas bases históricas no desenvolvimento desigual do capitalismo no campo brasileiro, que intensificou a exploração da mão de obra rural e limitou o acesso a recursos para os trabalhadores do campo.

A urbanização acelerada, por sua vez, é consequência direta da expulsão dos trabalhadores do campo, que se dirigem às cidades em busca de oportunidades inexistentes. Como aponta Prado Júnior (2000), a concentração fundiária força as massas camponesas a migrarem para os centros urbanos, onde encontram empregos precários, habitação

¹⁹Este pacote foi promovido por empresas transnacionais e pelo Estado, que apoiavam grandes produtores com crédito rural e pesquisa tecnológica. Ficou conhecida como Revolução Verde e visava modernizar a agricultura, aumentar a produção e trouxe grandes implicações ambientais e sociais (Delgado, 2012).

inadequada e ausência de infraestrutura. Esse fenômeno intensificou a formação de periferias e assentamentos irregulares, resultando no aumento das ocupações urbanas como estratégia de sobrevivência. A segregação espacial nas cidades é, portanto, um reflexo da estrutura agrária excludente, evidenciando como a propriedade privada da terra determina a organização socioeconômica do país. A luta por moradia nas cidades e a luta pela terra no campo fazem parte de um mesmo processo de resistência da classe trabalhadora contra a apropriação privada dos meios de produção, e a sua interseção se dá na disputa pela democratização do acesso à terra e à moradia, exigindo a superação da lógica capitalista de mercantilização do espaço (Sant’Ana, 2018).

Assim, ao considerar as particularidades da “questão social” no Brasil, percebe-se que suas manifestações não se restringem apenas ao desemprego ou à pobreza, mas abarcam um conjunto de desigualdades profundamente enraizadas na formação social do país. A precarização do trabalho, a ausência de serviços públicos de qualidade e a marginalização das classes populares são dimensões interligadas a base material da dinâmica metabólica do capital (Marx, 1980). De acordo com Santos (2017, p. 102), “a 'questão social' não é um problema a ser resolvido no capitalismo, mas sim um elemento constitutivo da forma como esse sistema organiza a produção e a reprodução da vida social”.

Sem políticas públicas inclusivas, a urbanização acelerada do século XX, reforçou esse processo, resultando em uma cidade segmentada entre espaços privilegiados e periferias com infraestrutura e serviços básicos ausentes e, ou precarizados (Tanezini, 2015). Nessa direção, Sant’Ana destaca que,

o Brasil apresenta crescimento das cidades em que 80% da população concentra-se nas áreas urbanas e 40% nas áreas metropolitanas. Esta conjuntura é a herança resultante da urbanização intensiva ocorrida entre os anos de 1940 a 2000, fruto do processo de êxodo rural, uma das consequências da modernização conservadora. A população urbana era de 23,3% e cresceu para 81,2%. Isso gerou um enorme déficit habitacional, tanto na cidade quanto no campo, estimado em 7,9 milhões de unidades habitacionais, sem contar o número significativo de assentamentos rurais precários, nos quais se alojam cerca de 3,2 milhões de famílias (Sant’ana, 2018, p. 207).

É fato que a política urbana no País sempre privilegiou os interesses do capital, estimulando a especulação imobiliária e dificultando o acesso à moradia digna para a classe

trabalhadora. Com a industrialização em curso e o processo de migração em massa para os centros urbanos no Brasil, a população pobre foi deslocada para áreas informais, sem planejamento estatal adequado. As mulheres, historicamente relegadas à esfera doméstica, passaram a compor a base do mercado informal e da “economia do cuidado”, enfrentando duplamente os impactos da precarização urbana (Moura, 2022).

Nessa direção, na contemporaneidade brasileira,

a análise do rendimento domiciliar per capita de domicílios chefiados por mulheres e homens mostra algumas diferenças relevantes. Domicílios com rendimento de até um salário-mínimo (SM) per capita tinham proporção maior de mulheres chefes que homens em 2022, situação que se inverte nos domicílios com rendimentos acima de 1 SM por pessoa, ou seja, proporção maior destes domicílios eram chefiados por homens. Além disso, entre os domicílios chefiados por mulheres, 28,6% se concentravam nas faixas de rendimento até $\frac{1}{2}$ SM per capita, enquanto entre os domicílios com pessoa responsável do sexo masculino esta proporção totalizava 21,6%. Portanto, existe uma maior vulnerabilidade econômica entre as mulheres, que resulta da maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, refletidos na menor taxa de participação, maior busca por trabalho e menor remuneração (RASEAM, 2024, p. 26).

Corolário a isso, o segmento feminino, especialmente as mulheres negras, que chefiam famílias monoparentais e trabalhadoras informais, enfrentam uma gama de processos ainda mais perversos, pois passaram a combinar a exploração capitalista, a opressão patriarcal e a violência racial, então manifestas na precariedade das condições de moradia e na violência cotidiana das expressões da “questão social” que atingem veemente essa grande parcela da população, num cenário de miséria e barbárie. Como Lélia Gonzalez (1984) denuncia, o racismo institucional não é um desvio ou um resquício do passado colonial, mas um mecanismo estrutural que mantém a população negra em situação de vulnerabilidade, negando-lhe direitos fundamentais. Assim,

se analisarmos as diferenças do rendimento domiciliar das mulheres responsáveis, considerando a cor ou raça, percebemos que proporção menor dos domicílios chefiados por mulheres brancas estava abaixo do corte de $\frac{1}{2}$ SM per capita (18,0%), sendo que esta proporção era de 36,5% para domicílios com chefe mulher preta ou parda, ou seja, mais que o dobro. Portanto, a pobreza além de ter gênero, tem cor no Brasil (RASEAM, 2024, p. 24).

Além disso, a dupla jornada de trabalho das mulheres negras – a combinação do trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo não remunerado – impõe desafios adicionais

para sua permanência no mercado de trabalho formal, tornando sua inserção ainda mais frágil diante das reformas neoliberais. Conforme o RASEAM (2024, p. 8), “enquanto as mulheres dedicavam em média 21,3 horas por semana às atividades de afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas, os homens destinavam apenas 11,7 horas semanais”.

O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2024) também aponta que,

em 2022, 4,3 milhões de mulheres chefiavam domicílios sem cônjuges e com filhos de até 14 anos, sobretudo mulheres pretas ou pardas (65,8%), enquanto apenas 501 mil homens o faziam. A sobrecarga com o trabalho reprodutivo afeta a inserção das mulheres no mercado de trabalho (RASEAM, 2024, p. 4).

Nessa perspectiva, a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro revela disparidades significativas quando analisada a partir do marcador racial. Em 2022, observou-se que 53,9% das mulheres brancas integravam a força de trabalho — seja na condição de ocupadas ou desocupadas —, enquanto entre as mulheres pretas ou pardas essa taxa era ligeiramente inferior, alcançando 51,3%. Essa desigualdade torna-se ainda mais acentuada quando se considera a dimensão regional: as mulheres brancas da Região Sul apresentavam a maior taxa de participação (57,2%), ao passo que as mulheres pretas ou pardas do Nordeste registravam a menor (44,1%) (RASEAM, 2024, p. 21). Tais dados evidenciam que o acesso ao mercado de trabalho, longe de ser homogêneo, é atravessado por múltiplas determinações estruturais, em especial as de raça, gênero e território, que delimitam, de forma desigual, as possibilidades de inserção socioeconômica das mulheres brasileiras.

Nesse contexto, constata-se também que a inserção feminina tende a concentrar-se em setores específicos da economia, reforçando a lógica de segmentação ocupacional. Em 2022, destacavam-se os segmentos da administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, que reuniam 26,2% das mulheres ocupadas; o comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas (18,9%); os serviços domésticos (12,7%); as atividades de informação, comunicação, serviços financeiros, imobiliários, profissionais e administrativos (11,7%); e a indústria (10,0%). Ainda que não represente o setor com maior número absoluto de trabalhadoras, o trabalho doméstico permanece como um espaço fortemente feminizado. Dos 5,7 milhões de indivíduos empregados nessa atividade em 2022, 5,3 milhões eram mulheres, o que denota expressiva

representação desse segmento historicamente marcado pela informalidade e precarização das condições laborais (RASEAM, 2024).

Ademais, esse setor revela um recorte racial alarmante: 67,1% das trabalhadoras domésticas se autodeclaravam pretas ou pardas, o que evidencia a reprodução de uma lógica social historicamente enraizada na intersecção entre raça, gênero e classe. A prevalência de mulheres negras no trabalho doméstico remonta à herança escravocrata brasileira e à posterior exclusão estrutural dessa população dos direitos plenos de cidadania, conformando um cenário em que a subalternização do corpo negro feminino continua a ser funcional à manutenção das desigualdades sociais e ao modelo de acumulação vigente (RASEAM, 2024). Dessa forma, a análise da inserção laboral das mulheres no Brasil exige um olhar atento às determinações históricas e estruturais que sustentam a reprodução das hierarquias sociais no interior do mercado de trabalho.

E é nesta direção que voltamos a reiterar que ser mulher negra no Brasil implica estar submetida a um processo de tripla opressão, resultante da articulação entre as estruturas de raça, classe e gênero, que a posicionam nos estratos mais vulneráveis da sociedade. Conforme observa Gonzalez (2020, p. 58), os estereótipos forjados pelo racismo e pelo sexismo relegam a mulher negra, historicamente, às atividades de prestação de serviços domésticos no interior dos lares da burguesia e da pequena burguesia urbana, espaço no qual se reproduzem mecanismos de naturalização da diferença, da subalternidade e da pretensa inferioridade que lhe são socialmente atribuídas.

Assim, a apreensão crítica da realidade social vivida por essas mulheres requer a consideração dialética das determinações de raça e de classe, dimensões indissociáveis que conformam suas experiências históricas e materiais, sendo, nesse contexto de desigualdade e violação de direitos pela mão invisível do mercado, que a especulação imobiliária e a mercantilização do solo urbano tornam o acesso à moradia uma mercadoria inacessível para a população que permanece, de forma cíclica, em situação vulnerabilizada. Fontes (2010) analisa como o capital imobiliário se apropriou e continua se apropriando das políticas públicas para garantir lucros crescentes, muitas vezes por meio de parcerias público-privadas que retiram direitos e intensificam processos de remoção forçada em áreas valorizadas da cidade. Conforme Santos (2022, p. 76),

nesses moldes, surge, na década de 1960, um modelo de política de habitação caracterizada pela penetração do capital financeiro no setor

de moradia. A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), em 1964, levaram à cabo essa política, objetivando estimular a construção de moradias populares em parceria com o mercado imobiliário. De acordo com Oliveira (2015, p. 7), o SFH “tinha como finalidade a captação de recursos para área habitacional, bem como financiar a aquisição e a construção da casa própria”, enquanto o BNH tinha “a função de fiscalizar, regulamentar e prestar assistência aos demais agentes que faziam parte do sistema”.

Desse modo, é correto dizer que as políticas habitacionais no Brasil foram marcadas por contradições, a exemplo do programa Minha Casa Minha Vida, que sofreu cortes e modificações que priorizaram o financiamento para classes médias, enquanto a população mais pobre continuou enfrentando dificuldades para acessar moradias dignas (Tanezini, 2015), escancarando que a ausência de um planejamento habitacional sólido reflete a histórica negação do direito à cidade para quem de fato a vive.

Corolário a isso, a violência urbana é outro elemento estruturante dessa segregação. Harvey (2014) argumenta que a cidade capitalista não é apenas um espaço de exclusão econômica, mas também de repressão e controle social. As mulheres, sobretudo as negras/pardas e periféricas, vivem cotidianamente a ameaça da violência doméstica, policial e comunitária, o que limita sua mobilidade e seu direito de ocupar os espaços de maneira segura. Segundo o Atlas da Violência (2023), 66% das mulheres assassinadas no Brasil são negras, evidenciando como as opressões de classe, raça e gênero se cruzam na realidade urbana. Além disso, a ausência de políticas públicas voltadas para a segurança de mulheres em comunidades vulnerabilizadas aprofunda essa desigualdade estrutural, onde o braço repressivo do estado é revestido da violência policial e assassina a juventude negra da periferia, filhos das mães que choram o sangue derramado em detrimento do capital.

Nesse panorama, apontamos como as políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil sofreram profundos retrocessos entre os anos de 2016 e 2023, marcando um período de ofensiva neoliberal e conservadora contra os direitos historicamente conquistados pelas lutas feministas e populares. O golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, que culminou na destituição da presidenta eleita Dilma Rousseff sem crime de responsabilidade, instaurou um novo ciclo de austeridade fiscal e desmonte de políticas sociais. Conforme apontam Oliveira e Teixeira (2018), o golpe representou uma ruptura democrática que abriu espaço para a aplicação de uma agenda ultraliberal, alinhada aos

interesses do grande capital, com impactos diretos sobre a estrutura institucional de promoção da igualdade de gênero.

Durante os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), assistimos à desestruturação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que sofreu cortes orçamentários severos, impedindo a continuidade de ações estratégicas nas áreas de enfrentamento à violência de gênero, saúde da mulher e autonomia econômica. Dados da Central Única dos Trabalhadores (2022) revelam que, apenas em 2022, 47 dos 74 programas voltados às mulheres enfrentaram cortes de até 99%, atingindo diretamente projetos como o apoio à implantação de escolas de educação infantil e à regularização fundiária urbana – medidas fundamentais para a emancipação das mulheres pobres e periféricas. Além disso, em 2020, apenas 29,4% dos R\$ 141,3 milhões autorizados foram efetivamente utilizados, comprometendo a implementação de medidas como a construção da Casa da Mulher Brasileira e o fortalecimento de centros de atendimento às mulheres (Silva, 2021).

Esses retrocessos se mostraram “um prato cheio” para a misoginia²⁰ manifestada em assassinatos no país. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam um crescimento de 6,1% nos casos de feminicídio em 2022 em comparação a 2021 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 45). Além disso,

de acordo com dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, em 2022, foram 2.644 ocorrências de homicídios dolosos de mulheres e lesões corporais seguidas de morte e 1.366 ocorrências de feminicídio (RASEAM, 2024, p. 22).

Nessa direção, o aumento em larga escala do ultraconservadorismo também é apontado como um fator que intensificou estas violências (Pereira, 2023). Os movimentos ultraconservadores cresceram significativamente no Brasil nos últimos anos, impulsionados pela ascensão das redes sociais, pelo fortalecimento de lideranças políticas alinhadas aos valores “tradicionais” e pela articulação de setores religiosos fundamentalistas. Esses grupos têm exercido forte influência na formulação de políticas públicas, promovendo ataques sistemáticos aos direitos das mulheres e à equidade de gênero.

²⁰ A misoginia é definida como ódio, aversão, desprezo ou discriminação contra mulheres.

A ofensiva conservadora se manifesta na tentativa de restringir os direitos reprodutivos, na desestruturação de programas de enfrentamento à violência de gênero e na difusão de discursos que reforçam papéis tradicionais de submissão feminina (Corrêa & Kalil, 2021). Além disso, essas forças neoconservadoras vêm ocupando espaços estratégicos institucionais, elegendo representantes que não estão comprometidos com a revolução das conquistas históricas das mulheres e promovendo uma agenda regressiva que ameaça sua autonomia e participação na sociedade (Pereira, 2023). Embora as eleições de 2022 tenham apresentado um aumento na bancada feminina no Congresso, grande parte desses parlamentares foi eleita por partidos conservadores, defendendo pautas contrárias à igualdade de gênero (TSE, 2023). Outrossim,

na comparação entre as eleições de 2018 e 2022, houve um aumento percentual de 12,4% no número total de candidatas, com elevações de candidatas a presidente (100%), deputada federal (38,3%), governadora (21,4%) e vice-governadora (18,6%). Em relação a 2018, destaca-se ainda o aumento no percentual de eleitas em 2022, que foi de 15,4%. A taxa de sucesso feminino nas eleições de 2022, no entanto, foi muito baixa: das 8.852 candidatas, apenas 293 foram eleitas (3,3%). Deve-se registrar também a queda de 6 para 4 senadoras e de 7 para 6 vice-governadoras eleitas (RASEAM, 2024, p. 26).

Pereira (2023, p. 45) faz a seguinte consideração:

a ocupação de cargos políticos por mulheres alinhadas ao ultraconservadorismo não representa necessariamente um avanço na luta feminista, mas sim uma estratégia para desenvolvimento de políticas que restringem direitos e perpetuam desigualdades.

Em Sergipe, por exemplo, as eleições de 2022 também refletiram a realidade nacional de um aumento percentual no número de candidatas, mas com uma disparidade evidente na conquista de espaços efetivos de poder. A bancada feminina sergipana no legislativo estadual, apesar de ter apresentado um incremento, continua refletindo um quadro de sub-representação, com a maioria dos cargos ocupados por representantes de partidos conservadores. Dados do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (2022) indicam que, em comparação com 2018, o aumento de mulheres candidatas no estado foi de cerca de 10%, mas, apesar disso, a taxa de sucesso de candidaturas femininas continua sendo muito baixa, abaixo de 4%.

Em relação às políticas públicas no estado, a Secretaria Estadual de Assistência Social e Inclusão (SEASIC), embora composta majoritariamente por mulheres, apresenta um cenário de retrocesso. O cargo da Secretaria de Assistência Social e Inclusão é ocupada pela primeira-dama do governo estadual, o que evidencia a presença do "primeiro damismo" nas políticas sociais, um fenômeno que, como aponta Pereira (2023, p. 45), não necessariamente contribui para a implementação de políticas públicas feministas, mas sim para a continuidade de políticas que muitas vezes reforçam as desigualdades. O relatório da SEASIC (2022) indica uma redução na oferta de programas sociais voltados para mulheres em situação vulnerabilizada, o que sugere uma falta de prioridade nas pautas femininas dentro do governo estadual, nos lembrando do argumento validado anteriormente: precisamos de mulheres nos espaços de poder, mas de mulheres que estejam, de fato, alinhadas com as pautas da classe trabalhadora no tocante ao enfrentamento das expressões da “questão social” frutos da violência do estado.

Nesse sentido, retomando a conjuntura brasileira, a violência estatal também se manifesta nos despejos forçados, que ocorrem frequentemente para dar lugar a grandes empreendimentos urbanos. Em diversas metrópoles brasileiras, ocupações urbanas têm sido criminalizadas, e suas lideranças, perseguidas. No entanto, essas comunidades organizam formas de resistência, reivindicando o direito à cidade e à moradia digna (Moura, 2022). As contradições da política urbana tornam-se ainda mais evidentes no contexto de crise econômica e ajuste fiscal. A desregulamentação do mercado imobiliário e a privatização dos serviços públicos agravam a precarização da moradia, especialmente nas periferias urbanas, onde sabemos que a ausência do Estado resulta em um cenário de vulnerabilidade extrema (Tanezini, 2015).

Os dados destacados no capítulo anterior, sinalizam como o crescimento das ocupações organizadas por mulheres são reveladores da centralidade da luta feminina pelo direito à cidade. Em diversas metrópoles brasileiras, os movimentos sociais liderados por essas sujeitas políticas, reivindicam não apenas moradia, mas também creches, transporte público acessível e segurança, demonstrando a interseção entre as diversas opressões que enfrentam cotidianamente. A partir dessa conjuntura, é evidente que a cidade do capital é um espaço de exclusão e violência, impactando de forma mais intensa as mulheres pobres da periferia. No entanto, a resistência organizada tem demonstrado a capacidade de

construção de alternativas, seja por meio da pressão sobre o Estado, seja pela reapropriação dos espaços urbanos. Marx (2013) já destacava que, no capitalismo, o acesso aos meios de reprodução da vida, como a moradia, é restringido pela propriedade privada, obrigando a classe trabalhadora a se organizar em torno da luta por condições mínimas de existência.

A luta organizada das mulheres negras sem-teto mostra que a resistência à lógica do capital se dá não apenas na reivindicação de políticas públicas, mas na construção de alternativas concretas à estrutura excludente da cidade. Como observa Bell Hooks (1984), o feminismo negro tem sido historicamente um movimento de base, onde mulheres pobres e periféricas desenvolvem formas de organização comunitária que desafiam a lógica da propriedade privada. No Brasil, essa resistência se materializa nas ocupações urbanas lideradas por mulheres, onde as ocupações são uma forma de expropriação popular, que questionam diretamente a acumulação capitalista da terra e propõem novas formas de coletivização da moradia.

No entanto, essa luta não está isenta de contradições. Os movimentos por moradia enfrentam desafios internos, como a tentativa de cooptação pelo Estado e a dificuldade de conciliar diferentes perspectivas políticas. Como Rosa Luxemburgo argumenta em *Reforma ou Revolução* (1899), a luta por direitos dentro do capitalismo é necessária, mas não pode substituir a necessidade de superação do próprio sistema. Para as mulheres negras sem-teto, isso significa que a conquista de políticas habitacionais não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas como parte de um processo maior de emancipação social. A crítica ao reformismo deve estar presente no movimento, garantindo que a luta por moradia não se limite a reproduzir a lógica do capital, mas avance na construção de uma nova ordem social.

Harvey (2014) afirma que o direito à cidade não pode ser reduzido a uma questão jurídica, mas deve ser entendido como um direito coletivo de reconfiguração do espaço urbano com base nas necessidades da classe trabalhadora. Portanto, a cidade do capital se estrutura a partir de mecanismos de exclusão que atingem especialmente as mulheres negras e trabalhadoras, perpetuando desigualdades históricas, sendo, somente por meio do povo organizado, o meio possível para reivindicar o direito à cidade como um direito universal, rompendo com a lógica mercantilista que domina a produção do espaço urbano.

3.2 O Estado e a Agenda de Política Urbana em Tempo de Crises do Capital e Contrarreformas: mulheres na luta por moradia e direito à cidade

A relação entre o Estado e as políticas urbanas no Brasil é historicamente orientada pela manutenção dos interesses do capital. Desde o período imperial, o planejamento urbano favoreceu as classes dominantes, promovendo remoções forçadas e marginalizando a população trabalhadora (Santos, 2017). O Estado, na sua forma burguesa, se organiza para garantir a reprodução do capital, incluindo a gestão do espaço urbano de maneira a favorecer os interesses da classe dominante. Karl Marx (2013) argumenta que o Estado é um instrumento da burguesia para manter a ordem capitalista, utilizando políticas públicas que, frequentemente, servem para conter conflitos sociais sem de fato resolver as raízes das suas causas estruturais. As políticas habitacionais no Brasil seguem essa lógica, atendendo de forma precária à população pobre e estimulando a valorização da terra para o mercado imobiliário. Na concorrência por espaço, as áreas urbanas as quais geralmente são planejadas se expandem para além dos seus limites, impulsionadas pela influência do mercado imobiliário, resultando em uma situação em que o capital molda esses espaços devido à sua busca incessante por acumulação.

No século XX, mesmo com a expansão da industrialização e o crescimento das cidades, a ação estatal continuou priorizando os grandes empreendimentos imobiliários em detrimento da habitação popular (Tanezini, 2015). Maricato (2011) explica que, desde os anos 1990, houve um avanço das políticas neoliberais que transferiram a responsabilidade da habitação para o setor privado, resultando na mercantilização do direito à moradia. Nos períodos de crise do capital, a agenda urbana se torna ainda mais excludente. As políticas de austeridade impõem cortes nos programas habitacionais, dificultando ainda mais o acesso da população de baixa renda à moradia digna (Moura, 2022).

A espoliação urbana, conforme argumenta Procópio (2020), não se restringe apenas à remoção física das populações pobres, mas também envolve um aparato ideológico que naturaliza as desigualdades territoriais. As mulheres negras, principais afetadas pela precariedade habitacional, emergem como sujeitos políticos centrais na luta por moradia, ressignificando o território como espaço de reivindicação de direitos e construção de novas formas de vida (Almeida, 2018). Esse protagonismo reflete não apenas a necessidade de subsistência, mas também a insurgência contra um modelo urbano excludente, regido pelo

mercado e pela especulação imobiliária. Como aponta Angela Davis (1981), a exploração das mulheres negras não pode ser compreendida isoladamente do desenvolvimento do capitalismo, pois sua marginalização no mercado de trabalho e na estrutura urbana resulta diretamente da herança da escravidão e da reprodução das desigualdades estruturais. Dessa forma, o direito à moradia não pode ser dissociado da luta antirracista, pois a exclusão habitacional reflete a continuidade do projeto colonial e escravocrata no Brasil.

Para Procópio (2020), a reprodução da pobreza nas periferias é impulsionada por um modelo político-econômico que perpetua a exclusão territorial dessas mulheres, ao mesmo tempo que se aproveita de sua força de trabalho precarizada. Dessa forma, o território periférico, antes visto apenas como espaço de ausência, transforma-se em campo de resistência e reorganização política, onde a moradia passa a ser compreendida como direito e não como mercadoria (Almeida, 2018).

Nos momentos de crise do capital, como ocorreu nas últimas décadas, o Estado intensifica as contrarreformas que desmontam os direitos sociais. Fontes (2010) demonstra como as crises econômicas são utilizadas para justificar cortes em políticas públicas, ampliando a desigualdade e precarizando ainda mais a vida da classe trabalhadora, especialmente das mulheres. Os programas de habitação popular, em muitos casos, foram utilizados como mecanismos de endividamento da população pobre, ao invés de oferecerem soluções reais para a crise urbana. Harvey (2014) aponta que o neoliberalismo se apropria das políticas urbanas para ampliar a financeirização da moradia, transformando o direito à habitação em um ativo financeiro. Como diria o Levante Popular da Juventude (2012), “a crise é dos ricos e o pobre é quem sofre!”.

Engels, em *A Questão da Habitação* (1872), já demonstrava que a crise habitacional não era uma falha do sistema, mas um elemento central da reprodução do capital. No Brasil, essa lógica se intensificou com a racialização da pobreza, onde a falta de acesso à moradia digna não é um fenômeno neutro, mas atinge desproporcionalmente a população negra, sendo os processos de remoção urbana e a gentrificação, instrumentos que mantêm essa segregação. Como observa Moura (1983) em *Dialética Radical do Brasil Negro*, a periferização da população negra não é apenas uma consequência econômica, mas uma estratégia política do capital para manter as elites no controle do espaço urbano.

As contrarreformas no Brasil devem ser compreendidas como parte de um projeto mais amplo de desmonte dos direitos sociais, alinhado à lógica neoliberal de flexibilização do trabalho e financeirização da vida. No campo da habitação, a lógica da financeirização da moradia consolidou-se como um dos principais mecanismos de acumulação do capital, convertendo um direito fundamental em mercadoria acessível apenas via endividamento (Behring, 2010). Esse modelo subordina o acesso à moradia às regras do mercado, ao mesmo tempo em que reduz a participação estatal na provisão de políticas habitacionais de caráter social, aprofundando as desigualdades urbanas. Essa dinâmica afeta desproporcionalmente as mulheres, especialmente as mulheres negras e chefes de família, que já enfrentam maiores dificuldades no acesso ao crédito e à moradia digna devido às desigualdades estruturais de gênero e raça no Brasil.

A reforma trabalhista de 2017 e a reforma da previdência de 2019 ilustram esse processo ao intensificarem a precarização da classe trabalhadora e restringirem sua capacidade de acessar direitos historicamente conquistados (Boschetti, 2017). A reforma trabalhista, ao flexibilizar contratos, ampliar modalidades precárias de emprego e enfraquecer a organização sindical, gerou um aumento na informalidade e na instabilidade do trabalho, impactando diretamente a renda das famílias e sua capacidade de arcar com financiamentos habitacionais ou aluguel.

Já a reforma da previdência elevou a idade mínima para aposentadoria e dificultou o acesso aos benefícios, aprofundando a desigualdade de gênero no âmbito da Seguridade Social. As mulheres, que já acumulam mais anos de trabalho não remunerado, foram fortemente impactadas pela equiparação do tempo mínimo de contribuição com os homens, desconsiderando as desigualdades estruturais que marcam sua inserção no mercado de trabalho (Boschetti, 2019). Com maior dificuldade para se aposentar e acessar benefícios previdenciários, muitas mulheres, especialmente aquelas que são chefes de família, enfrentam ainda mais obstáculos para garantir moradia estável para suas famílias, intensificando a feminização da pobreza e a insegurança habitacional.

Além disso, essas reformas não podem ser analisadas isoladamente, pois fazem parte de um projeto de reestruturação do Estado voltado para a redução dos investimentos em detrimento do povo. A Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos públicos por 20 anos, restringiu severamente o financiamento de políticas sociais,

impactando diretamente programas habitacionais e dificultando a implementação de estratégias de redução das desigualdades no tocante à questão urbana (Behring, 2018).

O avanço da financeirização nesse setor, aliado ao enfraquecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários, revela a reconfiguração do Estado brasileiro em favor dos interesses do grande capital, ampliando a segregação socioespacial e aprofundando as contradições urbanas. Isto posto, o desmonte das políticas públicas de habitação também deve ser entendido dentro de um contexto mais amplo de precarização da Seguridade Social, onde os direitos sociais são transformados em mercadorias e a população mais vulnerável é relegada à lógica do mercado para suprir suas necessidades básicas (Boschetti, 2017).

No caso das mulheres pobres, negras e filhas da classe trabalhadora, expropriadas da terra, que vivem em situação de desigualdade social e de gênero, a luta pela moradia está diretamente relacionada à sua autonomia econômica, ao combate à violência racial e de gênero e à construção de um projeto de cidade que seja verdadeiramente inclusivo e democrático. A luta dessas mulheres está inserida em um contexto histórico de exclusão e resistência, uma vez que desde o período de colonização, a população negra no Brasil enfrenta processos de marginalização que se refletem no acesso desigual à terra e à moradia. A abolição da escravidão, em 1888, não foi acompanhada de políticas de inclusão social, resultando na perpetuação da pobreza e na formação de favelas e ocupações urbanas (Nascimento, 1982). Saffioti (2013) destaca que a opressão de gênero, quando combinada com a exploração capitalista, torna as mulheres agentes fundamentais na luta por direitos sociais e por um Estado que atenda às necessidades da maioria, e não apenas dos detentores do capital, assim, as ocupações urbanas em que os ensinamentos do trabalho de base são passados de liderança para liderança, representam um contraponto à lógica do Estado neoliberal.

O debate sobre a moradia na perspectiva das mulheres periféricas impõe um deslocamento epistemológico, que desafia a concepção liberal de propriedade e reconhece a cidade como direito coletivo. A atuação política dessas mulheres, segundo Almeida (2018), reflete uma estratégia de resistência contra a gentrificação e a mercantilização do espaço urbano, tensionando as políticas habitacionais e reivindicando um modelo de urbanização popular, pautado pela justiça social. Lefebvre (2001) argumenta que o direito à cidade não

pode ser concedido pelo Estado burguês, mas precisa ser conquistado por meio da ação coletiva da classe trabalhadora. Porém, é fato que criminalização dos movimentos de moradia tem sido um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres sem-teto, uma vez que o patriarcado e o capitalismo operam conjuntamente para manter a exploração das mulheres trabalhadoras, restringindo seus direitos e sua mobilidade urbana (Saffioti, 2011).

As experiências de resistência dos movimentos sociais demonstram que somente a organização popular é capaz de impor mudanças na agenda pública, mesmo diante da repressão estatal. Para Harvey (2014), as lutas urbanas contemporâneas têm potencial revolucionário, pois questionam diretamente a lógica de acumulação capitalista e a função do Estado na reprodução da desigualdade. Portanto, a luta das mulheres por moradia não é apenas uma reivindicação pontual, mas um embate direto contra a estrutura do capitalismo e sua relação com o Estado. A construção de cidades mais justas depende da superação desse modelo excludente, onde a política urbana serve apenas aos interesses do mercado imobiliário e não às necessidades da classe trabalhadora.

No Nordeste, essa luta ganha ainda mais relevância, onde agrários apresentam características próprias, marcadas pela histórica concentração fundiária, pelas oligarquias locais e pela violenta repressão aos movimentos camponeses. Desde o Período Colonial, a região testemunhou revoltas e levantes camponeses, como a Revolta dos Quebra-Quilos (1874-1875), que denunciava a exploração da população rural. No século XX, a luta pela terra intensificou-se com as Ligas Camponesas, que emergiram na década de 1950 sob a liderança de Francisco Julião, reivindicando melhores condições de trabalho e acesso à terra (Martins, 1981).

Como afirma Martins (1981, p. 112), “as Ligas Camponesas foram a primeira organização camponesa de massa no Brasil, desafiando a estrutura agrária com um discurso e uma prática revolucionária, o que as colocou na mira da repressão”. Na Paraíba e em Pernambuco, as Ligas Camponesas desafiaram o poder dos latifundiários e enfrentaram severa repressão estatal, resultando em prisões, torturas e assassinatos de lideranças (Oliveira, 2007). No Maranhão, o conflito de Santa Bárbara, nos anos 1980, exemplifica a violência contra trabalhadores rurais que reivindicavam terras improdutivas.

A repressão violenta contra os movimentos camponeses intensificou-se no período da ditadura militar (1964-1985), quando a luta pela reforma agrária foi criminalizada e

brutalmente reprimida pelo Estado e pelos grandes latifundiários. Nesse período, muitos militantes foram assassinados, sendo as mulheres alvos frequentes de violência e perseguição. O caso de Margarida Maria Alves, assassinada em 12 de agosto de 1983, em Alagoa Grande, na Paraíba, tornou-se um dos símbolos dessa repressão. Margarida era presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade e denunciava as condições degradantes dos camponeses, enfrentando diretamente os interesses dos latifundiários locais, assim, “o seu assassinato representa não apenas a repressão contra as lideranças rurais, mas a tentativa sistemática de silenciar a luta das mulheres camponesas no Brasil” (Caldeira, 2017, p. 89).

A trajetória de Margarida Alves ilustra a interseção entre classe, gênero, raça e violência no campo brasileiro. Seu lema, “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”, reflete o caráter radical e inegociável da luta pela terra como questão de sobrevivência para os camponeses. Mulheres como Margarida assumiram posições de liderança, desafiando a dupla opressão imposta pelo latifúndio e pelo patriarcado. Segundo Medeiros (2004, p. 150),

o protagonismo das mulheres na luta pela terra foi sistematicamente invisibilizado, ainda que elas fossem responsáveis por organizar greves, ocupar terras e sustentar a resistência camponesa nas décadas de repressão.

De acordo com Porto-Gonçalves (2012, p. 213), “a luta pela terra no Brasil revela o caráter estrutural da violência agrária, na qual as mulheres são especialmente vulneráveis devido à dupla exploração que sofrem no campo”, uma vez que o Estado brasileiro, historicamente, tem sido cúmplice dessa violência, seja por meio da omissão, seja por meio da repressão direta aos movimentos sociais. Durante a ditadura militar, as Ligas Camponesas foram desmanteladas pela repressão, e lideranças como Elizabeth Teixeira sofreram perseguição, tortura e exílio.

No período democrático, embora algumas políticas públicas tenham sido implementadas, a impunidade para os crimes cometidos contra camponesas continua sendo uma realidade, vez que outras militantes também foram brutalmente assassinadas ao longo da história da luta camponesa no Brasil. Irmã Dorothy Stang, missionária e defensora dos direitos dos camponeses e da floresta amazônica, foi executada em 2005 no Pará, por sua

atuação contra os grileiros e a devastação ambiental. Antes dela, em 1982, a líder camponesa Rosa Maria Conceição foi morta na Bahia, vítima da violência do latifúndio.

Conforme observa Fernandes (2008, p. 175),

a violência contra lideranças camponesas faz parte de uma estratégia de controle social do território, onde a expropriação da terra está associada à eliminação física daqueles que se opõem ao avanço do agronegócio e da grilagem.

Desse modo, a inserção subordinada do Nordeste na dinâmica capitalista nacional evidencia não apenas um processo histórico de marginalização regional, mas também sua funcionalidade para a reprodução das desigualdades estruturais do país. Essa condição não representa um desvio do desenvolvimento, mas sim um componente necessário ao próprio movimento do capital, que depende da existência de regiões periféricas capazes de fornecer força de trabalho superexplorada. A migração compulsória, impulsionada por fatores como a seca, a concentração fundiária e a ausência de políticas públicas estruturantes, reforça o papel do Nordeste como território de expulsão de trabalhadores. Estes, ao se inserirem nos grandes centros urbanos em condições de precariedade, contribuem para o barateamento da força de trabalho e para a intensificação da acumulação capitalista (Furtado, 2005, p. 94; Marini, 2011, p. 126, 2011).

Essa dinâmica revela o caráter estrutural da desigualdade regional no Brasil, em que o subdesenvolvimento do Nordeste não é apenas tolerado, mas produzido e reproduzido para garantir a expansão do capital em outras áreas. Conforme aponta Marini (2011), a superexploração da força de trabalho constitui a base sobre a qual se organiza o capitalismo dependente, incidindo com maior intensidade sobre as populações mais vulneráveis, como os trabalhadores nordestinos. Assim, evidencia-se o vínculo orgânico entre o subdesenvolvimento regional e os mecanismos de valorização do capital em escala nacional, sustentando uma lógica de centro-periferia no interior do próprio território brasileiro.

Embora tenha registrado avanços socioeconômicos nas últimas décadas, o Nordeste continua sendo a região mais desigual do Brasil. A pobreza, embora em declínio, ainda atinge uma parcela significativa da população. O PIB per capita nordestino é o menor do país, representando 68,3% do PIB nacional, e a taxa de pobreza em 2022 estava em 45,7%, uma redução em relação a 2016 (IBGE, 2023). No entanto, as disparidades regionais

permanecem profundas, e as cidades nordestinas continuam a enfrentar enormes desafios em termos de acesso à moradia, saúde e educação. O IBGE (2024), aponta que a região concentra cerca de 2,8 milhões de domicílios em aglomerados subnormais, sendo que 67% desses são ocupados por famílias negras. O Relatório de Inadequação De Domicílios No Brasil (2024, p. 29), aponta que

apesar de a maioria dos domicílios ocupados urbanos se localizarem na região Sudeste (46,6%), é no Nordeste onde se concentram a maior parte dos domicílios inadequados sob o ponto de vista de infraestrutura urbana. São 6,366 milhões de domicílios com Inadequação de Infraestrutura Urbana, 41% do total do Brasil. Todavia, os domicílios urbanos ocupados da região representam 23% do total nacional. Em seguida, vem a região Sudeste, com 4,053 milhões de domicílios inadequados; Norte, Sul e Centro-Oeste, com 2,465 milhões, 1,379 milhões e 1,238 milhões respectivamente.

Nessa direção, as mulheres, especialmente as negras e periféricas, são as mais impactadas por essa exclusão, enfrentando a interseção de desigualdades de gênero, raça e classe, que ampliam sua vulnerabilidade social e econômica:

A região Nordeste registrou maior desemprego no trimestre de referência (11.11%), enquanto a região Sul teve o menor desemprego no mesmo período (4.94%). Nas categorias de raça e gênero, “Mulher Negra” foi a categoria com maior população desempregada, cerca de 11.69%. A menor taxa de desocupação foi registrada na categoria “Homem Branco”, de 5.19% (PNAD, 2024, p. 3).

Em Sergipe, estado nordestino, os movimentos sociais avançaram na pressão por políticas habitacionais, a fim de conquistar espaços na formulação de programas de moradia popular e regularização fundiária, apesar da resistência do Estado e da repressão contra lideranças populares. No entanto, a especulação imobiliária e os interesses privados continuam a dificultar avanços significativos (Moura, 2022). A interseção entre as questões agrária, urbana e social no solo sergipano reflete as contradições estruturais do capitalismo brasileiro, manifestadas na concentração fundiária, nos conflitos pela terra e na segregação socioespacial nas cidades. De acordo com Lopes (2007), a história da luta pela terra em Sergipe é marcada por conflitos intensos, nos quais o campesinato tem resistido à expropriação e buscado alternativas de produção e subsistência. Os assentamentos rurais,

formados ao longo das últimas décadas, evidenciam essa luta, mas também os desafios enfrentados pelos Trabalhadores Sem Terra (Lopes, 1999).

Historicamente, o estado tem sido palco de intensas disputas no campo, onde a luta pela terra se tornou central para milhares de camponeses em busca de sobrevivência e reprodução familiar. Em 2009, havia 174 acampamentos registrados, totalizando 6.927 famílias sem-terra (INCRA, 2009). Em 2017, o número de acampamentos aumentou para 150, com destaque para a região do Vale do Cotinguiba, que concentrava 51 acampamentos e 6.532 famílias acampadas (Valadão; Sousa; Locatel, 2022, p. 14). Em 2023, o MST organizou ocupações de terras improdutivas e protestos na capital Aracaju, reivindicando celeridade nos processos de assentamento e melhores condições para os trabalhadores já assentados. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicam que, entre 2016 e 2023, ocorreram mais de 300 conflitos agrários no estado, com casos de violência envolvendo trabalhadores rurais e latifundiários (Lopes, 2003).

Lopes (2003) ressalta que a história dos movimentos sociais no campo sergipano é marcada pela violência como forma de contenção das reivindicações populares, revelando a permanência do conflito agrário. Desse modo, a atuação de movimentos sociais como o MST tem sido fundamental na organização das lutas camponesas em Sergipe. Em 2018, o MST representava 68,7% dos acampamentos no estado (Valadão; Sousa; Locatel, 2022). Esses movimentos protagonizaram ocupações de latifúndios improdutivos e pressionaram o Estado por políticas de assentamento e reforma agrária. No Alto Sertão Sergipano, por exemplo, tais mobilizações resultaram na criação de assentamentos rurais que buscam garantir a reprodução social e econômica das famílias assentadas (Jesus et al., 2018).

A urbanização acelerada em Sergipe, intensificada pelo êxodo rural, gerou um aumento expressivo da população em periferias escassas de infraestrutura básica. O movimento de luta por moradia urbana tem denunciado a especulação imobiliária e a insuficiência de projetos habitacionais voltados às camadas populares (Lopes, 1999). Concomitantemente, a repressão aos movimentos sociais em Sergipe também se intensificou nesse período. Registros da CPT mostram que, entre 2016 e 2023, houve um aumento de 50% nos casos de despejos forçados no campo e na cidade, muitos deles acompanhados de violência policial. Esse cenário reflete a estrutura fundiária concentrada do estado e o papel do Estado como garantidor dos interesses da classe dominante.

A relação entre as lutas urbana e agrária no estado, evidencia a relação entre a estrutura fundiária e a exclusão social. Lopes (1999) argumenta que a formação dos assentamentos rurais sergipanos está diretamente relacionada às disputas pela democratização do acesso à terra. Esse mesmo princípio pode ser observado nas cidades, onde o acesso à moradia é negado às classes populares, resultando na proliferação de assentamentos urbanos precarizados. Na atualidade, o Diagnóstico Socioeconômico de Sergipe (2024) revela que 3% dos domicílios no estado, cerca de 24.256, são classificados como habitações precárias. Desses, 4.842 são domicílios rústicos (instalados em estruturas provisórias ou inacabadas, como barracos, tendas, viadutos) e 19.414 são improvisados, erguidos com materiais inadequados e sem acesso regular aos serviços públicos essenciais (Observatório de Sergipe, 2024).

Sergipe, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,705 em 2019 (Atlas Brasil, 2023), apresenta uma realidade marcada pela desigualdade, onde o rendimento médio da população sergipana é de R\$ 2.030,00, representando 76,3% da média nacional (IBGE, 2022) e refletindo a persistente marginalização da população de baixa renda, especialmente nas áreas periféricas da capital Aracaju, onde as condições precarizadas de moradia são mais evidentes:

A taxa de desocupação em Sergipe atingiu 8,4% no 4º trimestre de 2024, contemplando os meses de outubro, novembro e dezembro, mesmo indicador do trimestre anterior. Na comparação com o mesmo período do ano passado, quando a taxa era 11,2%, houve uma redução de 2,8 p.p. O resultado ficou acima do registrado pelo Brasil (6,2%) e abaixo do pontuado pelo Nordeste (8,6%) (Observatório de Sergipe, 2025, p. 3).

Essa realidade nos permite evidenciar como a crise de moradia no Brasil é agravada pelas especificidades regionais, com destaque para o Nordeste, onde a desigualdade socioeconômica ainda é profunda e a falta de políticas públicas eficientes - e não apenas minimalistas e focalizadas - resulta em uma população à margem do direito à cidade. Para Moura (2022, p. 102), “a cidade é o espelho da violência estrutural do capitalismo”, e a resistência popular, impulsionada principalmente pelas mulheres, se configura como um caminho para desafiar a lógica de mercantilização do solo urbano e garantir a construção de uma cidade mais justa e acessível. De certo,

soma-se a isso a produção de territórios de segregação socioespacial e racial, em decorrência da expansão urbana da

capital sergipana, marcada pela construção de conjuntos habitacionais que empurraram a população pobre e preta para as periferias, especialmente para os municípios vizinhos, contribuindo para a formação da Região Metropolitana de maneira excludente e desigual. Com a crescente demanda por habitação, os sujeitos que vivenciam essa realidade de inacessibilidade à moradia digna – trabalhadores negros, fundamentalmente – passam a formar movimentos reivindicatórios para representar a população privada de seus direitos, apontando para a necessidade urgente de superação dessa condição (Santos, 2022, p. 104).

As mulheres, principalmente as negras e de periferia, desempenham um papel fundamental nessas lutas, pois são as que mais sofrem as consequências da expropriação urbana e da segregação social que são refletidas na análise dos indicadores sociais e desigualdades raciais apontados. Isto posto, a condição diferenciada da parcela da classe trabalhadora negra discutida anteriormente, nos leva a enfatizar que a luta por moradia no estado de Sergipe é a luta tocada, fundamentalmente, pelas/os trabalhadora/es negras/os. A concentração desta fração da população, entre os responsáveis por domicílios deficitários e a prevalência de assentamentos irregulares são indicativos de problemas estruturais que necessitam de soluções integradas e efetivas. Nessa direção, corroborando com os estudos de Santos (2022, p. 92), não podemos deixar de retomar aqui o entendimento de que

a segregação sócio-racial do espaço da cidade dialoga organicamente com a marginalização dos/as trabalhadores/as negros/as do mercado de trabalho, principalmente quando se tem presente que a precarização nas condições de moradia foi determinada pelos processos de formação sócio-histórica do Brasil quando os racialmente excluídos do trabalho assalariado, na transição do trabalho escravo, passaram a ocupar os trabalhos de menores prestígios e com remuneração irrisória. A impossibilidade de renda suficiente determinava, com o crescimento das cidades e do racismo estrutural, seu lugar de moradia: os cortiços, as favelas, os espaços impróprios para a habitação (Costa; Azevedo, 2016).

Assim, políticas públicas voltadas para a construção de moradias adequadas, a regularização fundiária e a luta contra o racismo e a desigualdade de gênero são essenciais para enfrentar a questão urbana, de modo que se possa garantir o direito à cidade para todos. Portanto, a incidência política das mulheres sem-teto na luta pelo direito à moradia deve ser analisada a partir de uma perspectiva que rompa com as leituras liberais que reduzem a questão urbana a um problema meramente técnico ou de gestão pública.

O feminismo popular articulado com o marxismo, deve reivindicar não apenas o acesso à moradia, mas a destruição das bases estruturais do capitalismo que sustentam a desigualdade racial e de gênero. Somente por meio de uma luta feminista, popular e coletiva, será possível garantir o direito à cidade como parte de um processo de emancipação real da classe trabalhadora. A superação dessa estrutura excludente passa necessariamente pela expropriação da propriedade privada e pela construção de formas coletivas de organização urbana. István Mészáros (2002) argumenta que o capitalismo não pode ser reformado para se tornar mais justo, pois sua essência é a exploração contínua da classe trabalhadora.

Assim, a luta das mulheres negras sem-teto não pode se limitar à conquista de políticas públicas dentro da lógica neoliberal, mas deve apontar para uma transformação radical da sociedade, onde a terra e a moradia sejam socializadas e organizadas em detrimento do povo e não do lucro. Nessa direção, no território sergipano, as ocupações urbanas e os movimentos populares, reforçam o argumento de que apenas por meio da mobilização social é possível garantir direitos e combater as desigualdades históricas que marcam a cidade capitalista, conforme discutiremos a seguir, trazendo as “escrevivências” das mulheres no contexto de luta e resistência pelo direito à cidade no chão que pisam.

3 A INCIDÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES SEM TETO NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA NA CIDADE MÃE DE SERGIPE

*Eu não vou sucumbir
Eu não vou sucumbir
Avisa na hora que tremer o chão
Amiga é agora
Segura a minha mão
Elza Soares*

O presente capítulo objetiva analisar a incidência política das mulheres sem-teto na luta pelo direito à moradia na “Cidade Mãe de Sergipe” entre 2016 e 2023, com foco nas lideranças femininas da Ocupação da Cabrita, apreendendo aspectos das desigualdades de classe, raça e gênero, os quais se manifestam no espaço urbano, e nessa direção destacam como as mulheres, em meio às adversidades, constroem formas de resistências e organização popular. Nessa direção, fora realizado um panorama destacando quem são essas mulheres; Quais espaços de tomadas de decisões elas estão inseridas e o modo que se organizam coletivamente para reivindicar suas agendas sociais e reafirmar suas bandeiras de luta.

Para contextualizar a dinâmica do território e seus conflitos cotidiano no espaço da Ocupação da Cabrita, abordamos inicialmente a relação entre ocupações urbanas e as expressões da “questão social” no município de São Cristóvão/SE. A partir daí, traçamos o perfil socioeconômico de mulheres da Associação de Produtores Rurais da Cabrita (APPPROC), destacando suas trajetórias de vida e as motivações que as impulsionam a atuar na linha de frente das mobilizações.

Em seguida, analisamos as ações desenvolvidas no território, evidenciando os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para garantir a permanência naquelas terras, bem como para pressionar o Estado por políticas de moradias. Por fim, discutimos a inserção das mulheres nos espaços públicos de poder e sua participação ativa nos processos decisórios do movimento. O debate sobre a interseção entre feminismo popular e socialismo se faz presente ao longo da análise, demonstrando que a luta pela moradia não pode ser dissociada da luta contra o racismo, a opressão patriarcal e da construção de um projeto emancipatório para a classe trabalhadora.

4.1 Ocupações e as Expressões da Questão Urbana: “questão social” e desafios das lutas por moradia e regularização fundiária do território em São Cristóvão – SE (2016-2023)

A luta pelo direito à moradia no Brasil insere-se no bojo do antagonismo de classes inerentes ao modo de produção capitalista, concentra a propriedade fundiária em poucas mãos e relega a classe trabalhadora à informalidade e à precarização habitacional. Trata-se de uma luta estratégica fundamental à questão urbana e suas expressões, e portanto, refletem as contradições estruturais e conjunturais no atual estágio monopólico do capital, cuja contexto das cidades apresentam disputas acirradas pelo solo urbano de forma desigual, marginalizando as populações que vivem do trabalho assalariado, ao tempo que aprofunda processos de segregação socioespacial.

Em Sergipe, a cidade de São Cristóvão expressa essas dinâmicas conflitivas, sendo território de ocupações urbanas que seguem reterritorializando suas lutas por moradia e pelo direito à cidade ao longo de décadas. Entre essas experiências, destaca-se a Ocupação Resistência da Cabrita, protagonizada por mulheres que, além de enfrentarem a precarização habitacional, assumem a linha de frente da organização popular e da resistência frente ao Estado e ao capital imobiliário em processo de expansão. Como aponta Engels (2015, p. 79), “a habitação do trabalhador é determinada pelo nível de exploração de sua força de trabalho, refletindo as desigualdades inerentes à sociedade burguesa”. Nesse sentido, a moradia precária não é uma condição isolada, mas sim um reflexo da estrutura social que perpetua a concentração fundiária e a exclusão das camadas populares.

A formação da Ocupação Resistência da Cabrita deve ser compreendida dentro do processo histórico de expansão urbana de Aracaju-SE e sua relação com São Cristóvão, marcada pela periferização e pela reprodução das desigualdades socioespaciais. Desde sua fundação como capital de Sergipe em 1855, Aracaju passou por sucessivos ciclos de crescimento urbano, caracterizados pela concentração fundiária, segregação socioespacial e pela ocupação desordenada de áreas periféricas, ainda que considerada planejada no modelo Tabuleiro de Xadrez (Santos, 2018). No entanto, a partir da segunda metade do século XX, a cidade passou a expandir-se para além dos seus limites originais, impulsionada pela especulação imobiliária e pela ausência e, ou mínimo de políticas públicas.

São Cristóvão foi diretamente impactada por esse crescimento, tornando-se um espaço de recepção de assentamentos deslocados pelo avanço da urbanização aracajuana. A criação da Região Metropolitana de Aracaju, em 1995, formalizou essa interdependência territorial, mas não promoveu soluções estruturais para os problemas habitacionais (Silva, 2019). Em vez disso, a lógica de valorização imobiliária forçou as camadas populares a procurarem alternativas em áreas mais distantes do centro econômico metropolitano, muitas vezes sem infraestrutura adequada, como ocorre na região do povoado Cabrita, em São Cristóvão.

A constituição urbana deste território, evidencia as marcas históricas da produção desigual do espaço sob a dinâmica metabólica do capital monopólico, em especial a partir da intensificação das contradições, cuja origem têm raízes no processo de acumulação primitiva reengendrada no atual estágio da expansão desordenada do capital sobre o solo urbano em seu emergente processo de superacumulação viabilizada pela busca de superlucros. A expansão e expropriação da propriedade privada como lógica estruturante da cidade excluiu amplas parcelas da população da plena realização do direito à moradia e ao território. Em São Cristóvão, como em diversas cidades brasileiras, a ausência de políticas habitacionais efetivas, combinada à mercantilização da terra, fomentou o crescimento de ocupações irregulares e assentamentos precarizados, que se configuram como expressão da chamada “lei geral da acumulação capitalista”, onde, segundo Marx (2017, p. 727), “quanto mais riqueza acumula-se num polo, acumula-se miséria, sofrimento e precariedade no outro”.

O documento “*Produto 3 – Estratégias de Ação*”, do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de São Cristóvão, sistematiza dados que expressam a gravidade da questão fundiária local. O presente produto tem como objetivo definir programas, ações, metas e recursos para o enfrentamento dos problemas habitacionais identificados anteriormente, bem como estabelecer indicadores de monitoramento e avaliação. As propostas foram elaboradas em consonância com o Plano Nacional de Habitação, o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e o Plano Diretor Participativo de São Cristóvão. Sua construção contou com a participação da Comissão de Acompanhamento do PLHIS, que contribuiu tecnicamente para a formulação das estratégias utilizadas pela equipe contratada (M&C Engenharia, 2023, p. 10-11).

O município de São Cristóvão apresenta um cenário marcado pela expansão de assentamentos precarizados, caracterizadas por moradias construídas em áreas sem a devida regularização fundiária, que surgiram, em geral, a partir da aquisição informal de terrenos em loteamentos irregulares ou clandestinos, nos quais os/as moradores/as construíram suas residências sem garantia jurídica sobre a posse do solo. Conforme o mapeamento técnico, a “Cidade Mãe”, apresenta territórios urbanos classificados como assentamentos precarizados a serem contemplados em planos de urbanização e/ou REURB-S - Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (M&C Engenharia, 2023).

A Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), instituída pela Lei Federal nº 13.465/2017, insere-se no contexto mais amplo das lutas populares por moradia e pelo direito à cidade, em um cenário urbano marcado pela segregação socioespacial, pelo acesso desigual à terra urbana e pela reprodução ampliada das desigualdades sociais. Em São Cristóvão - SE, quarto município mais antigo do Brasil, a existência de territórios urbanos informais expressa não apenas uma carência de políticas habitacionais, mas sobretudo os limites estruturais do modo de produção capitalista em assegurar o direito universal à moradia digna, onde a existência de assentamentos precarizados deve ser compreendida como expressão concreta da exponencialização da geração de mais-valor (Marx, 2017), pela qual o capital, em sua ânsia por supervalorização, engendra, de um lado, a concentração da riqueza, e de outro, uma massa relativa de população empobrecida, que serve de exército industrial de reserva, os quais os estudos marxianos apontam como os supranumerários²¹.

A chamada “acumulação primitiva”, retomada criticamente por autores/as como Rosa Luxemburgo (2021) e nos dias atuais, o David Harvey (2005), reaparece no contexto urbano contemporâneo na forma de “acumulação por despossessão”, em que comunidades inteiras são deslocadas ou mantidas em insegurança jurídica como forma de manutenção da especulação imobiliária. Nesse contexto, a política de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social representa uma resposta parcial, embora estratégica, para romper com a lógica excludente do capital. O caso de São Cristóvão ilustra com nitidez esse embate entre a lógica da mercantilização da terra urbana e o direito coletivo à permanência.

²¹ O capitalismo produz, como consequência de seu próprio sucesso e expansão, uma superpopulação relativa, composta por trabalhadores supranumerários da grande indústria e que não consegue se empregar nela de maneira permanente. Aqui falamos em superpopulação “relativa” porque nos referimos ao número de trabalhadores que excede as necessidades de reprodução do capital em determinado período da sua acumulação, não em termos absolutos no sentido de “ter muita gente no planeta”. (MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.)

A REURB-S, nos termos da Lei nº 13.465/2017, busca incorporar ao ordenamento jurídico núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda. O artigo 13 da referida legislação define como requisitos para sua aplicação: a comprovação da informalidade da ocupação; o uso do imóvel como moradia habitual; a ausência de outro imóvel urbano ou rural em nome do beneficiário; e a existência da ocupação até a data de promulgação da lei, em 22 de dezembro de 2016. Esses critérios visam assegurar que a regularização beneficie efetivamente os sujeitos históricos do *déficit* habitacional, e não interesses privados ou especulativos.

O PLHIS - 03 aponta a existência de 27 territórios/assentamentos diagnosticados para serem realizadas ações de urbanização e/ou regularização fundiária, sendo estes divididos em 6 graus prioritários de intervenção, situados na Sede do município e no Grande Rosa Elze, em áreas ocupadas irregularmente e, muitas vezes em condições precárias de infraestrutura e com riscos geotécnicos ou ambientais. Abaixo, sistematiza-se os principais dados levantados no diagnóstico:

Quadro 01 - Necessidades de Intervenção, Grau de Intervenção e Programas de Atendimento em Assentamentos Precários

Necessidades de intervenção no assentamento precário	Grau de Intervenção	Quantidade		Programas		
		Assentamentos Precários	UH	Produção de Habitação	Urbanização	Regularização Fundiária
Assentamentos precários, loteamentos irregulares e/ou clandestinos diagnosticados como não consolidáveis que necessitam de intervenção de remoção total das moradias	6	4	273	273	-	273
Assentamentos precários, loteamentos irregulares e/ou clandestinos diagnosticados como consolidáveis que necessitam de intervenção de remoção parcial das moradias e de urbanização complexa	5	9	4.174	124	4.050	4.174
Assentamentos precários, loteamentos irregulares e/ou clandestinos diagnosticados como consolidáveis que necessitam apenas de intervenção de urbanização complexa	4	9	1.784	-	1.784	1.784
Assentamentos precários, loteamentos irregulares e/ou clandestinos diagnosticados como consolidáveis que necessitam de intervenção de urbanização complexa, combinada com a urbanização simples	3	1	1.396	-	1.396	1.396
Assentamentos precários, loteamentos irregulares e/ou clandestinos diagnosticados como consolidáveis que necessitam apenas de intervenção de urbanização simples	2	2	1.901	-	1.901	1.901
Conjuntos habitacionais diagnosticados como consolidados que necessitam apenas de intervenção de regularização fundiária	1	2	312	-	-	312

Fonte: Elaborado pela Equipe M&C Engenharia, 2023

Quadro 02 - Territórios/Assentamentos Diagnosticados no Produto 3 do PLHIS

Nome	Localidade	UH	Grau de Intervenção
Ocupação do Maria do Carmo	Grande Rosa Elze	126	6
Ocupação da Deso	Grande Rosa Elze	52	6
Ocupação Irmã Dulce	Sede	52	6
Ocupação do Renatão	Grande Rosa Elze	43	6
Loteamento Lauro Rocha	Sede	711	5
Ocupação do Apicum Merem	Sede	426	5
Madre Paulina	Grande Rosa Elze	577	5
Barreiro	Grande Rosa Elze	592	5
Recanto dos Pássaros / Jardim Universitário II	Grande Rosa Elze	604	5
Colônia Pintos	Sede	506	5
Ocupação do Alto Santo Antônio	Sede	175	5
Encosta da Divinéia	Sede	333	5
Enseada	Sede	250	5
Ocupação Bela Vista	Sede	292	4
Bosque das Flores	Sede	246	4
Ocupação do Luiz Alves I	Grande Rosa Elze	56	4
Largo da Ponte / Beco do Açúcar	Sede	87	4
Parajuizinho	Grande Rosa Elze	263	4
Ocupação do Luiz Alves II	Grande Rosa Elze	306	4
Várzea Grande	Grande Rosa Elze	292	4
Santo Inácio	Grande Rosa Elze	159	4
Canaã	Sede	83	4
Nova Divinéia	Sede	1396	3
Tijuquinha	Grande Rosa Elze	1333	2
Rua do Cemitério / Tancredo Neves	Sede	568	2
Loteamento Alto Santo Antônio	Sede	225	1
Residencial Lauro Rocha	Sede	87	1

Fonte: Levantamento realizado por Silva, Mylena (M&C Engenharia, 2023, p. 43-44)

Esses espaços representam, portanto, não apenas demandas técnicas de regularização, mas arenas de conflito social e disputa pelo direito à cidade. Inspirado na leitura crítica de Engels (1979, p. 31), segundo o qual a habitação, sob o capitalismo, é convertida em mercadoria e instrumento de dominação de classe, é necessário compreender que qualquer política fundiária que não confronte as raízes da mercantilização do solo tenderá a se converter em legitimação das desigualdades existentes. A REURB, ainda que represente um avanço formal, encontra limites estruturais ao operar dentro dos marcos legais do Estado burguês e do direito à propriedade privada.

A proposta de intervenção delineada no PLHIS integra uma abordagem multissetorial e dialética da realidade social, visando articular regularização fundiária, contenção de riscos, reassentamentos e políticas de urbanização. Essa perspectiva assume a centralidade da função social da terra urbana, conforme previsto no artigo 182 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que “a política de desenvolvimento urbano executada pelo poder público municipal [...] tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (Brasil, 1988). Assim, os processos de regularização fundiária devem ser tensionados por uma perspectiva contra-hegemônica, que incorpore a luta histórica das populações urbanas por moradia digna, segurança da posse e permanência nos territórios. A garantia da função social²² da propriedade, princípio inscrito no ordenamento jurídico brasileiro, só poderá ser efetivada por meio da ação coletiva e do protagonismo popular, conforme defende Lefebvre (2001, p. 134), ao apontar o direito à cidade como “um direito à vida urbana transformada e renovada”.

O documento em questão também aponta ações específicas para garantir a eficácia e justiça social no processo de regularização, como a priorização da titulação em nome das mulheres, especialmente chefes de família em situação de risco social, em consonância com os princípios da equidade de gênero e da proteção familiar. Além disso, sugere-se a criação de um Cadastro da Demanda por Regularização, com informações atualizadas sobre as famílias ocupantes, suas condições habitacionais e o grau de vulnerabilidade (M&C Engenharia, 2023).

²² Princípio fundamental no direito brasileiro, exige que a propriedade seja utilizada de forma a atender aos interesses da sociedade, e não apenas aos interesses do proprietário. Isso significa que a propriedade deve ser utilizada de forma a promover o bem-estar social, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico (CF, 1988).

Do ponto de vista teórico, a leitura marxista permite compreender que os processos de produção e reprodução do espaço urbano são determinados pelas formas de expropriação originária, que permanecem operando sob a lógica do capital. A acumulação por espoliação, como enfatiza Harvey (2005, p. 145), permanece sendo uma estratégia central do capitalismo contemporâneo, despossessando populações de seus territórios e subordinando o solo urbano à lógica da supervalorização e superacumulação. Nesse sentido, as ocupações urbanas de São Cristóvão representam, simultaneamente, o resultado da exclusão sistemática e a resistência concreta à negação do direito à cidade.

Em setembro de 2024, o município de São Cristóvão lançou oficialmente o Programa Moradia Legal, apresentando-o como uma etapa formal de adesão local à política de regularização fundiária, conforme o Decreto Nº 461/2024 de 17 de setembro de 2024, que:

Instaura o programa de regularização fundiária denominado “Moradia Legal”. Cria a comissão de regularização fundiária para executar processos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S). Nomeia membros para compor a comissão da REURB Municipal, estabelece atribuições dos membros tendo em vista as normas gerais e procedimentos aplicáveis à REURB-S no âmbito do Município de São Cristóvão/SE, de acordo com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e o Decreto Federal nº 9.310, de 2018 (Diário Oficial do Município de São Cristóvão, 2024, p. 1).

Na primeira fase do programa, foram contemplados dois núcleos urbanos informais: o Conjunto Habitacional José Leite de Andrade (popularmente conhecido como Portelinha) e o conjunto Maria do Carmo III. De acordo com a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, o cadastramento dos/das moradores/das da Portelinha já havia sido concluído, enquanto os/as moradores/as do Maria do Carmo III foram orientados/das a realizar o cadastro até novembro do mesmo ano, por meio do Facilita São Cristóvão, localizado no bairro Eduardo Gomes, macrozona do Rosa Elze²³. Ao todo, 95 lotes foram regularizados na Portelinha²⁴ e outros 452 estavam previstos para regularização no Maria do Carmo III. A Comissão Municipal também previu uma segunda etapa para cadastramento complementar de famílias não atendidas no primeiro momento. De acordo com Igor Santos, arquiteto e

²³

<https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/sao-cristovao-realiza-regularizacao-fundiaria-com-o-programa-moradia-legal>

²⁴

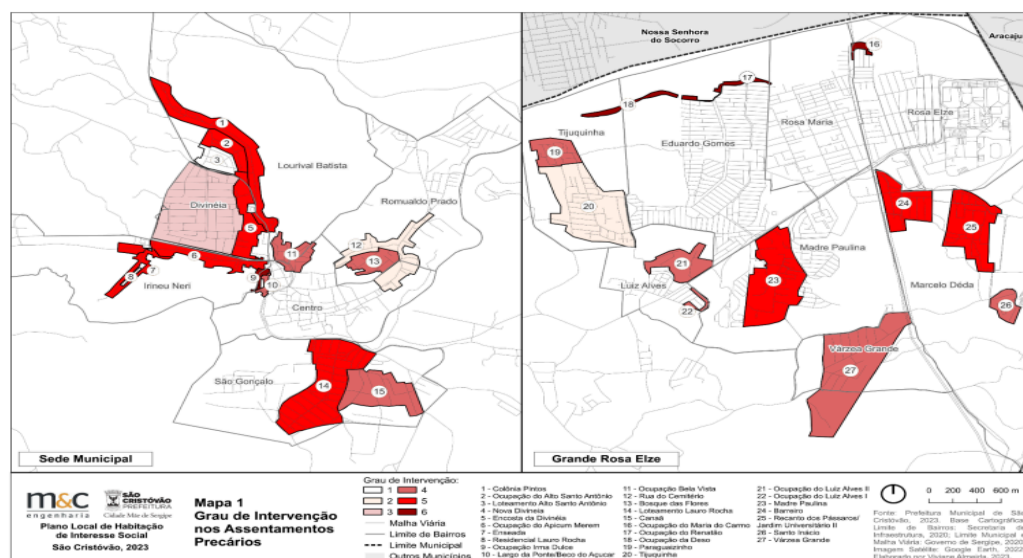
<https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-cristovao-apresenta-projeto-de-regularizacao-fundiaria-da-comunidade-portelinha>.

urbanista presidente da Comissão de Regularização Fundiária de Interesse Social, "esse programa não apenas oferece segurança jurídica aos/as moradores/as, mas também promove o planejamento urbanístico, possibilitando melhorias nas áreas regularizadas e a concretização do direito social à moradia digna" (Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2024).

Entretanto, a análise crítica dessas políticas revela importantes limitações. Um exemplo emblemático é a Ocupação Resistência da Cabrita, que mesmo apresentando características típicas de assentamento urbano/periurbano precarizado, como autoconstrução, ausência de infraestrutura básica e demanda por regularização, não foi incluída no Plano Municipal de REURB-S. A justificativa baseia-se na interpretação de que a área da ocupação não está inserida no espaço urbano do município, o que impede sua inserção formal no programa.

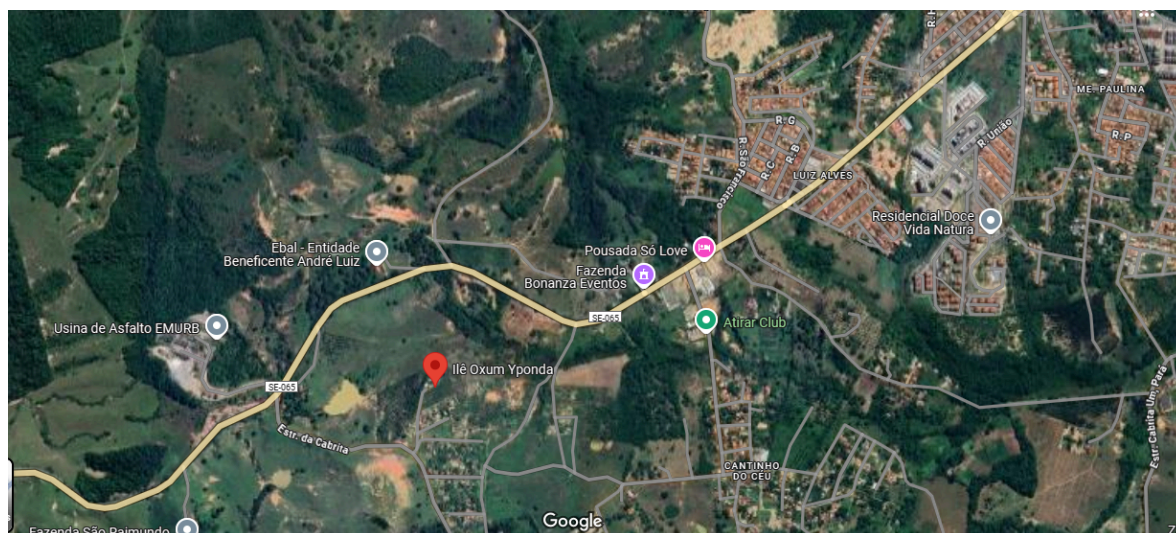
Nessa direção, apresento o Mapa 01, que ilustra o grau de intervenção nos assentamentos precários onde serão realizados o Plano de REURB-S e, em seguida, o Mapa 02, que destaca o território da Cabrita onde vivem as famílias ocupantes e a sua proximidade com as outras localidades que são consideradas áreas prioritárias:

Mapa 01 - Grau De Intervenção Nos Assentamentos



Fonte: M&C Engenharia, 2023.

Mapa 02 - Território da Cabrita onde Vivem as Famílias Ocupantes - Marcador no *Ilé Asé Oxum Yponda*



Fonte: Google Maps, 2025

Tendo em vista a proximidade do Acampamento Nossa Senhora D'Ajuda dos demais locais considerados para a REURB-S, destacamos como a exclusão da Cabrita reforça a tese de que a regularização fundiária, quando guiada por critérios estritamente técnicos e jurídicos, desconsidera as dinâmicas sociais e políticas de produção do espaço urbano popular. Como afirma Rolnik (2015), os processos de regularização devem considerar não apenas os aspectos físicos e legais, mas sobretudo os direitos historicamente negados aos moradores desses territórios, que constroem suas vidas sob a égide da informalidade como única alternativa de acesso à cidade.

A partir da perspectiva do pensamento marxista, esta seletividade institucional revela o funcionamento da "Lei Geral da Acumulação Capitalista", segundo a qual a produção de um exército industrial de reserva, traduzido aqui em populações urbanas precarizadas e despossuídas de terra, é condição para a reprodução ampliada do capital (Marx, 2013, p. 766). A não inclusão da Ocupação Cabrita do plano de REURB não é um fato isolado, mas expressão de um processo mais amplo de negação do direito à cidade às camadas populares, submetidas a um urbanismo seletivo e excludente.

Portanto, a ausência deste território nos instrumentos formais de regularização fundiária evidencia a insuficiência dos atuais marcos legais e institucionais para enfrentar a

desigualdade socioespacial de maneira estrutural. Defende-se, nesse sentido, a necessidade de uma política de regularização que de fato reconheça os territórios populares como expressão legítima do direito à moradia e implemente a inclusão efetiva desses espaços nas políticas públicas urbanas.

O fato é que são estes lugares que abrigam populações que, historicamente, estiveram à margem das políticas públicas e dos direitos sociais, reafirmando o caráter excludente do processo de urbanização capitalista no Brasil (Maricato, 2011, p. 43). A cidade cresceu de forma desigual e combinada, impulsionada por uma lógica de reprodução do capital que privilegia a especulação imobiliária e a valorização fundiária em detrimento do direito à moradia. Nesse sentido, a Ocupação Resistência da Cabrita surgiu no território, como uma resposta direta a esta exclusão habitacional imposta pelo modelo de urbanização vigente, oriundo da violação de direitos. A história da Ocupação tem início nos anos 1990, quando famílias trabalhadoras, diante da ausência de políticas públicas de habitação em São Cristóvão, ocuparam um território às margens da cidade. Esse movimento não pode ser visto de forma isolada, mas como resultado do processo desigual de urbanização no Brasil, em que a terra urbana é convertida em mercadoria e negada à classe trabalhadora. Como explica Fontes (2010, p. 55), a dinâmica da urbanização dependente produziu periferias e favelas como forma de segregar a população pobre, empurrando-a para espaços de invisibilidade.

Em 2014, a violência estatal se materializou por meio de uma reintegração de posse que expulsou cerca de 215 famílias após décadas de permanência, permanecendo por meses acampadas à beira da pista após a destruição de suas moradias e plantações. Esse deslocamento forçado revelou tanto a face repressiva do Estado quanto a resiliência das famílias que, mesmo diante da precariedade extrema, não abriram mão do direito à moradia. Como analisa Cisne (2014, p. 90), a violência da expulsão recai de forma mais dura sobre as mulheres, pois são elas que, historicamente, assumem a responsabilidade pela manutenção da vida cotidiana em situações de vulnerabilidade. Este evento, amplamente registrado por movimentos sociais, pela imprensa televisiva e redes sociais, conforme relato de uma das ocupantes: “Derrubaram minha casa com tudo dentro. Levaram minha paz, minha segurança. Mas eu não desisti, porque aqui a gente construiu com as mãos” (Moradora, 2025).

Federici (2017, p. 29) argumenta que tal ofensiva constitui uma verdadeira “guerra contra a reprodução social”, na medida em que desmantela formas de sustentação da vida

que não se submetem à lógica do capital e que, historicamente, têm sido organizadas por mulheres. Trata-se de um ataque que recai sobre práticas comunitárias de cuidado, solidariedade e resistência, muitas vezes invisibilizadas pelas estruturas hegemônicas justamente por não se converterem em mercadoria. Ao romper essas redes, o projeto neoliberal fragiliza territórios e vínculos sociais que garantem a sobrevivência e a dignidade de populações periféricas. Nesses contextos, as mulheres, especialmente as negras e pobres, tornam-se alvos preferenciais de múltiplas formas de violência, não apenas por sua atuação política, mas também por sua centralidade na manutenção da vida coletiva. Assim, a violência de gênero se converte em uma estratégia estrutural de dominação e controle sobre corpos e territórios dissidentes da ordem capitalista.

No caso da Cabrita, a expulsão visou atender interesses fundiários e grileiros em articulação com o mercado imobiliário, revelando o que Virgínia Fontes (2010, p. 188) chama de “acumulação por espoliação”, típica da urbanização capitalista dependente das economias periféricas, o que reatualiza os postulados de Rui Marini (2005) sob novas condições históricas, nas quais o modo de produção global, desigual e combinada, reifica a hegemonia do capital fictício e parasitário. A reintegração de posse não extinguiu a luta. Ao contrário, fortaleceu a organização política das famílias, sobretudo das mulheres, que logo após o despejo iniciaram um processo de reocupação da área em 2015. Essa reocupação representou mais que um retorno físico ao território: foi a afirmação de um projeto político de resistência do povo contra o capital.

Como aponta Fernandes (2020), a periferização não é um fenômeno espontâneo, mas sim um produto das contradições do capitalismo urbano, onde a moradia é tratada como mercadorias e não como direito social. Nesse contexto, a ocupação não reflete apenas a luta cotidiana por moradia, mas também evidencia o *déficit* habitacional de moradias populares, estrutural da Região Metropolitana de Aracaju. Segundo dados do Observatório das Metrôpoles (2024), aproximadamente 35% da população metropolitana reside em áreas sem regularização fundiária, saneamento básico ou acesso a serviços essenciais.

Assim, a “Cidade Mãe”, município integrante da Região Metropolitana de Aracaju, apresenta uma trajetória socioeconômica marcada por avanços e desafios. A população do município, conforme dados do IBGE (2022), foi estimada em 95.612 pessoas, com uma densidade demográfica de 218,27 habitantes por km². No que se refere à economia, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2021 foi de R\$ 11.203,61, evidenciando limitações econômicas que impactam diretamente a qualidade de vida da população (IBGE,

2021).

Conforme o CAGED (2023), no mercado de trabalho de São Cristóvão registrou-se um saldo “positivo” de 566 empregos formais entre janeiro e agosto de 2023, com 2.589 admissões e 2.023 desligamentos, tornando-se o terceiro município que, embora os baixos salários e relações precárias, mais gerou empregos no estado. No entanto, a vulnerabilidade socioeconômica ainda é uma expressão da questão social reprodutora do quadro de iniquidades no município, especialmente, para as famílias de baixa renda. O Observatório Maria Beatriz Nascimento (2023) destaca que o município apresenta uma grande concentração de mulheres em situação de pobreza, em sua maioria, em faixas etárias jovens, com muitos indicadores de desigualdade relacionados à renda e ao emprego. Segundo o Observatório, cerca de 70% das mulheres em São Cristóvão vivem com uma renda familiar inferior ao salário mínimo, refletindo diretamente nas suas condições de vida, saúde e bem-estar (Observatório Maria Beatriz Nascimento, 2023).

Nessa direção, é importante reiterar que a resistência exemplificada por ocupações como a da Cabrita não se limita à questão da moradia. Essas experiências configuraram-se como espaços de organização popular e construção de alternativas coletivas à lógica do capital, da propriedade privada e do mercado imobiliário. Clara Zetkin (1912) já apontava para a radicalidade da luta por moradia intrinsecamente devendo estar direcionada à bandeira da emancipação social, uma vez que as condições de habitação afetam diretamente a reprodução da força de trabalho e a qualidade de vida das classes trabalhadoras. Portanto, a expansão de Aracaju/SE sobre áreas de São Cristóvão/SE, ao invés de representar um processo planejado de integração territorial, revela as dinâmicas desiguais da urbanização capitalista, onde o direito à cidade é negado às classes vulnerabilizadas. A Ocupação Resistência da Cabrita insere-se nesse cenário como uma forma de luta por pertencimento, desafiando as estruturas excludentes do espaço urbano e reivindicando a moradia como um direito inalienável.

No entanto, as mulheres da ocupação sofrem os impactos da segregação urbana, o que as instigam a mover processos coletivos de enfrentamento, demonstrando que a questão da moradia popular é intrinsecamente uma questão de gênero. Elas se organizam em torno de diversas bandeiras de luta que articulam, principalmente, moradia digna, regularização fundiária, soberania alimentar e acesso aos serviços públicos. Essa mobilização, sustentada pelo princípio da ação direta e da autogestão, evidencia o papel central das mulheres na formulação de alternativas populares frente à agenda de mercado que não tem interesse em

política de moradia popular, mas em especular área urbanas e rurais que possam exponenciar seus lucros com construções habitacionais, ampliação de rodovias, de modo que seja mais lucrativo ao mercado de capital imobiliário, reafirmando a necessidade de compreender a questão urbana a partir das categorias das lutas de classes (Harvey, 2014).

Em Sergipe, o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos - MOTU, desempenha um papel de extrema importância para um conjunto da classe trabalhadora desde os anos 2007, contribuindo para a articulação de diversas ocupações urbanas e pressionando o poder público por políticas de regularização fundiária. Segundo Santos (2017), a atuação do MOTU em Sergipe permitiu a consolidação de estratégias de luta que combinam ocupação, negociação e mobilização política, resultando em conquistas importantes para diversas comunidades. A presença do movimento em São Cristóvão fortaleceu as lutas populares, garantindo que a Ocupação Resistência da Cabrita se tornasse um espaço de resistência e construção coletiva: “O movimento foi a luz que a gente tava precisando, né? Quando a gente viu aquele bocado de gente do nosso lado, a gente sabia que não tava sozinho e aí a gente lutou” (Moradora, 2025).

Como observa Santos (2020, p. 67), “a luta pelo território não se dá apenas no campo jurídico ou institucional, mas também na ocupação do espaço e na disputa simbólica pela cidade”. O MOTU surgiu na ocupação sergipana como uma resposta às condições de moradia inadequadas e à exclusão social enfrentada pelas famílias de baixa renda em São Cristóvão. De acordo com Santos (2017), o movimento tem desempenhado um papel crucial na articulação das demandas comunitárias, mediando a união dos moradores e fortalecendo a luta por direitos. As bandeiras levantadas pelo MOTU vão além da luta por moradia, englobando também a luta por melhores condições de vida e a participação ativa nos processos políticos locais e nos espaços de participação social. Essa organização reflete a resistência e a resiliência das comunidades frente às políticas habitacionais excludentes e à marginalização socioeconômica.

A atuação das mulheres no MOTU pode ser entendida através dos estudos de Saffioti (1987), que argumenta que a opressão de gênero está profundamente entrelaçada com as opressões de classe e raça. Na Ocupação da Cabrita, as mulheres enfrentam múltiplas formas de discriminação, mas encontram na organização social uma forma de subversão e insurgência, realizando ações e atividades do povo para o povo, assumindo agendas de tarefas coletivas e levando as suas bandeiras de lutas para todos os espaços. Essa dinâmica é reforçada por Hirata e Kergoat (2007), que discutem as novas

configurações da divisão social e sexual do trabalho e a centralidade das mulheres nas lutas sindicais e comunitárias. Assim, ao assumirem papéis de lideranças organizadas em torno dos movimentos sociais, as companheiras não só desafiavam as normas patriarcais, mas também mobilizam a comunidade para lutar por melhores condições de vida, o que resultou, concretamente, há 3 anos, na fundação da Associação de Pequenas e Pequenos Produtores Rurais da Ocupação da Cabrita - APPPROC, fruto de muito trabalho coletivo e organizativo com as moradoras e moradores “sem teto”.

A Ocupação Cabrita, especificamente, tornou-se um símbolo da luta pelo direito à moradia em Sergipe, consolidando uma experiência autogestionária e de resistência ao despejo. Muitas das mulheres envolvidas na luta assumiram coordenações dentro do MOTU e em outras frentes políticas, demonstrando a capacidade de organização popular e a centralidade da questão de gênero na luta pelo espaço urbano (Santos, 2018). Conforme Santos (2017), as estratégias adotadas pelo movimento incluem desde a pressão sobre os órgãos governamentais até a articulação com outros movimentos sociais urbanos. Aqui, podemos exemplificar a trajetória do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD, que se funde ao MOTU em 2015²⁵. Assim,

o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD, e o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos – MOTU, reunidos em meados de abril de 2015, em Guararema, São Paulo, revendo sua caminhada, que é parte da caminhada da classe trabalhadora e refletindo a conjuntura compreendeu e definiu um conjunto de elementos que dizem respeito ao seu caráter, a sua estratégia e a sua mensagem política. Dimensões estas voltadas a sua militância, a classe trabalhadora, a sociedade, ao Estado brasileiro e a solidariedade internacional (Carta de Guararema, MTD, 2015).²⁶

Desde seu início, em 2000, ainda enquanto Movimento de Trabalhadores Desempregados, o MTD se articulou com outros movimentos sociais, criando um espaço de debate e troca de experiências. A partir de 2001, o movimento expandiu-se para outras cidades e estados do Brasil, estabelecendo frentes de trabalho e fortalecendo a organização dos/das trabalhadores/as desempregados/as e informais. O diálogo contínuo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Organizado de

²⁵ Carta do MTD e do MOTU produzida no Seminário Nacional do MTD em Guararema: <https://camp.org.br/2015/04/23/carta-de-guararema-do-mtd-e-do-motu/>

²⁶ Ver anexo III - *E-mail's* entre Secretaria Nacional do MTD - Consulta Popular - Militantes da Consulta Popular em 2015.

Trabalhadores Urbanos (MOTU), com a Consulta Popular e setores sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi crucial para a consolidação e ampliação de suas reivindicações (Paludo, et. al., 2014). Entretanto, essa forma de organização também enfrentou desafios estruturais relacionados à crise dos movimentos sociais (Braz, 2017).

Conforme analisado por Paludo, Fraga Machado e Gritti (2014), o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos emerge como uma resposta coletiva ao agravamento das condições de vida e à precarização estrutural do trabalho no Brasil, articulando práticas que vão além da mera denúncia da exclusão social. A articulação com estes outros movimentos populares e organizações da sociedade civil têm permitido ao MTD construir agendas comuns e fortalecer lutas territoriais que interseccionam a dimensão do trabalho com os direitos à educação, moradia e participação política. Essa atuação multissetorial contribui para tensionar os limites do Estado e das políticas públicas tradicionais, ao mesmo tempo em que revela os desafios colocados à construção de alternativas emancipatórias em contextos marcados por desigualdades históricas.

Diferentemente de abordagens corporativas ou assistencialistas, para além da luta pelo direito à moradia, as iniciativas do MTD se orientam por uma concepção crítica de trabalho e educação, na qual ambas são compreendidas como mediações fundamentais para a formação política dos sujeitos e a transformação das relações sociais. Nesse sentido, o movimento tem desenvolvido experiências de formação autogestionária, oficinas de qualificação profissional vinculadas a práticas solidárias e projetos de educação popular baseados no diálogo com o território e os saberes da classe trabalhadora. Tais experiências não apenas ampliam o repertório de ação coletiva, mas também enfrentam os limites impostos pelo desemprego estrutural, que assume um caráter permanente e desafiador para os setores populares (Paludo, et. al., 2014).

Por meio da organização nos bairros periféricos e nas comunidades, da realização de assembleias populares e da ocupação de espaços públicos como forma de visibilização de suas pautas, o MTD buscou e tem buscado reconfigurar os modos de inserção dos/das trabalhadores e trabalhadoras desempregados/das na esfera pública. O fortalecimento de redes de solidariedade e de práticas coletivas, como os Pontos Populares de Trabalho, possibilita ao movimento disputar os sentidos da cidadania e da democracia, deslocando o debate para além do acesso a empregos formais e colocando no centro a necessidade de

repensar as estruturas que sustentam a exclusão social. Nesse processo, como destacam Paludo et al. (2014), o MTD não atua apenas reivindicando as políticas públicas e os direitos sociais para o povo, mas como sujeito político que intervém criticamente na produção do social.

Portanto, ao invés de uma leitura apologética ou idealizada, o estudo da trajetória do MTD permite refletir sobre os limites e as possibilidades da ação coletiva no enfrentamento às múltiplas dimensões da desigualdade. Sua trajetória revela tanto os impasses vivenciados pelos movimentos sociais no contexto neoliberal quanto às potencialidades existentes na criação de alternativas baseadas na organização autônoma e na disputa política por novos marcos de direitos sociais. Assim, o mesmo se insere num campo de lutas onde a relação entre moradia, trabalho e educação é resignificada como ferramenta de resistência e reexistência da classe trabalhadora, sendo o seu surgimento e expansão, expressões da capacidade de organização e mobilização popular diante de condições adversas, reafirmando sua luta por direitos e por melhores condições de vida e trabalho.

No ano de 2015, marco da refundação do MTD como Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, foi aprovada a unificação com o MOTU, dando origem a um único movimento popular urbano, de caráter nacional e, realizando a transição de nome nos estados em que o MTD e o MOTU coexistiam. Somente em Sergipe esse processo se arrastou por 9 anos, unificando os movimentos mas, mantendo-se a nomenclatura MTD-MOTU de 2015 a 2024²⁷, ano em que o MOTU formaliza publicamente a saída do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, e se torna um movimento de caráter estadual²⁸, exemplificando, na sua concretude, o esfacelamento da esquerda e o avanço do inimigo, que é o capital, sob os diversos segmentos da classe trabalhadora, inclusive dentro das organizações de esquerda.

A crise da esquerda contemporânea e o enfraquecimento dos movimentos sociais são fenômenos interligados. Como aponta Braz (2017), a ofensiva neoliberal e a reestruturação produtiva impuseram desafios às formas tradicionais de organização política e sindical. A precarização do trabalho, a fragmentação da classe trabalhadora e o

²⁷ Ver anexo I - Comunicado às articulações do MTD-MOTU sobre nota pública da Secretaria Estadual de Sergipe.

²⁸ Ver Anexo II - Nota Pública de Saída do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)

esvaziamento ideológico das organizações populares comprometeram sua capacidade de mobilização e incidiram na crescente burocratização desses movimentos (Ricci, 2009).

Entre 2018 e 2022, o contexto político brasileiro foi marcado pela ascensão da extrema-direita, intensificando a ofensiva contra os movimentos sociais. O período também foi atravessado pela crise sanitária da pandemia da COVID-19, que impactou profundamente a capacidade de mobilização e articulação política. Concomitantemente, a pandemia não apenas dificultou a manutenção das lutas, mas também gerou divisões internas e intensificou divergências estratégicas dentro das organizações populares (Lima, 2022). O MTD/MOTU não estiveram imunes a esse processo, registrando o afastamento de militantes e um distanciamento progressivo entre sua instância estadual em Sergipe e as direções nacionais (MTD, 2024).

A análise da crise da esquerda não pode ser dissociada das transformações estruturais do capitalismo. O avanço do conservadorismo e o crescimento de discursos anti-organizações populares revelam a incapacidade de grande parte dos movimentos sociais em formular alternativas que dialoguem com as novas dinâmicas da classe trabalhadora. A esquerda encontra-se em um impasse estratégico, necessitando repensar suas formas de atuação para enfrentar as novas configurações do capitalismo contemporâneo (Braz, 2020). A necessidade de reorganização, formação política e ampliação de suas bases são desafios centrais para a reconstrução de um projeto político capaz de resistir à ofensiva neoliberal e retomar o protagonismo na luta de classes. Dessa forma, a trajetória do MOTU e do MTD em Sergipe, reflete as dificuldades mais amplas dos movimentos sociais no Brasil atual.

As mulheres organizadas no MOTU e residentes da Ocupação Resistência da Cabrita constroem espaços de autonomia e solidariedade, fortalecendo redes de apoio mútuo que vão além da questão habitacional, vez que estas desafiam as hierarquias patriarcais presentes nos movimentos sociais e nas instâncias de poder formal (Zetkin, 2017). Essa inserção ativa reafirma o papel das mulheres trabalhadoras como sujeitos políticos fundamentais na luta pela cidade e pela vida digna. Além das estratégias de ocupação e negociação, a resistência se manifesta na cultura política dessas mulheres, que utilizam desde a agricultura familiar, da arte e culinária até a mobilização virtual para fortalecer suas reivindicações. As místicas dentro da ocupação reforçam a identidade

coletiva e a importância da ancestralidade na luta por moradia. Como afirma Mészáros (2002, p. 154), “a emancipação da classe trabalhadora exige a superação do sistema vigente e a construção de novas relações sociais baseadas na solidariedade e na autogestão”.

Assim, a experiência da Cabrita demonstra que a luta pelo direito à moradia não se limita à posse da terra, mas envolve a construção de novos paradigmas de organização social. As mulheres sem-teto desafiam a lógica do capital e do patriarcado ao reivindicarem seu espaço na cidade e no movimento popular. Dessa forma, reafirmam que a questão urbana é, sobretudo, uma questão de classe e gênero²⁹, cuja solução passa pela superação das estruturas de dominação e exploração (Luxemburgo, 1986). Nesse direção, entende-se que a periferia urbana³⁰,

é ainda, o espaço relegado às mulheres independentes, majoritariamente negras, mães solteiras, com baixa escolaridade, que se viram obrigadas a entrar antecipadamente no mundo do trabalho para subsistir e dar condições de subsistência às suas filhas e filhos, assim como é também o espaço relegado à população LGBTI+ que, muitas vezes pela negação social e familiar, se vêem ceifadas de seus direitos à educação, à saúde, à moradia digna, e seguem para uma forma de moradia irregular (Selles, 2018 s/p).

George Lukács (1968), ao destacar que a consciência de classe é crucial para a transformação social, exemplifica o processo articulado pelas mulheres lideranças da Ocupação, que ao se organizarem politicamente em luta pelos seus direitos por meio de ações, formações e atividades, realizadas no chão do território, demonstram a importância de uma abordagem integrada que considere as dimensões de classe, raça e gênero, trazendo as diversas bandeiras de luta contra as expressões da “questão social” que atingem veemente a classe trabalhadora. Portanto, a questão urbana e o direito à cidade, quando analisados sob o materialismo histórico-dialético, revelam a complexa interação entre capital, espaço e poder, onde, o papel das mulheres nas lutas urbanas em Sergipe, exemplificado pelas mulheres da Cabrita, oferece uma perspectiva rica e necessária para entender as dinâmicas de dominação e o processo antagônico nas cidades contemporâneas, conforme discutiremos a seguir.

²⁹ A discussão sobre a vida das mulheres na cidade começa ainda no século XIV com Christine de Pizan (1364-1430), em *A cidade das damas*. Na obra, *Pizan* imagina uma cidade onde viveriam.

³⁰ <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/o-direito-cidade-nas-perspectivas-de-genero-e-raca/>

4.1.1 Quem Somos: perfil socioeconômico das lideranças femininas da Ocupação Resistência da Cabrita no município de São Cristóvão-SE

A pesquisa-ação é um método investigativo que se estrutura na relação dialógica e participativa entre o pesquisador e os sujeitos sociais envolvidos. Seu objetivo não é apenas descrever ou interpretar a realidade, mas promover mudanças concretas por meio de uma prática investigativa crítica e transformadora. Segundo Michel Thiollent (2011, p. 16), trata-se de “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo”.

A originalidade da pesquisa-ação reside em sua dimensão interventiva, o que a distingue de abordagens meramente descritivas ou explicativas. A produção do conhecimento ocorre em diálogo com a ação prática, formando um ciclo que envolve diagnóstico, planejamento, ação, avaliação e nova ação. Esse caráter cíclico, segundo Thiollent (2011), é fundamental para garantir que o conhecimento produzido esteja continuamente alimentando e sendo alimentado pela práxis social dos sujeitos.

Este método rompe com a cisão sujeito-objeto, característica das metodologias tradicionais positivistas, e estabelece uma relação horizontal entre pesquisador/a e participantes. Essa relação horizontal busca reconhecer o saber popular, empírico e vivencial como legítimo, contrapondo-se ao monopólio científico na produção do conhecimento. Isso implica uma redefinição do papel do/a pesquisador/a, que não se posiciona como um observador/a neutro/a e externo, mas como sujeito também implicado nos processos de mudança.

Thiollent (2011, p. 23) reforça que “a pesquisa-ação não visa simplesmente à coleta de dados, mas sim à construção conjunta de soluções para problemas vivenciados pelos participantes, tendo como base uma análise crítica da realidade”. Isso a aproxima de perspectivas epistemológicas críticas, como a pedagogia freireana e o materialismo histórico-dialético, pois ambas consideram a consciência crítica como elemento central da transformação social. No plano epistemológico, a pesquisa-ação rejeita a neutralidade científica, reconhecendo que todo conhecimento é situado, condicionado pelas relações sociais e ideológicas. Daí a afinidade com o materialismo histórico-dialético que compreende a realidade como um processo histórico contraditório, estruturado pelas

relações materiais de produção e reprodução da vida social à luz da totalidade. Essa aproximação não é apenas metodológica, mas ontológica e ética. O materialismo histórico-dialético parte da totalidade concreta e analisa os fenômenos sociais em sua articulação com as estruturas econômicas, políticas e ideológicas. A realidade não é vista como algo estático, mas como “processo em permanente transformação, movido por contradições internas” (Marx, 2011, p. 114).

Aplicada em conjunto com o materialismo histórico-dialético, a pesquisa-ação permite que os sujeitos compreendam sua inserção na totalidade social, reconheçam as determinações estruturais de sua realidade e, sobretudo, atuem conscientemente para transformá-la. É nesse sentido que se articula com a noção de práxis, compreendida por Marx como a unidade entre teoria e prática orientada para a transformação da realidade. Na perspectiva marxista, a consciência dos sujeitos deve ser historicamente situada e desenvolvida na luta social concreta. Assim, a pesquisa-ação, ao promover momentos de análise coletiva, permite que os sujeitos avancem da consciência ingênua para uma consciência crítica, reconhecendo-se como agentes históricos.

Conforme coloca Thiollent (2011, p. 103), “a prática reflexiva desencadeada no curso da pesquisa-ação deve possibilitar o desvelamento de estruturas sociais que anteriormente permaneciam ocultas no cotidiano”. Esse desvelamento ocorre por meio da análise dialética das contradições vivenciadas pelos sujeitos, articulando o micro ao macro, o cotidiano à estrutura, o vivido à totalidade. Desse modo, a pesquisa-ação torna-se um instrumento potente de formação política capaz de incidir nos mecanismos de reprodução das desigualdades, sendo, a partir deste método, possível mapear quem e quantas são as mulheres lideranças do território de estudo por meio da aplicação de questionário e do pleno acesso aos documentos cadastrais dos sócios da Associação de Pequenas e Pequenos Produtores Rurais da Cabrita - APPPROC.

A aplicação de questionários na pesquisa-ação não deve reproduzir modelos tradicionais, pautados na extração de informações. Ao contrário, o questionário deve ser concebido como ferramenta dialógica e pedagógica, cuja construção e análise envolvam diretamente os sujeitos da pesquisa. Como afirma Thiollent (2011, p. 89), “os instrumentos devem ser adaptados ao processo participativo, respeitando os saberes e os tempos dos participantes”.

Sob o prisma do materialismo histórico-dialético, a análise dos questionários deve ir além da leitura linear dos dados, vez que urge a necessidade de identificar as mediações que explicam as formas de consciência expressas nas respostas, interpretando-as à luz das contradições de classe, gênero, raça e território. Isso significa reconhecer que a fala do sujeito é mediada por sua inserção na estrutura social e pela ideologia dominante. Marx (2011, p. 113), afirma que “não é a consciência que determina o ser, mas o ser social que determina a consciência”. Assim, as respostas obtidas foram problematizadas enquanto expressões de uma realidade social contraditória, e não tomadas como verdades absolutas ou descontextualizadas. A análise dialética permite compreender os limites e possibilidades da ação coletiva, bem como as condições objetivas de transformação da realidade. Deste modo, o questionário, quando integrado ao método da pesquisa-ação com base na teoria social, deixa de ser mero instrumento técnico e torna-se um dispositivo político e formativo.

Analisar as condições objetivas e subjetivas das mulheres da Ocupação Cabrita nos revela uma complexa trama de desigualdades estruturais, resistências cotidianas e formas coletivas de organização que desafiam a lógica patriarcal e capitalista da exclusão. Ao adotar a metodologia da pesquisa-ação, foi possível identificar saberes e práticas sociais que apenas a participação coletiva e a autogestão popular são capazes de revelar, sobretudo quando protagonizadas por mulheres historicamente marginalizadas no campo político e econômico.

Os dados do Cadastro de Moradores de 2018, realizado via mandado do Ministério Público Federal, identificaram 43 famílias ocupantes da área — a maioria delas lideradas por mulheres. A totalidade de chefia feminina, em um contexto marcado por desigualdades de classe, raça e gênero, evidencia, mais uma vez, o fenômeno da feminização da pobreza na luta por moradia. Entre essas mulheres, apenas sete obtinham ensino médio completo, o que denuncia a herança estrutural da negação do direito à educação plena como elemento reprodutor da subalternização dos corpos femininos. Como afirma Virginia Fontes (2010), o processo de proletarização no Brasil esteve intrinsecamente articulado à expropriação dos direitos básicos da população trabalhadora, especialmente das mulheres negras e pobres, historicamente deslocadas dos espaços de poder e acesso à cidadania plena.

O levantamento interno da Associação das Pequenas e Pequenos Produtores Rurais

da Ocupação Cabrita (APPPROC) indica que 23 mulheres estão associadas, entre aptas e inaptas, sendo sete delas ocupantes de cargos diretivos — entre os dez cargos existentes, sete são exercidos por mulheres, incluindo a vice-presidência, ocupada por uma mulher *trans*. Pai Alex Kelly Lima, ou apenas, Kelly, é Babalorixá da Casa de Candomblé *Ilé Asé Osún Ypondá*, localizada dentro do território ocupado.

Esses dados revelam uma estrutura organizacional onde o protagonismo feminino é não apenas expressivo, mas estruturante. A inserção de uma mulher *trans* e candomblecista na vice-presidência da associação, é também indicativa da potência política das identidades dissidentes no seio das lutas populares. Clara Zetkin (2020) já alertava para a necessidade de incorporar as especificidades da opressão de gênero na luta socialista, reforçando que a emancipação das mulheres passa pela sua atuação consciente e organizada no seio da luta de classes.

Conforme destaca Silvia Federici (2017), é no cotidiano da reprodução social, muitas vezes invisibilizado, que as mulheres constroem resistências e formas de sobrevivência contra a lógica predatória do capital. A luta pela terra e pela moradia, nesse sentido, deve ser compreendida como parte das disputas pela reprodução da vida frente à mercantilização e destruição dos bens comuns. Do ponto de vista socioeconômico, observa-se que as lideranças femininas da Cabrita são, em sua maioria, mulheres acima dos 40 anos, muitas delas vivendo sozinhas ou com poucos dependentes, exercendo trabalhos informais, com rendimentos abaixo ou próximos de um salário mínimo. Além disso, a maior parte depende de políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada. Trata-se de uma realidade marcada pela precariedade, mas também por uma rede estruturada de luta coletiva.

O estudo das identidades de gênero, raça e sexualidade revela, ainda, a consubstancialidade imbricada nas opressões enfrentadas por essas mulheres. A maioria se identifica como parda ou preta, heterossexual e *cisgênero*, com a exceção relevante da vice-presidenta *trans*, o que reforça a importância de considerar as múltiplas dimensões da desigualdade na formulação das políticas públicas e na análise das resistências populares. Como observa Lélia Gonzalez (2020), a experiência das mulheres negras no Brasil é atravessada por um racismo estrutural que opera na negação de direitos, mas também nas formas cotidianas de organização e enfrentamento:

A categoria político-cultural que a ideologia do racismo impõe à mulher negra determina sua forma de inserção e participação na sociedade brasileira. Ela é antes de tudo uma mulher-objeto, definida por uma interdição social que a impede de se ver como sujeito. Essa interdição decorre do racismo internalizado e da misoginia institucionalizada, que a colocam à margem de qualquer projeto de emancipação que não a reconheça em sua especificidade histórica e cultural (Gonzalez, 2020, p. 87).

O perfil educacional dessas lideranças também reflete a exclusão histórica das mulheres da classe trabalhadora dos processos formais de ensino: nenhuma das entrevistadas possui ensino superior, duas delas têm ensino médio completo, duas incompleto e uma sequer concluiu o ensino fundamental. Contudo, os saberes dessas mulheres não se restringem aos diplomas formais. Como apontam as epistemologias feministas marxistas, é preciso reconhecer a centralidade dos saberes populares na produção de conhecimento e na construção de alternativas ao modelo hegemônico de organização social. Para Federici (2017), a luta das mulheres pela terra e pela moradia constitui uma forma de resistência ao processo de acumulação capitalista por espoliação.

Por fim, o fato de que essas mulheres se organizam em uma associação, ocupam cargos de liderança e constroem cotidianamente a organicidade é um testemunho vivo do que Rosa Luxemburgo (2011) denominou de “autoformação da classe trabalhadora”. A prática organizativa das mulheres da Cabrita não apenas reivindica o direito à moradia, mas também constrói, no seio da precarização da vida, formas alternativas de sociabilidade, poder e cuidado. A participação dessas mulheres nos espaços de decisão revela a possibilidade de construção de novos paradigmas de poder popular e de resistência à lógica neoliberal de destruição do comum.

Dessa forma, a luta das mulheres da Ocupação Cabrita não pode ser compreendida apenas como uma reivindicação pontual por regularização fundiária. Trata-se de uma expressão concreta das contradições do capitalismo periférico e patriarcal, e da força da organização coletiva na construção de formas emancipatórias de vida. Ao ocupar espaços de poder, ao cuidar dos seus e ao resistir ao apagamento histórico, essas mulheres encarnam o que Mirra Cisne (2021) denomina de “sujeitas políticas insurgentes”, aquelas que, mesmo em meio à precariedade, constroem o novo no interior do velho e mediante o protagonismo, dinamizam suas lutas cotidianas.

4.1.2 Como Lutamos: Ações/atividades organizadas e desenvolvidas pelas mulheres no chão da ocupação da Cabrita (2016 - 2023)

Como já mencionamos, entre os anos de 2016 e 2023, a Ocupação Resistência da Cabrita constituiu-se como importante experiência de organização popular, resistência e reivindicação do direito à cidade, protagonizada por mulheres negras e trabalhadoras do município de São Cristóvão/SE. A partir da sistematização de dados empíricos, registros audiovisuais e ações formativas realizadas no território, observa-se que essas mulheres, historicamente marginalizadas, têm se organizado de maneiras autônomas e rotativas, baseadas na divisão coletiva das tarefas e na descentralização do poder. As lideranças femininas não se impõem verticalmente: são construídas a partir da prática, da escuta e do trabalho coletivo que passa necessariamente pela atuação das mulheres como articuladoras de saberes populares, mediadoras de conflitos, produtoras de alimentos e formuladoras políticas. Essas lideranças vivem na região da Cabrita desde a década de 1990 e permanecem organizadas politicamente desde os primeiros despejos. Entre as lutadoras da ocupação, destaca-se a presença ativa de mulheres como Jielza Correia, moradora do território há mais de duas décadas e referência na luta por moradia no estado.

Essa lógica de organização não hierárquica permite que diferentes mulheres assumam papéis de liderança sem que isso produza distanciamentos entre representadas e representantes, tornando possível que esse protagonismo materialize-se em múltiplas frentes: desde a criação de hortas comunitárias até a presença nos espaços de tomadas de decisões no município, compostas por representações que participam de reuniões regulares de deliberações coletivas sobre a manutenção da área, as relações internas e as articulações externas. As ações registradas entre os anos de 2014 e 2024 compreendem diversos tipos documentais — cartas, vídeos, reportagens, matérias institucionais, fotografias, publicações em redes sociais — que expressam a força e mobilização em torno de atos, audiências públicas, reuniões com o poder público, conferências, formações populares, oficinas agroecológicas e campanhas de solidariedade. As fontes utilizadas incluem o canal do *YouTube*, o Portal da Prefeitura de São Cristóvão, o *site* da Universidade Federal de Sergipe e as redes sociais *Facebook*, Instagram do Movimento Organizado do Trabalhadores

Urbanos - MOTU e Instagram da Associação de Pequenas e Pequenos Agricultores da Cabrita - APPPROC.

Com base nas informações mapeadas, e à luz do materialismo histórico-dialético, é possível desenvolver uma análise crítica da violência estatal nos territórios periféricos e dos desdobramentos dessa violência a partir do protagonismo das mulheres na luta. A compreensão do papel do Estado na produção e reprodução da violência se insere na tradição marxista, em que Lênin, em *O Estado e a Revolução* (1917), define o Estado como um "aparelho de dominação de classe", cuja essência reside na manutenção da ordem capitalista através da força institucionalizada, ou seja, da polícia, dos tribunais e do exército, operando como instrumentos de coerção contra os/as oprimidos/as. Essa função repressiva do Estado é reforçada por Gramsci (1999), ao distinguir entre "sociedade política" (força e coerção) e "sociedade civil" (hegemonia e consenso), salientando que, nas fases de crise de hegemonia, a dominação tende a se apoiar mais diretamente na força bruta. Ou seja, a violência torna-se central na comunicação do Estado com os setores subalternizados da população. Como enfatiza Segato (2018, p. 32),

a máquina estatal opera por meio de uma pedagogia da crueldade, um regime de comunicação que torna a violência um espetáculo, reforçando hierarquias sociais, de raça, classe e gênero, onde o corpo das mulheres funciona como território de mensagem.

Esse entendimento é aprofundado por Federici (2017, p. 34), ao afirmar que

a violência contra as mulheres tem sido uma estratégia fundamental para disciplinar e subjugar comunidades inteiras, pois o controle sobre o corpo feminino é o primeiro passo para a imposição de um novo regime de trabalho e reprodução social.

O conceito de "hegemonia couraçada de coerção", presente nos estudos gramscianos, é fundamental para entender esse papel do Estado na articulação entre força e consentimento na manutenção da ordem capitalista. O Estado não atua apenas por meio da repressão física direta — exército, polícia, aparato jurídico —, mas sobretudo pela naturalização de determinadas formas de viver e de morrer nos territórios precarizados, como as ocupações urbanas (Brandão, 2021). Trata-se daquilo que Gramsci chamou de "Estado ampliado", onde as fronteiras entre sociedade civil e sociedade política são porosas e permitem a reprodução ideológica do capital, inclusive por meio da violência (Gramsci, 1999).

O quadro a seguir ilustra essa realidade, onde o mesmo Estado que cria as leis de proteção social, desprotege e violenta mulheres, crianças e idosos, por meio da repressão policial, torna esse instrumento em uma das expressões concretas do aparelho coercitivo, o que releva a natureza do estado capitalista (Mascaro, 2000). Nesse sentido, o uso sistemático da violência estatal contra os/as moradores/as da ocupação, especialmente mulheres e crianças, revela o braço repressivo do Estado na tentativa de desarticular formas alternativas de produção da vida e de organização popular que escapam à lógica da propriedade privada, conforme exposto no quadro a seguir:

Quadro 03 - Violência e Violações de Direitos Ocorridos na História da Ocupação Cabrita (2014-2024)

Data	Descrição	Link
2014	Famílias são despejadas no povoado Cabrita e casas demolidas. Ação judicial contestada por movimentos sociais.	https://www.youtube.com/watch?v=-k4zwh3bv8U
21/11/2014	Ato em solidariedade às 215 famílias despejadas da Cabrita. Movimentos sociais denunciam violência policial e destruição de plantações.	https://www.facebook.com/share/p/1E8bbCT4mi/
21/11/2014	Denúncia da derrubada das frutíferas e da repressão durante o despejo.	https://www.facebook.com/share/p/1BeCASQciz/
23/11/2014	Imagens da plenária em apoio às famílias despejadas.	https://www.facebook.com/share/p/1B6BtkqZwM/
02/07/2015	Ocupante expressa sua indignação e denuncia a falta de assistência prestada pelo Poder Público após os moradores terem sido retirados covardemente de suas terras, onde tinham suas plantações e casas há mais de 23 anos.	https://www.youtube.com/watch?v=GBut5nhpFw0
12/11/2015	Famílias aguardam nova decisão judicial sobre reintegração.	https://www.youtube.com/watch?v=P5AjpTW7vek
19/11/2015	“Proprietário” anuncia venda após cumprimento da ordem judicial.	https://www.youtube.com/watch?v=Ynm-gEA0maU
20/11/2015	Denúncia da medida cautelar da DESO e destruição de moradias.	https://www.facebook.com/share/1Enmc6ZCqH/
16/11/2015	MOTU protocola denúncia no Governo do Estado e na DESO.	https://www.facebook.com/share/1FTTOv7iNQ/
25/05/2017	Relato de homens armados ameaçando mulheres e crianças no acampamento.	https://www.facebook.com/share/p/1Wz23y3GxE/

07/07/2017	Barraco de liderança incendiado; denúncia de grilagem de terra.	https://www.facebook.com/share/p/1AS3VZLN5u/
2018	Famílias retornam e reocupam a área da Cabrita.	https://www.youtube.com/watch?v=WwxN-5f_hjA
2018	Barracos são destruídos em ação de reintegração.	https://www.youtube.com/watch?v=ta3qBpFOLRw
10/07/2020	Publicação reforça denúncias de ameaças e cercamentos ilegais.	https://www.facebook.com/share/p/18oCYe45SD/
29/08/2020	Justiça Federal realiza reintegração de posse a pedido do MPF.	https://www.facebook.com/share/p/15asgPAHqu/
04/10/2020	Denúncia de cercamento do território e ameaças aos moradores.	https://www.facebook.com/share/p/1EqAhLKB2y/
19/11/2020	Denúncia de vigilância irregular de veículos não identificados e drone sobrevoando a Ocupação da Cabrita.	https://www.instagram.com/p/CHxvkiJh4pG/?img_index=4&igsh=c31lcDB3N3g0ZGI4

Fonte: Levantamento realizado por Silva, Mylena, 2025.

Nos registros audiovisuais apresentados no Quadro 01, é possível observar a presença ostensiva da Polícia Militar em ações de despejo e intimidação. As imagens e os relatos reforçam a constatação de que, para além da disputa por território, há uma disputa simbólica e material sobre os corpos das mulheres e seu lugar na cidade. Lênin (1978) já denunciava que o Estado é uma máquina de opressão de uma classe sobre outra, especialmente em momentos de crise da hegemonia burguesa. O que se viu na Cabrita, portanto, foi a intensificação do uso da força como resposta à organização de mulheres pobres e negras, que, ao reivindicarem o direito à moradia, desestabilizam o projeto de cidade higienista e excludente.

A violência de gênero se materializa nesse processo como componente central do controle territorial. Como argumenta Federici (2017), o corpo das mulheres tem sido historicamente alvo de disciplinamento nas estratégias de acumulação capitalista. A criminalização da presença feminina em espaços urbanos “não autorizados” revela como o patriarcado e o capital operam em simbiose para manter a subalternidade de mulheres pobres e racializadas (Federici, 2017, p. 38). Estas ações são exemplificadas no vídeo *Lamento dos Desapropriados*³¹, onde a ocupante Jielza Correia faz o seguinte relato em 2014, após o despejo sofrido na área:

³¹ <https://www.youtube.com/watch?v=GBut5nhpFw0>

Um grande chefe do judiciário tomou nossas terras, assegurou-nos também que somos invasores, violentos e baderneiros. Logo nós que vivíamos em paz, tirando nosso sustento da terra para não darmos trabalho às autoridades. Ele certamente jurou exercer seu magistrado não para os ricos, mas para os que realmente precisam, com altíssima dignidade e grandeza da carreira que abraçou. Jurou também fazer as pazes entre as leis e a verdadeira justiça. No entanto, o momento do juramento passou e o vislumbre do poder o fez mudar de ideia. Com soldados fortemente armados, cavalaria, tratores como tanque de guerra, ele tomou a nossa terra, destruiu as nossas casas e plantações, nos massacrou, nos tornou sem teto, sem terra. O que será das nossas crianças? Como lembrará o dia em que eles tiraram o direito à moradia e deixaram várias famílias em situação de extrema dificuldade, como a que nós vivemos agora? Simplesmente para tornar ainda mais ricos fazendeiros e empresários que não se saciam de se fazerem tais às custas de povos indefesos, mal governados, injustiçados pela praga da corrupção na qual está fundado o gênero humano. Em pleno século XXI, estamos fazendo o caminho de volta à situação colonial. Mas, com a mesma certeza que confiamos na alteração das estações do ano, se nós, que há anos cuidávamos da terra, fazendo ela produzir e abrigar famílias desprovidas do amparo dos governantes, se nós não temos direito a ela, muito menos tem aquele que se fez dono de algo que ele nunca cuidou, que era palco de roubo e estupro, antes de ser ocupada por nós. Ocupada, ocupada sim, pois terra abandonada não se invade, se ocupa. As construtoras que vão transformá-las em condomínio de luxo, não podem comprar o céu. O calor da terra, a pureza do ar, o resplendor da água, nem restaurar a camada de ozônio. Como farão para tornar possível a vida na terra destruída pela ganância e pelo egoísmo dos que não precisam da terra e sim do poder enganoso da riqueza? Depois de exaurir a terra, nem mesmo servirá de túmulo para seus entes queridos. A ganância os impede de ver, e sem as árvores os rios secarão, os animais desaparecerão, e um dia os seus descendentes sofrerão, como nós sofremos agora. Só que eles carregarão o peso da vergonha de saber que foi a ganância que destruiu tudo que nosso Deus criou. E deu a toda a humanidade. Ele sim é o dono. Não eles julgam que podem tomar o lugar de Deus como tomou a nossa terra. Ele é o Criador, o Todo-Poderoso. O que fizeram é mostrar desprezo por seu Criador e suas leis. Não há justiça onde não há Deus. A verdadeira justiça está clamando por Deus. As leis e a justiça estão em guerra. Cabe aos que fazem a justiça trazer paz entre as leis e a verdadeira justiça, imparcialmente. Para que direitos humanos, se ainda existe abuso de poder? Não façais aos outros o que não queres que vos façam, disse Jesus no famoso Sermão do Monte, Mateus 7, 12 (Lamento dos Desapropriados, 2014).

É nessa perspectiva que a Virgínia Fontes (2010) é feliz quando destaca a centralidade do Estado como articulador das múltiplas formas de dominação que se atualizam sob o neoliberalismo periférico, combinando políticas de austeridade, militarização e criminalização da pobreza. No caso da Cabrita, tais elementos se expressam

na interdição do direito à cidade e na supressão de formas populares de habitar e organizar o território. A atuação policial contra a Ocupação é emblemática da forma como o Estado lida com experiências que emergem da organização popular. Em diversos vídeos documentados pelas redes sociais do MOTU, nota-se a persistência de estratégias de desmobilização e silenciamento, inclusive através da tentativa de invisibilizar as lideranças femininas que se destacam na construção de um novo projeto societário, em consonância com o que Santos (2009) declara:

Mesmo quando o Estado recorre à força para reprimir movimentos populares, ele o faz sob a pretensão de preservar uma ordem legitimada por certo consenso. Essa legitimação não é dada a priori, mas é fruto de uma construção histórica, baseada na capacidade da classe dominante de organizar em torno de si um bloco de forças sociais que aceite, ainda que de forma contraditória, os fundamentos da ordem vigente. Por isso, o poder hegemônico combina a coerção com o convencimento, fazendo com que a dominação pareça inevitável e até desejável (Santos, 2009, p. 5).

Assim, sendo a luta pelo território, uma luta de classe, raça e de gênero, as lideranças protagonizam um projeto contra-hegemônico que disputa o sentido do Estado e da política. Como indicam os feminismos anticapitalistas, o corpo e o território são esferas indissociáveis na luta por emancipação. “A luta anticapitalista das mulheres propõe um modo de vida radicalmente distinto do que o capital impõe” (Sarti; Burocco; Rolnik, 2020, p. 4). A violência do Estado, portanto, não é acidental ou exceção, mas sim elemento constitutivo da manutenção da ordem burguesa em contextos de crise de hegemonia. Ao recorrer à repressão para conter as insurgências populares, o Estado revela seus limites como articulador de consensos e sua real natureza de classe.

A atuação das mulheres nos territórios tensiona essa lógica, apontando para novas formas de organização da vida e da política. É possível afirmar, então, que a resistência protagonizada por elas nos territórios periféricos não se limita a demandas imediatas, mas carrega em si o potencial revolucionário da ruptura com o Estado burguês. Como nos lembra Gramsci (1999, p. 66), “cada revolução tem de começar pela revolução da hegemonia”, e é justamente essa revolução que vem sendo conduzida por milhares de mulheres em todo o Brasil, com coragem, radicalidade e esperança, sendo a Cabrita, um espaço onde podemos constatar essa realidade, ilustrada pelo Quadro 03:

Quadro 04 - Ações/Atividades/Formações Políticas no Território

Data	Descrição	Link
13/04/2018	Prefeito de São Cristóvão visita a ocupação e ouve reivindicações da comunidade.	https://www.facebook.com/share/p/16SA4N9t84/
02/04/2018	Realização de fórum em defesa das comunidades da Cabrita.	https://www.facebook.com/share/p/16KizgMnzW/
16/11/2018	Evento celebra 4 anos da reocupação com atividades culturais e políticas.	https://www.facebook.com/share/p/18vSJ74SUF/
06/11/2018	Reunião com coordenação de ocupações; reflexão e articulação política.	https://www.facebook.com/share/p/169uXr6TYs/
30/04/2020	Ação com assessoria jurídica e entrega de cestas básicas do MPA.	https://www.facebook.com/share/p/18LTswmBjY/
10/05/2020	Lançamento da campanha de solidariedade “Nós por Nós”, com arrecadação de alimentos e itens de higiene para moradores de ocupações urbanas.	https://www.instagram.com/tv/CABZz4zBx-z/?igsh=MXMwZXEWZWNqMWM2OA==
23/06/2020	Campanha de solidariedade com alimentos agroecológicos do Movimento Camponês Popular.	https://www.facebook.com/share/p/1ARUA7WvES/
24/06/2020	Doação de alimentos agroecológicos pelo Movimento Camponês Popular às comunidades da Cabrita, Vitória da Ilha e Santa Maria.	https://www.instagram.com/p/CB03umRhNDS/?img_index=1&igsh=eDN2MGdvNGk0eTV
13/07/2020	Moradores relatam tentativas de intimidação por homens armados.	https://www.facebook.com/share/v/1AoiMQScus/
01/10/2020	Celebração do trabalho coletivo na produção de alimentos saudáveis.	https://www.facebook.com/share/v/19qCQwBM7Q/
04/10/2020	Denúncia de cercamento do território e ameaças aos moradores.	https://www.facebook.com/share/p/1EqAhLKB2y/
18/10/2020	Encerramento de curso de agroecologia com MST e PRONERA.	https://www.facebook.com/share/p/18ebfk5c8g/
03/11/2020	Moradores debatem problemas e cobram ações do gestor municipal.	https://www.facebook.com/share/p/1KFExCvQis/

21/11/2020	Evento celebra 25 anos com feira, intercâmbios e debates raciais.	https://www.facebook.com/share/p/12HuqSyvEUY/
23/11/2020	Celebração do 20 de novembro com atividades culturais e reflexão política.	https://www.facebook.com/share/v/1AGXDKgs25/
22/12/2020	Parceria com a PM/SE para atividade com crianças e entrega de brinquedos.	https://www.facebook.com/share/v/18tKgWuXje/
28/12/2020	Entrega de 50 cestas básicas para a comunidade pelo Projeto Ananda.	https://www.facebook.com/share/p/1NdYjKcYdw/
18/01/2021	Jielza Correia representa a Cabrita no ato pelos 10 anos da ocupação Novo Amanhecer.	https://www.facebook.com/share/v/1F6F1jAYne/
07/02/2021	Organização política da comunidade em assembleia popular.	https://www.facebook.com/share/p/18mtvAprWH/
13/02/2021	Sargento Luciana realiza ação educativa como parte da pesquisa “Retrato da Infância”.	https://www.facebook.com/share/p/15PHZmfTZ3/
22/02/2021	Primeira visita do projeto de culinária ancestral com Roberta Nascimento.	https://www.facebook.com/share/p/1ANjsbx79z/
09/03/2021	Oficinas realizadas com apoio da Lei Aldir Blanc e FUNCAPSE, com protagonismo das mulheres da comunidade.	https://www.facebook.com/share/p/1BNMiQCKAN/
08/03/2021	Celebração do 8 de Março, com destaque para a luta feminista como eixo estratégico do projeto socialista popular.	https://www.instagram.com/p/CMKmzbtBkk4/?img_index=8&igsh=MmpwczB4aXlibTdp
09/03/2021	Poema e homenagem às mulheres da luta por moradia e território.	https://www.instagram.com/tv/CMMW9-CBbUa/?igsh=MWkzcjUzMG12YnQ3MQ==
21/04/2021	Parceria da campanha Doce Cabrita com restaurante local para valorização da culinária ancestral e arrecadação de alimentos.	https://www.instagram.com/p/CN7O_1lhRA2/?img_index=2&igsh=MW1neDY3NHhzNGVsMg==
25/05/2021	Retomada da campanha de solidariedade com entrega de cestas básicas frente à intensificação da crise alimentar.	https://www.instagram.com/p/CPTDnQVhy-l/?img_index=1&igsh=MWZta2NueWkyOHc0dw==
11/07/2021	Ação do MOTU e CESE com distribuição de alimentos e itens de higiene em comunidades urbanas.	https://www.instagram.com/p/CRL3WMSB-H8/?img_index=9&igsh=MXdmemtuY2FtYXdxYQ==

24/07/2021	Fala potente de Jielza Correia sobre a força da unidade entre campo e cidade no Dia do Trabalhador Rural.	https://www.instagram.com/tv/CRttUPYhu_m9/?igsh=MXBIYjl6djMwczVkZO==
26/08/2021	Lançamento do audiodocumentário “Chão Provisório” com relatos da história da Cabrita por meio da voz de Jielza Correia.	https://www.instagram.com/p/CTCZVq2LHcB/?igsh=MW1nbjV4dHNyM2Rwaw==
27/08/2021	Oficina de culinária ancestral promovida pelo restaurante La Vecchia com mulheres da comunidade da Cabrita.	https://www.instagram.com/p/CTFqqWmLbz4/?igsh=YzhjdWJwOXlnY3Vv
20/11/2021	Semana da Resistência: 27 anos da luta da Cabrita pela regularização fundiária e justiça social.	https://www.instagram.com/p/CWe734uNmBf/?igsh=MTlmazNkZGp3ZnVieQ==
09/12/2021	Doações de cestas básicas em parceria com o MCP e outras entidades.	https://www.instagram.com/p/CXRh1kDBbv3/?igsh=MWV2dm12bm94NzdyOA==
07/05/2022	Abertura da Brigada de Formação Carlos Mariguella, com tema voltado ao direito ao trabalho e renda.	https://www.instagram.com/p/CdRUZ3nO6Us/?igsh=NXBpNjBmdzV4cWg=

20/05/2022	Entrega de sementes crioulas para a produção agroecológica das famílias da Cabrita.	https://www.instagram.com/p/CdzCybEufFy/?img_index=1&igsh=dGV6eG41ZTZwZjAw
05/08/2022	Fundação da Associação de Moradores da Cabrita, com presença do deputado federal João Daniel.	https://www.instagram.com/p/CiIVRlfOVRa/?igsh=ZDloNGNzNWlzcDJm
15/11/2022	Repente histórico narrando a trajetória da Ocupação da Cabrita.	https://www.instagram.com/p/Ck_4HtjuY61/?igsh=NnluOHdkNHdoY3Jv
08/03/2023	Mutirão agroecológico com apoio da UFS, RESEA e MCP para reativação da horta agroecológica.	https://www.instagram.com/p/CphcdD7O5Jf/?img_index=8&igsh=MXy2Y3JlZjY2aHp4OA==
16/03/2023	Continuação do mutirão com presença de estudantes da UFS e do IFS, retomando práticas comunitárias no território.	https://www.instagram.com/p/Cp3qZtDO3VI/?img_index=3&igsh=MWJ6cGF4OTd2dWRvbA==
21/03/2023	Terceiro dia do mutirão agroecológico da Cabrita, com foco em soberania alimentar e troca de saberes agroecológicos.	https://www.instagram.com/p/CqDRPpdOKkv/?img_index=3&igsh=cjB2aTkzd2dtNmU2
23/04/2023	Atividade cultural com as crianças da comunidade em parceria com o Projeto “Territórios Saudáveis e de Luta”, da FUNASA e UFS.	https://www.instagram.com/p/CRYAfUBuYRA/?igsh=c3I5bTAzYm13bHZp

14/05/2023	Celebração do Dia das Mães na Cabrita com atividades para mulheres e crianças e distribuição de lembranças.	https://www.instagram.com/p/CsOpK38ubtj/?igsh=MTE4dmZsNjdxNmNkbQ==
19/06/2023	Mobilização na audiência pública da Câmara de Vereadores de São Cristóvão: moradores da Cabrita reivindicam ações concretas de regularização fundiária e melhoria urbana.	https://www.instagram.com/p/CthqWeKOddq/?igsh=cHBnNWp1aWtoZjJw
22/06/2023	Arraiá da Resistência 2023: festa coletiva com quadrilha, comidas típicas e reafirmação da cultura popular como parte da luta territorial.	https://www.instagram.com/p/Ctnekl9Oryz/?igsh=MXVxa2pibTgxYjkwZA==
17/08/2023	Reunião ampliada com moradores da Cabrita e demais ocupações para socializar informações sobre políticas públicas.	https://www.instagram.com/p/CwC7s30OZix/?igsh=MXBhbTZkZzdtN3N4bA==
15/10/2023	Semana da Criança na Cabrita com atividades lúdicas, contação de histórias e distribuição de brinquedos.	https://www.instagram.com/p/CyVnDYauCSO/?igsh=cnFsaXU2OHZ5ZWNu
16/11/2023	Celebração dos 9 anos da Ocupação da Cabrita com mística, roda de conversa e exibição de vídeos.	https://www.instagram.com/p/Czutp2WtVkM/?img_index=2&igsh=dmQ2bDJnNXZpODF0
24/01/2024	Participação do MOTU no lançamento da cartilha “PM nos Conflitos Sociais”, abordando a atuação das forças policiais em despejos e repressão a movimentos populares.	https://www.instagram.com/p/C2gHXMpOJwU/?igsh=MWV5OGlyZGpieW9lag==
12/03/2024	Registro da presença da APPPROC nas ações do Dia Internacional da Mulher, reforçando o protagonismo das mulheres da Cabrita na luta por direitos.	https://www.instagram.com/p/C4bSeSuOmPZ/?igsh=MWF6cm02emlvOWNwdA==
25/04/2024	Visita institucional do Instituto Diversa para apoio técnico à organização da APPPROC.	https://www.instagram.com/p/C6MGCZHLdTE/?igsh=MTZvdjlvclZsYXcl
03/07/2024	Arraiá da Resistência 2024: festejo junino popular no território da Cabrita, com forte participação comunitária.	https://www.instagram.com/p/C89omqbRMPV/?igsh=ZW1hMjRkdmNkcHRu
16/07/2024	Primeira colheita de girassóis do Projeto “Flores para Todos”, cultivados por mulheres da Cabrita como símbolo de resistência e autonomia produtiva.	https://www.instagram.com/p/C9fjQFUu8vo/?igsh=MWJrNGF6eTBvemlxNw==
15/08/2024	Segunda colheita de girassóis e atividades educativas com crianças da comunidade.	https://www.instagram.com/p/C-jiU4XrRz4/?igsh=MXNwY2c3dGRwcTA0bQ==

20/08/2024	Visita da equipe técnica do projeto “Territórios Saudáveis” para mapeamento socioambiental participativo.	https://www.instagram.com/p/C-ot3V6OmZY/?igsh=dXFiOHZzNm5tZG00
27/08/2024	Roda de conversa com as crianças sobre saúde e meio ambiente, em parceria com a UFS.	https://www.instagram.com/p/C-vNzcoOqtG/?igsh=MWd1cThkNWdhc3lpZQ==
05/09/2024	Realização da Feira da Cabrita: venda de alimentos da horta, artesanatos e comidas feitas por mulheres da ocupação.	https://www.instagram.com/p/C-xEy0_u9Ni/?igsh=MXZ5d3E1ZHRvcHVkdA==
09/09/2024	Roda de conversa com agentes comunitários sobre o cuidado com a saúde das mulheres da Cabrita.	https://www.instagram.com/p/C-zLtwTu_f8/?igsh=MTNzYmlxaHc1d3pyZQ==
17/09/2024	Oficina de fitoterapia com mulheres da Cabrita, valorizando os saberes ancestrais do território.	https://www.instagram.com/p/C-45Q_7u_bq/?igsh=MTFvdzZrdTVodmZzdg==
01/10/2024	Denúncia sobre tentativa de grilagem e cercamento ilegal de áreas da ocupação por agentes externos.	https://www.instagram.com/p/C_AdXAiLwvh/?igsh=cWNhczF0aHNqOWd4
20/10/2024	Atividade comunitária em celebração ao Dia das Crianças: brincadeiras, lanche coletivo e contação de histórias.	https://www.instagram.com/p/C_fZZIMuZBC/?igsh=Mm52cWxiZmpxZGRv
10/11/2024	Convite para a Semana da Resistência 2024 com programação cultural, mística e rodas de diálogo político.	https://www.instagram.com/p/C_nnn7gut_o/?igsh=MTBkYjd2eGk0am9jdw==
16/11/2024	Encerramento da Semana da Resistência 2024 com homenagem às mulheres e lideranças comunitárias do território.	https://www.instagram.com/p/C_r1Yn4uLBo/?igsh=MWlwbGpudXpiYXpiZQ==
20/11/2024	Celebração do Novembro Negro com capoeira, música e debate sobre racismo ambiental e direito à cidade.	https://www.instagram.com/p/C_v3ej8OXKn/?igsh=MXZwZ25tbHdldTh3ZA==
01/12/2024	Planejamento coletivo da horta da Cabrita com novos canteiros e colheitas de fim de ano.	https://www.instagram.com/p/C_yZTzduf0x/?igsh=MTFmcHpwmjIwdGszYw==
30/09/2024	Divulgação de ações internas da associação e fortalecimento da organização popular local.	https://www.instagram.com/p/DAjUdA6yzdU/?igsh=YXF2djF4YXB6OXV3
30/09/2024	Continuação da cobertura das atividades da associação no território, com foco na coletividade.	https://www.instagram.com/p/DAjVORzy3-/?igsh=MXRjcDdncXI3dTlmcg==

12/10/2024	Compartilhamento de vídeo sobre ações de resistência e mobilização em defesa do território da Cabrita.	https://www.instagram.com/reel/DBBbugEufY5/?igsh=MWJkNnlwMnVyZzY3Mg==
19/11/2024	Divulgação do documentário “De Teto e Chão Não Se Abre Mão” lançado na 3ª Mostra Memórias Urbanas, destacando a trajetória de luta da Ocupação da Cabrita.	https://www.instagram.com/p/DCiLLAmu3CP/?igsh=cHNkbnVtdmxzbGNo
25/11/2024	Ação simbólica de plantio de girassóis e distribuição de alimentos agroecológicos em memória aos 10 anos do despejo.	https://www.instagram.com/p/DCz2nUQy9jn/?igsh=MWRvaXBjanZ5YnZ5ag==
21/11/2024	Registro da Semana da Resistência, com atividades de saúde, autoestima, místicas e confraternização coletiva pelo aniversário da ocupação.	https://www.instagram.com/p/DCpWhxlyGiO/?img_index=1&igsh=dGQ2OTZ1Z2FuMTEz
14/01/2025	Atividade com jovens sobre produção agroecológica e fortalecimento da juventude no território.	https://www.instagram.com/p/DEzvcWoOFS/?igsh=MXBscXY1ZjVnY3I1Yg==
19/01/2025	Encontro de mulheres da Cabrita para construção da agenda de 2025 com foco em formação política, cultura popular e agricultura urbana.	https://www.instagram.com/p/C2ZkEzVuPy0/?igsh=MWdvNmp5M3UyaTllcA==
01/02/2025	Declaração de Jielza Correia, destacando o papel das mulheres da associação na produção de alimentos e na articulação com políticas públicas.	https://www.instagram.com/p/DFih4qvpOxQ/?img_index=1&igsh=ZmMzb2cydjAxcDZn
03/03/2025	Participação da APPPROC na 5ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, debatendo justiça climática e políticas para territórios populares.	https://www.instagram.com/reel/DGwP7HoJvIH/?igsh=djNnM2pnMWU2ZmY2

Fonte: Levantamento realizado por Silva, Mylena, 2025.

A relação da Ocupação Resistência da Cabrita com o poder público municipal de São Cristóvão e com a Universidade Federal de Sergipe revela, por um lado, as contradições da luta de classes em nível local e, por outro, os limites e possibilidades das mediações institucionais na luta por direitos sociais. O Estado – enquanto expressão da dominação de classe – atua na contenção dos conflitos sociais, não para resolvê-los, mas para garantir a reprodução das condições de exploração e subalternização dos grupos populares (Lênin, 1978).

No caso específico da Cabrita, observa-se que o poder público local oscilou entre a omissão e a repressão ativa, alinhando-se aos interesses do capital imobiliário e à lógica privatista da terra urbana. Ainda que setores das últimas gestões tenham assumido publicamente a preocupação com os direitos humanos, tendo realizado visitas ao território, dialogado com as lideranças, a prática concreta ainda é marcada pela lentidão deliberada em articular políticas públicas efetivas de habitação para o território, o que revela o papel do Estado como mediador das contradições, mas sempre sob a hegemonia das classes dominantes.

De acordo com Silva (2017),

Gramsci argumenta que a função do Estado não se resume à imposição da ordem por meio da coerção, mas também à promoção de uma direção intelectual e moral que torne legítimo o poder dominante. A estabilidade da ordem capitalista depende, portanto, da capacidade de convencer as classes subalternas de que a dominação é necessária ou benéfica, mesmo quando suas condições materiais de existência não melhorem significativamente (Silva, 2017, p. 6).

Contudo, mesmo nesse cenário, a luta das mulheres na Cabrita conseguiu tensionar as estruturas locais de poder, articulando redes e alianças com outros setores da sociedade civil organizada, inclusive com a Universidade Federal de Sergipe. A UFS, enquanto instituição pública e espaço contraditório, aparece nesse processo tanto como aparato do Estado quanto como terreno de disputa e resistência. Conforme destaca Fontes (2010), as instituições públicas não estão fora das relações de classe e de poder, mas podem se tornar campos de enfrentamento quando apropriadas por sujeitos coletivos organizados.

Quadro 05 - Parcerias Com Órgãos Públicos Em Ações/Atividades No Território

Data	Descrição	Link
10/12/2021	Programa São Cristóvão Verde - Ação ambiental no acampamento fortalece vínculo entre gestão pública e comunidade.	https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/se-map-leva-programa-sao-cristovao-verde-para-acampamento-nossa-senhora-dajuda
22/06/2023	Parceria UFS e São Cristóvão - Planejamento de políticas de inclusão produtiva nas comunidades da Cabrita e entorno.	https://www.ufs.br/conteudo/72301-ufs-e-sao-cristovao-discutem-parceria-para-geracao-de-emprego-e-renda
04/06/2024	Distribuição de alimentos arrecadados no concerto da UFS, com apoio à Ocupação da Cabrita.	https://www.ufs.br/conteudo/74389
31/01/2025	Extensão universitária fortalece soberania alimentar com galinheiros em quintais da ocupação.	https://www.ufs.br/conteudo/75861-projeto-de-extensao-da-ufs-instala-galinheiros-em-quintais-produtivos-de-sao-cristovao

21/03/2025	Projeto Flores para Todos - Iniciativa fortalece agricultura familiar e sustentabilidade no município.	https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/pr-efeitura-de-sao-cristovao-inicia-projeto-flores-para-todos-e-impulsiona-a-agricultura-familiar-no-municipio
------------	--	---

Fonte: Levantamento realizado por Silva, Mylena, 2025.

Registros nas redes exemplificadas no Quadro 04, revelam a presença de estudantes e professores da UFS, sobretudo dos cursos de Serviço Social, Arquitetura, Direito, Agronomia, Nutrição, Agroecologia e História, que passaram a apoiar a ocupação com assessoria jurídica, elaboração de dossiês técnicos, produção de conteúdos midiáticos e organização de audiências/formações públicas. Esse processo, documentado nas redes, demonstrou o potencial da universidade como agente de formação política e técnica voltada à práxis revolucionária.

Sob a lente do materialismo histórico-dialético, essa aliança entre universidade e movimentos sociais populares revela as fissuras do bloco hegemônico. Gramsci (2001) reconhece a importância dos intelectuais orgânicos no fortalecimento das lutas populares e na construção de contra-hegemonia. Ao se inserirem no território da Cabrita, docentes e discentes da UFS assumiram uma função não meramente técnica, mas política, contribuindo para a sistematização de saberes populares e para a denúncia das violências sofridas pela comunidade:

A função hegemônica, tal como Gramsci a concebe, é exercida por meio de uma direção intelectual e moral. Não basta dominar materialmente; é preciso também dirigir culturalmente. Para isso, o grupo hegemônico deve se apresentar como intérprete das necessidades gerais da sociedade, e não apenas de seus próprios interesses. O sucesso desse processo depende da capacidade de formar alianças e compromissos, um bloco histórico, capaz de articular distintos setores sociais em torno de um projeto comum (Benevides, 1980, p. 15).

No entanto, é importante reconhecer os limites dessa aliança. A universidade, enquanto aparato estatal, também opera sob as determinações do capital e da lógica meritocrática, o que impõe barreiras à sua efetiva integração com os sujeitos populares. Como lembra Federici (2017), a produção do conhecimento deve ser colocada a serviço da reprodução da vida e da luta anticapitalista – do contrário, torna-se instrumento de dominação epistêmica.

O envolvimento da UFS com a Cabrita também revelou as dificuldades de articulação entre os tempos da universidade e os tempos da urgência social. Em diversos momentos, as mulheres da ocupação denunciaram o caráter burocrático de certos processos e a distância entre a linguagem acadêmica e a realidade concreta da luta cotidiana. Essa crítica é central para uma práxis realmente transformadora: não basta estar junto, é preciso construir junto, com escuta ativa, respeito ao saber popular e compromisso político. Nas palavras de uma das moradoras, o relato de insatisfação com os sujeitos anti-políticos:

Eu sempre quis fazer esse trabalho de organizar direitinho tudo que a gente já fez por aqui, eu só não sabia como. Muitos da universidade vêm aqui, se aproveitam da gente, da nossa história e nem sequer dão uma devolutiva. O que você está fazendo, vai ser bom pra você mas vai ser muito bom pra a gente. Vai contar a nossa história! (Moradora, 2025).

Nesse contexto, o fato é que a aliança entre a Ocupação e a UFS permitiu avanços importantes na visibilidade do protagonismo feminino, na denúncia da violência estatal e na produção de diagnósticos que fortalecem a luta por políticas públicas. Mas também evidencia que a universidade precisa se reinventar para ser, de fato, um instrumento de emancipação. Como sintetiza Serafim (2020), “as instituições não são neutras, mas podem ser ressignificadas quando atravessadas pela luta de classes em sua dimensão concreta e histórica” (Serafim, 2020, p. 112). Portanto, a relação entre o poder público, a universidade e a ocupação é marcada por tensões, ambivalências e disputas. Ela não se resume à dicotomia entre aliados e inimigos, mas expressa a complexidade da luta política em uma sociedade atravessada por múltiplas formas de dominação e resistência desde o processo de formação sócio-histórica do país que violenta as classes subalternizadas.

Ao analisarmos os quadros acima, podemos constatar que a reação das famílias despejadas em 2014, não foi apenas uma resposta espontânea, mas resultado de uma consciência política enraizada na vida cotidiana, onde reafirmamos que as mulheres da ocupação, que assumem majoritariamente a responsabilidade pela reprodução da vida, passaram a ocupar também a linha de frente das mobilizações, articulações e enfrentamentos no território. Essa narrativa converge com a leitura de Cisne (2021), para quem a inserção das mulheres na luta pela terra e pelo território representa uma ruptura com a separação entre espaço privado e público, entre o doméstico e o político. Na Ocupação da Cabrita, a ruptura se dá na prática: as mesmas mãos que cultivam a horta,

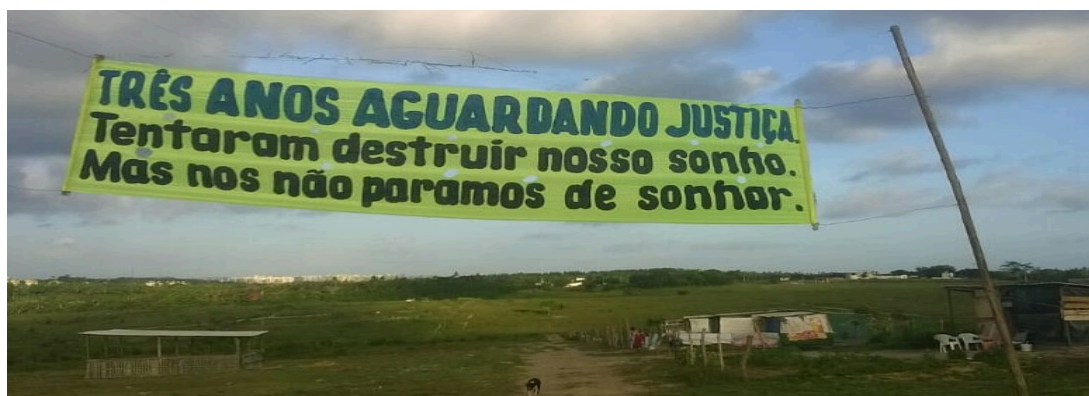
constroem barracos de lonas e madeira, são as que redigem ofícios, conduzem assembleias e discursam em espaços públicos e de decisões de poder.

É fato que atuação feminina desestabiliza a divisão social e sexual do trabalho e reinventa formas coletivas de participação política, ainda que o patriarcado seja o sistema vigente que tenta podar as arestas das mulheres que nasceram para serem livres e donas do próprio corpo/ser político. Após os despejos de 2014/2015, as ocupantes não apenas reconstruíram seus barracos, como também passaram a se organizar coletivamente em torno de ações de cunhos políticos, formativos e culturais. Conforme retratado nas publicações elencadas nos quadros dispostos no corpo do texto, elas construíram mobilizações/atividades/assembleias populares/formações políticas no chão da Ocupação e passaram a participar ativamente de espaços institucionais, como os Conselhos de Assistência Social, de Saúde e do Meio Ambiente. A atuação de lideranças femininas como Jielza Correia, que aparece em vários vídeos denunciando a omissão do poder público, entre outras, Enoi, Erinalda, Viviane, Kelly, são exemplos da liderança orgânica que se desenvolveu a partir do território, onde elas não apenas denunciam, mas organizam, formam e articulam. Nas palavras de Jielza em uma das publicações: “Aqui a gente não é só resistência, a gente é organização. A gente cuida do lugar, das crianças, da nossa comida, da nossa luta”. Logo, os registros fotográficos ilustram essa realidade:

Registro Fotográfico 01 - 03 anos de reocupação do território da Cabrita



Fonte: *Facebook* do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos - MOTU, 2018.

Registro Fotográfico 02 - Faixa na Entrada da Cabrita em 2018

Fonte: *Facebook* do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos - MOTU, 2018.

Uma nova etapa da luta. As mulheres passaram a investir na produção de alimentos, na horta comunitária, na formação em agroecologia e bioconstrução, na articulação com a Universidade Federal de Sergipe, com o Instituto Federal de Sergipe - IFS e com os movimentos sociais do campo, como o Movimento Camponês Popular - MCP, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e a Rede Sergipana de Agroecologia - RESEA, articulando ações que extrapolam o assistencialismo: tratam-se de formas de resistência cotidiana que buscam fortalecer a soberania alimentar, autonomia econômica e vínculos com o território. Nas redes sociais do MOTU e da Associação das Pequenas e Pequenos Produtores Rurais da Cabrita - APPPROC, são recorrentes os registros das mulheres cultivando plantações, vendendo produtos agroecológicos, participando de rodas de conversa e formulando políticas nos espaços que ocupam. Como aponta Mirla Cisne (2021, p. 106), “as mulheres da classe trabalhadora criam alianças entre o rural e o urbano para garantir as condições de existência”.

Além das articulações com os movimentos camponeses, os registros também apontam as pactuações com outras frentes de luta, como a Frente Brasil Popular, que articula diversos movimentos do campo popular no estado; Movimento Estudantil, através do Levante Popular da Juventude, do Diretório Central dos Estudantes - DCE/UFS, do Centro Acadêmico de Serviço Social Maria Anízia Góis de Araújo - CASSMAGA, Centro Acadêmico Ana Primavesi - CAAP; os movimentos sindicais, Central Única dos Trabalhadores - CUT/SE e a Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Sergipe - SINTESE;

a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe - ADUFS; o Projeto Ananda e demais aliados na luta.

A resistência das mulheres da Cabrita não se limita à denúncia institucional. Elas operam no plano simbólico e cultural como sujeitas que constroem territórios de memória e pertença, como destaca Lélia Gonzalez (1988, p. 102): “A mulher negra, quando luta, está lutando pela memória do seu povo, pela continuidade da sua existência e da sua cultura”. Nos atos do mês de novembro, as celebrações do 20 de novembro são apropriadas como marcos simbólicos de resistência negra e feminina. Nessas ocasiões, as mulheres organizaram momentos de formações étnico-raciais através de rodas de conversa, rodas de capoeira, oficinas de turbantes, místicas ao som de cantos e danças de religiões de matriz africana. Esses momentos não são apenas comemorativos, mas acima de tudo, político-pedagógicos e de enfrentamento ao colonialismo, pois transmitem saberes ancestrais, fortalecem vínculos intergeracionais e posicionam a Ocupação como espaço de vida e resistência negra no solo periurbano. A materialidade do território não se dissocia da dimensão simbólica e espiritual da luta. A permanência na terra, a defesa dos filhos, e a partilha dos alimentos em nome da coletividade, integram um *ethos* de luta profundamente enraizado na ancestralidade.

Registro Fotográfico 03 - Atividade "Resistência com Resiliência" em celebração ao Dia da Consciência Negra e Aniversário de 25 anos da Ocupação Resistência da Cabrita.



Fonte: *Facebook* do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos - MOTU, 2020.

Nesse sentido, é comprovado, conforme exposto no Quadro 05, como, a partir das suas frentes de luta, podemos demonstrar a ação coletiva e a auto-organização das mulheres enquanto constitutivas de práticas contra-hegemônicas.

Quadro 06 – Frentes de Luta, Movimentos Sociais e Órgãos Públicos identificados nas Ações da Ocupação Resistência da Cabrita (2014-2025)

CATEGORIA	IDENTIFICAÇÃO
Frentes de Luta	- Direito à moradia e à cidade - Regularização fundiária - Agroecologia e soberania alimentar - Justiça climática - Saúde e saneamento básico - Cultura popular e ancestralidade - Enfrentamento ao racismo ambiental - Participação política institucional - Educação popular e formação política
Movimentos Sociais e Sindicais	- MOTU (Movimento Organizado de Trabalhadores Urbanos) - APPPROC (Associação de Pequenas e Pequenos Produtores da Cabrita) - MTD (Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos) - MCP (Movimento Camponês Popular) - CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) - Levante Popular da Juventude - MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) - MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) - RESEA (Rede Sergipana de Agroecologia) - CUT (Central Única dos Trabalhadores) - SINTESE (Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Sergipe) - ADUFS (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe)
Órgãos Instituições Públicas	- Prefeitura Municipal de São Cristóvão – SE - Secretaria Municipal de Assistência Social de São Cristóvão - SE - Câmara Municipal de Vereadores de São Cristóvão - SE - INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) - EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) - FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) - UFS (Universidade Federal de Sergipe) - IFS (Instituto Federal de Sergipe) - Polícia Militar / PMSE (em ações comunitárias e também repressivas)

Fonte: Levantamento realizado por Silva, Mylena, 2025.

González (1988) destaca que raça, classe e gênero estruturam os espaços da desigualdade, mas também estruturam os espaços de resistência. As mulheres da Cabrita, ao ocuparem a cidade com seus saberes, seus corpos e suas práticas ancestrais, reconfiguram as fronteiras do político. Essa territorialidade insurgente, segundo Fontes (2010), se opõe à lógica do capital-imperialismo, especialmente em sua face urbana e periférica. Os registros revelam a construção de um projeto contra-hegemônico de cidade: enraizado na produção da vida, na autogestão e na soberania alimentar. Essa disputa é comunicada pelas imagens, pelas palavras, pelos alimentos e pelas flores cultivadas na terra na esperança de que, um dia, esta seja conquistada.

No entanto, Cisne (2020) ressalta que o feminismo popular precisa ser incorporado às formas de planejamento e política institucional para que se avance na construção de uma democracia de base. Assim, as mulheres da Cabrita, ao atuarem em conselhos, conferências e audiências, deslocam a política do gabinete para o território. Elas tensionam o Estado, mas também o ocupam com suas agendas e suas pautas. O poder popular que emerge da Cabrita, como afirma Serafim (2021), é tecido nas dores e nas práticas cotidianas. Ele se constrói na organicidade, na produção coletiva, nos mutirões de plantio e na articulação entre campo e cidade. Se o campo não planta, a cidade não janta! A luta da Cabrita não é apenas por moradia, mas por um modo de vida que afirme o presente, o ancestral e o futuro em contrapartida ao sistema que as violenta.

4.2 Sem Feminismo, não há Socialismo: os espaços de poder ocupados pelas mulheres lideranças da base do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos na “Cidade Mãe de Sergipe”.

A partir da análise das ações das lideranças do chão da Cabrita, foi possível registrar como a inserção das mulheres nos espaços de poder institucional — conselhos municipais de saúde, de assistência social, de segurança alimentar — é resultado direto da organização de base da Ocupação. Essa atuação é intensamente documentada nos canais oficiais da Prefeitura Municipal de São Cristóvão, conforme os quadros apresentados a seguir, especialmente nas conferências realizadas entre 2021 e 2024. Edson (2021) argumenta que a organização popular em espaços como conselhos e conferências representa não apenas um canal de reivindicação, mas uma reconfiguração do que é compreendido como política.

As mulheres da Cabrita ocupam esses espaços não como convidadas, mas como sujeitas constituintes de um outro projeto de Estado. Os quadros 06 e 07 são resultados de postagens públicas dos últimos anos que versam sobre a participação destas no Espaços de Poder Público, a níveis tanto municipal, quanto estadual e federal.

Quadro 07 – Participação das Mulheres da Cabrita em Espaços de Poder Público

Espaço / Instituição	Descrição da Participação
Programa “Flores para Todos” da SEMAP	Participação no lançamento do programa de cultivo de girassóis como alternativa econômica e de resistência.
Conferência Municipal do Meio Ambiente	Participação com propostas de justiça climática, soberania alimentar e políticas territoriais.
Conselho Municipal de Assistência Social	Fala de Jielza Correia exigindo recursos para territórios populares.
Câmara Municipal de Vereadores	Participação em audiência pública sobre orçamento municipal e grilagem.
INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)	Reuniões para tratar da regularização fundiária da Cabrita.
EMBRAPA	Planejamento de ações em agricultura urbana e soberania alimentar.
Orçamento Participativo Municipal	Atuação propositiva das mulheres da Cabrita nas assembleias participativas do orçamento.
Audiência Pública da LDO	Apresentação de propostas das lideranças para inclusão no orçamento anual.
Pré-Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional	Reunião local com representantes da Cabrita preparando pautas para a conferência municipal.
Conselho Municipal de Meio Ambiente	Participação como suplente, representando a ocupação nos debates ambientais da cidade.

Câmara Municipal de Vereadores	Participação das mulheres na audiência pública denunciando omissão do poder público e exigindo políticas habitacionais.
Gabinete do Prefeito de São Cristóvão	Diálogo institucional com o prefeito reeleito para apresentar as pautas da Cabrita e outras ocupações.
Programa “São Cristóvão Verde” – SEMAP	Mulheres participaram de formação técnica em reflorestamento, captação e uso da água no território.
Conselho Municipal de Saúde	Jielza Correia participou como suplente e ex-presidenta do CMS local.
Ministério Público Federal	Reuniões para tratar da regularização fundiária da Cabrita.

Fonte: Levantamento realizado por Silva, Mylena, 2025.

Alguns desses momentos, podem ser encontrados publicamente via registros nas redes exemplificados no quadro abaixo:

Quadro 08 - Reportagens/matérias/postagens Públicas Sobre a Participação das Mulheres da Cabrita em Espaços de Poder Público

Data	Descrição da matéria/publicação	Link
21/01/2021	Representantes do MOTU reúnem-se com o prefeito reeleito de São Cristóvão para apresentação de pautas da Ocupação.	https://www.instagram.com/p/CKUUIIMGBSBV/?igsh=am1tYTN5NDNsZzJi
22/11/2021	Posse no Conselho de Saúde - Novos membros assumem, incluindo representantes da comunidade da Cabrita.	https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/novos-membros-do-conselho-municipal-de-saude-tomam-posse-em-sao-cristovao
03/02/2022	Conselho Municipal de Assistência Social - Comunidade participa da eleição de membros da sociedade civil.	https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/conselho-de-assistencia-social-de-sao-cristovao-elege-novos-membros-da-sociedade-civil
14/11/2022	Projeto em parceria com a Funasa promove melhorias sanitárias nos acampamentos.	https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/territorios-saudaveis-e-de-luta-sao-cristovao-e-contemplada-com-convenio-da-funasa-para-implementacao-de-projeto-em-acampamentos-rurais-do-municipio
15/11/2022	Compartilhamento do convênio FUNASA-UFS para melhoria das condições sanitárias em acampamentos rurais, incluindo a Cabrita.	https://www.instagram.com/p/Ck-rqCLutTs/?igsh=MTR0ejh5a2NvOWUxdO==

26/07/2023	10ª Conferência Municipal de Assistência Social - Moradores da Cabrita participam ativamente dos debates municipais.	https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/cmas-e-semas-realizam-10a-conferencia-municipal-de-assistencia-social
12/07/2023	Criação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social com participação de representantes da comunidade.	https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/durante-audiencia-publica-prefeito-marcos-santana-sanciona-lei-que-estabelece-a-politica-municipal-de-habitacao-de-interesse-social
04/08/2023	Pré-Conferência de Segurança Alimentar - Discussões sobre fome e políticas públicas com presença da comunidade.	https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/pre-conferencia-municipal-reune-comunidades-para-discutir-inseguranca-alimentar-e-nutricional
04/08/2023	Reunião com a Prefeitura de São Cristóvão sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico. Participação ativa das mulheres da Cabrita na formulação de propostas.	https://www.instagram.com/p/Cvbi1m6OahF/?igsh=MWhhOXZ5N3hitemJoaA==
11/09/2023	Audiência Pública Orçamentária - Moradores da Ocupação Cabrita participam da elaboração do orçamento municipal de 2024.	https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/prefeitura-promove-audiencia-publica-para-discutir-a-elaboracao-do-orcamento-para-2024
11/09/2023	Participação das mulheres da Cabrita na audiência do Orçamento Participativo Municipal.	https://www.instagram.com/p/CxDiZ0tu6rA/?igsh=Z21rcnUzd2p4eXJ6
05/08/2024	Reunião com o INCRA para tratar da situação jurídica do território e apresentar propostas de regularização fundiária.	https://www.instagram.com/p/C-T0JdAtTjr/?igsh=MWc0NXkwNncwdWJ4NQ==
09/08/2024	Reunião de planejamento com a EMBRAPA sobre ações do projeto de agricultura urbana envolvendo a Cabrita e demais ocupações de São Cristóvão.	https://www.instagram.com/p/C-clmBbuRDr/?igsh=MWtyYjA5YjZ5d2hydA==
10/10/2024	Participação das mulheres da Cabrita em audiência pública sobre orçamento municipal: reivindicação por moradia, saúde e infraestrutura básica.	https://www.instagram.com/p/C_BYDdvurSf/?igsh=MWl3Zm13MGtrcWltMQ==
15/10/2024	Vídeo da fala de Gielza Correia no Conselho Municipal de Assistência Social exigindo recursos específicos para territórios populares como a Cabrita.	https://www.instagram.com/p/C_dZBAeurLg/?igsh=MTM2dnZqMThzZWZ4Zg==
21/03/2025	Projeto Flores para Todos - Iniciativa fortalece agricultura familiar e sustentabilidade no município.	https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-cristovao-inicia-projeto-flores-para-todos-e-impulsiona-a-agricultura-familiar-no-municipio

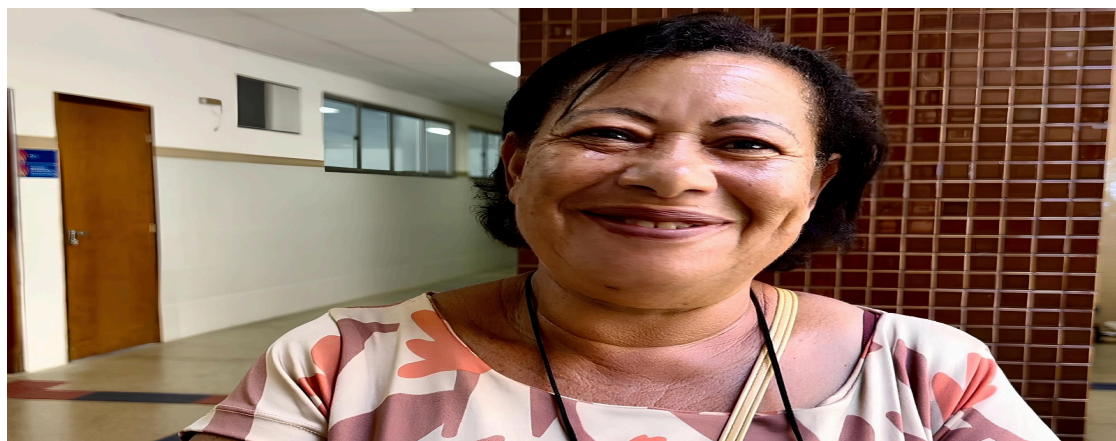
Fonte: Levantamento realizado por Silva, Mylena, 2025.

De acordo com Gielza Correia, através da matéria publicada no canal oficial da prefeitura do município, em entrevista na 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente³²: “A gestão nos deu espaço para participar ativamente do controle social, algo essencial para

³² Consultar Quadro 07

uma democracia verdadeira. Hoje, somos conselheiros de meio ambiente, segurança alimentar e assistência social, contribuindo diretamente para decisões importantes.”

Registro Fotográfico 04 – Jielza Correia, moradora da Ocupação Resistência da Cabrita na 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de São Cristóvão na UFS



Fonte: Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2024.

Durante a 10ª Conferência de Assistência Social, uma liderança afirmou: “A gente aprendeu que estar na luta é também sentar na mesa onde decidem as coisas, mesmo que tentem tirar a gente dela”. Essa compreensão da política como disputa de narrativas e espaços é fundamental na construção de sujeitos coletivos, como ressalta Gonzalez (1988, p. 102): “A mulher negra, quando luta, está lutando pela memória do seu povo, pela continuidade da sua existência e da sua cultura”.

Na prática, as mulheres reivindicam orçamento, acesso à terra, regularização fundiária e reconhecimento institucional. Além disso, participam da fiscalização de serviços, da proposição de pautas e da mobilização em torno do plano diretor do município. Trata-se de uma ação que reposiciona o lugar das mulheres nos espaços públicos de tomadas de decisões, a exemplo da Audiência Pública com o objetivo de dialogar sobre o processo de elaboração do projeto de Lei de Diretriz Orçamentária (LDO) 2024 do município, onde a liderança Jielza faz a seguinte colocação:

Como a lei prevê, é a própria população que tem que apontar onde estão os serviços que precisam de mais investimento, e como vai ser administrado o dinheiro público. Assim, a gente espera que mais

políticas públicas venham realmente atender as necessidades da população que é carente, que realmente precisa (Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2023).

A fala de Jielza sintetiza não apenas a consciência coletiva forjada no cotidiano da luta, mas também a maturidade política adquirida pelas mulheres da Cabrita ao longo de anos de resistência territorial. Ao ocupar esses espaços, estes corpos femininos enfrentam não apenas a ausência de políticas públicas, mas também a negação histórica de sua legitimidade como sujeitas políticas. Sua presença nesses espaços é resultado de um longo processo de organização, cujas raízes estão nas práticas do trabalho de base e formação política popular. Como aponta Federici (2017), a luta das mulheres por autonomia sobre seus corpos e seus territórios é, antes de tudo, uma luta contra a lógica do capital que subalterniza e invisibiliza formas de vida não mercantilizadas.

A inserção desses corpos políticos nos espaços institucionais de poder, portanto, não deve ser interpretada como concessão do Estado, mas como conquista coletiva fruto da articulação entre o território e as pautas mais amplas da cidade. Ao dialogarem diretamente com instituições como INCRA, EMBRAPA e Ministério Público, essas lideranças demonstram um domínio técnico e político que desestabiliza estigmas históricos impostos às populações periféricas.

Conforme argumenta Mirla Cisne (2020, p. 84),

a participação das mulheres nos processos de decisão política evidencia uma ruptura com o modelo patriarcal de Estado, ao introduzirem outras formas de pensar e fazer política, baseadas na vida cotidiana e nas necessidades concretas da classe trabalhadora.

Porém, a relação entre as mulheres da Ocupação Cabrita e o Estado é marcada por contradições profundas. Por um lado, há a negação sistemática de direitos básicos, materializada na ausência de políticas públicas efetivas, no descaso com a moradia popular e na criminalização da luta e dos movimentos sociais. Por outro, há momentos de abertura institucional que são disputados ativamente pelas lideranças. Esse movimento se dá não por ilusão sobre o caráter de classe do Estado, mas por uma leitura estratégica da correlação de forças. De acordo com Cisne (2020, p. 91), “as mulheres da classe trabalhadora, quando ingressam nos espaços institucionais, não o fazem como sujeitas adaptadas, mas como forças de contestação e deslocamento”. As ocupantes constroem mecanismos de pressão e participação que buscam inserir suas pautas em negociações com o poder público, mesmo

reconhecendo os limites impostos por uma estrutura estatal fundada na propriedade privada e no patriarcado. Em suas palavras e práticas, fica evidente que o Estado não é neutro, mas terreno de disputa, ainda que assimétrico.

Assim, o que também se observa no caso da Cabrita, é a construção de uma movimentação e atuação política em que as mulheres buscam incidir diretamente na formulação de políticas públicas. Trata-se de uma movimentação enraizada na experiência da pobreza, mas articulada com uma leitura crítica das estruturas de dominação, reafirmando, na prática, o que Clara Zetkin já denunciava no início do século XX: que a emancipação das mulheres trabalhadoras não se dará sem sua inserção nas lutas de classe e na transformação radical da sociedade.

A presença organizada delas nos espaços de decisão tensiona as fronteiras entre o reconhecimento simbólico e a transformação estrutural. Ainda que conquistem certa visibilidade, frequentemente são tratadas de modo tutelar ou instrumental, sendo escutadas apenas na aparência, sem que isso implique mudanças efetivas na lógica da gestão urbana. Saffioti (1994, p. 45) adverte que “a inserção das mulheres em espaços públicos não significa, por si, ruptura com o sistema de dominação de gênero, a não ser que se dê em perspectiva crítica e coletiva”. Nesse sentido, as mulheres da ocupação se organizam não apenas para ocupar esses espaços, mas para subvertê-los. Lélia Gonzalez (1984, p. 129) já alertava que “não basta estar presente; é preciso construir outro modo de fazer política, enraizado na experiência histórica das mulheres negras e pobres”. O que se verifica na Cabrita é justamente esse exercício: fazer da dor e da luta um processo de construção coletiva de outra política, uma política horizontal, antirracista, anticapitalista, feminista e popular, dentro da formação enraizada no cotidiano, em que o espaço torna-se pedagógico e coletivo, lugar de enunciação de sujeitos historicamente silenciados. Em diálogo com as pensadoras do feminismo marxista, compreende-se que não há emancipação possível sem a centralidade das mulheres trabalhadoras, negras e periféricas na construção de alternativas ao capitalismo e ao patriarcado. O que está em jogo, portanto, não é apenas a participação institucional, mas a construção de um projeto de sociedade a partir do chão da luta.

Dessa forma, a experiência das lideranças da Cabrita oferece um exemplo concreto e potente de como as lutas populares, conduzidas por mulheres organizadas, podem redefinir os contornos da participação social e da democracia. O que está em disputa, mais

do que espaços formais, é o próprio conteúdo da política e a sua capacidade de responder às demandas históricas das classes subalternizadas. Em última instância, essas ações concretas apontam para a construção de uma cidade onde o direito à moradia, à terra, à alimentação e à dignidade não sejam favores e/ou mecanismos de controle social, mas de fato garantidos por um projeto de sociedade democrático e popular como um importante passo da emancipação política nos rumos para a radicalização das lutas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objeto de pesquisa a incidência política das lideranças femininas da Ocupação da Cabrita, em São Cristóvão-SE, no contexto da luta por moradia digna entre os anos de 2016 e 2023. A investigação revelou, de modo contundente, que essas mulheres são protagonistas fundamentais na organização e resistência popular, articulando suas lutas não apenas para garantir o direito à moradia, mas também para conquistar espaços enquanto representantes da sociedade civil com participação efetiva nos espaços decisórios no município. A incidência política dessas mulheres não pode ser compreendida à parte da estrutura social que as oprime, pois sua atuação denuncia os limites do Estado burguês na efetivação dos direitos sociais. Como afirma Marx, na *Questão Judaica*, “não basta que os homens sejam emancipados politicamente; é preciso que se emancipem humanamente” (Marx, 2010, p. 44), o que implica romper com a estrutura da propriedade privada que rege a produção e reprodução da vida social.

As questões norteadoras revelaram que as mulheres da Ocupação Cabrita, organizadas politicamente, atuam de forma contínua em variados espaços de poder na cidade, seja nos conselhos locais, nas reuniões comunitárias ou nas instâncias formais de diálogo com o governo municipal, estadual e federal. Essa presença tem se traduzido em uma atuação política pautada pela coletividade e pela defesa de direitos sociais, especialmente no tocante à moradia e à regularização fundiária da Ocupação, reconhecendo que essas lutas estão profundamente entrelaçadas com outras reivindicações no âmbito da proteção social, devendo assegurar legalmente e de forma ampliada bens e serviços com a finalidade de promover justiça social com igualdade e equidade (Política Nacional de Assistência Social/PNAS, 2011).

No entanto, persiste uma contradição central: apesar dessa presença e incidência política nos espaços instituídos, onde deveria ser efetivada a rede socioassistencial de direitos sociais, operam as políticas mínimas, focalistas e fragmentadas, precariamente, e sob pressão política das mulheres organizadas que seguem desprovidas da posse formal da terra. Tal contradição evidencia a tensão entre a participação política alcançada e a manutenção da estrutura desigualdade e exclusão, fundada na propriedade privada e na lógica capitalista da expropriação territorial. Essa dicotomia expressa a complexa relação

dessas lideranças com o Estado, que enquanto abre espaços para participação, simultaneamente nega direitos básicos como o acesso definitivo à terra, por meio da ausência de políticas públicas efetivas e de práticas de criminalização das ocupações.

O protagonismo político das mulheres da Ocupação Cabrita, evidenciado na sua capacidade de ingressar e influenciar nos espaços de decisão municipais, como apontado na pesquisa, cumpre um papel fundamental de resistência e insurgência contra a lógica excludente e patriarcal que estrutura a relação entre Estado e territórios ocupados. Contudo, essa presença política direta convive com a persistente negação do direito à terra, revelando a tensão estrutural entre a esfera simbólica da participação social e o âmbito concreto da propriedade fundiária, que permanece governada pelas regras de mercado e pela lógica capitalista de acumulação.

Essa contradição é emblemática da reprodução e avanço do neoliberalismo, no qual o Estado atua simultaneamente como agente de alguma inclusão formal, permitindo o acesso das lideranças mulheres ao espaço político, e como executor da repressão, atuando para preservar os interesses do capital imobiliário que criminaliza e violenta a vida de mulheres e homens, idosos e crianças, “sem-teto”, no Brasil. Conforme aponta Rui Mauro Marini, o capitalismo dependente se reproduz através da superexploração do trabalho e da marginalização das populações periféricas, mantendo-as em uma condição estrutural de exclusão (Marini, 2011).

Essa lógica, portanto, atravessa a experiência vivida pelas lideranças femininas da Cabrita, que enquanto ampliam sua “vez e voz” nos espaços institucionais, a sua luta pela regularização fundiária enfrenta as frentes áridas da política pública e da burocracia estatal, que privilegiam o controle do território e a mercantilização da terra em detrimento das demandas do povo. A contribuição de Vânia Bambirra é essencial para a compreensão desta dinâmica, pois explicita que, nos países periféricos, as formas de dominação do capital combinam-se a elementos de atraso e opressão colonial, impondo contradições profundas às camadas populares e à luta das mulheres (Bambirra, 1978).

A pesquisa evidencia ainda que, essa dualidade cria um campo de disputa política específico, no qual as mulheres se configuram como “sujeitas políticas insurgentes”, ressignificando seu papel no interior das estruturas de poder e confrontando o silêncio da historiografia tradicional que invisibiliza suas lutas. No entanto, essa insurgência é

desafiada pela persistência da exclusão habitacional, que, para além do direito à moradia, implica também na precariedade das condições de vida e na vulnerabilidade perante a violência institucional, elementos que expressam a continuidade do racismo estrutural e do patriarcado.

Deste modo, a análise dialética adotada no estudo permite compreender que a inserção das mulheres em espaços decisórios não deve ser interpretada como completa superação das contradições da estrutura socioespacial capitalista, mas como um estágio tenso de sua luta, no qual os avanços políticos coexistem com as barreiras colocadas pelo capital em seu sistema patriarcal e racista, revestido pela “pele” do Estado. A hipótese diretriz da pesquisa foi confirmada diante dessa contradição. De um lado, a presença das mulheres nos espaços de poder indica a capacidade de resistência e de insurgência política; de outro, a ausência da posse legal da terra manifesta os limites impostos pela reprodução das relações capitalistas.

Além disso, conforme analisa Teotonio dos Santos, o subdesenvolvimento não é uma etapa a ser superada linearmente, mas um produto histórico da articulação entre o capital internacional e as elites locais (Santos, 2008). Dessa forma, a negação do direito à terra não pode ser considerada apenas como um problema de gestão ou falha pontual do Estado, mas deve ser entendida como parte de uma engrenagem estruturante do capitalismo brasileiro, que submete o território ao lucro e mercantiliza os direitos mais básicos da classe trabalhadora.

Em linhas gerais, a contradição entre a presença política conquistada e a ausência da posse legal da terra refletem o caráter multifacetado da luta urbana nos contextos periféricos, na qual a resistência material e simbólica são inseparáveis. As lideranças femininas da Cabrita protagonizam um exercício cotidiano de articulação entre esses dois planos — político e territorial — que demanda o desenvolvimento de estratégias que ultrapassa a mera reivindicação formal, buscando reverter a lógica excludente da propriedade privada, ao disputar não apenas o direito à voz, mas o direito material e irrevogável à moradia digna e ao território. Esta abordagem integral da questão fundada nos princípios marxistas e na práxis revolucionária fortalece a perspectiva de que a emancipação dessas mulheres está intrinsecamente ligada à transformação estrutural das relações sociais e espaciais do capitalismo central e periférico.

Reafirma-se, assim, que a participação social não deve ser encarada como concessão graciosa do Estado, mas como conquista arrancada pela força da organização coletiva. A luta das mulheres da Cabrita evidencia que a ocupação dos espaços institucionais não garante, por si só, a efetivação dos direitos, sendo necessário desnaturalizar a falsa dicotomia entre representação e transformação. A sua presença política é resultado de um processo histórico de resistência e deve ser reconhecida como parte da luta de classes travada nos territórios urbanos contra a propriedade privada da terra. A não romantização dos direitos é, portanto, um imperativo analítico. O direito à moradia não é uma dádiva, mas uma reivindicação que confronta diretamente os fundamentos do capitalismo, um sistema que, como aponta Marx, assegura “a liberdade” apenas para manter intacta a estrutura de opressão (Marx, 2010).

Quanto ao alcance dos objetivos, tanto o geral quanto os específicos foram plenamente atingidos. A pesquisa possibilitou uma análise aprofundada da incidência política feminina na Ocupação, identificando os espaços de poder por elas ocupados, caracterizando seu perfil socioeconômico e articulando as diversas ações e atividades organizadas no território entre 2016 e 2023. Este levantamento evidenciou a capacidade dessas mulheres em transformar a condição vulnerabilizada em protagonismo político decisivo, demonstrando que sua luta está imbricada com a construção de uma agenda coletiva que visa a superação das estruturas patriarcais, racistas e capitalistas.

Dessa forma, a pesquisa contribui significativamente para a compreensão do papel das mulheres sem-teto como agentes políticos e sociais, cuja resistência cotidiana assume um caráter estratégico de contestação e transformação social. O estudo reafirma que a luta das lideranças femininas da Ocupação Cabrita extrapola a esfera da moradia, consolidando-se como um movimento político que interpela o patriarcado, a desigualdade social e as formas de injustiça produzidas em detrimento da classe dominante, a burguesia. Assim, a incidência política dessas sujeitas é parte crucial na construção de uma cidade mais justa, inclusiva e democrática, oferecendo um modelo de organicidade que fortalece os movimentos populares.

Além disso, essa análise contribui para ampliar o debate acadêmico e as políticas públicas, apontando para a urgência de reconhecer que a participação política popular ganha real efetividade quando combinada com conquistas concretas, rompendo a falsa

dicotomia entre incidir politicamente e garantir que tenham os seus direitos sociais efetivados. A dialética revelada neste trabalho demonstra que não há superação sem enfrentamento das estruturas que moldam a desigualdade. Ao reafirmar a luta de classes como eixo explicativo central, compreende-se que as conquistas políticas das mulheres da Cabrita são parciais e tensionadas, porque ocorrem em um terreno dominado por relações de poder excludentes, sob um Estado que, como na crítica de Marx, se apresenta como mediador neutro, mas atua como garantidor da ordem burguesa.

Isto posto, é preciso avançar no reconhecimento da participação política como um passo importante, mas não suficiente, para a efetivação dos direitos sociais. A emancipação real exige a transformação das relações sociais de produção e reprodução da vida, rompendo com a lógica da propriedade privada da terra e do poder concentrado nas mãos da burguesia. As mulheres da Ocupação Cabrita, ao ocuparem politicamente o território e os espaços institucionais, anunciam, com sua prática, a urgência de um outro modelo de cidade.

Por fim, esta pesquisa demonstra que, no contexto do capitalismo dependente e excludente, a luta por moradia é também a luta contra as formas de dominação que estruturam a sociedade brasileira. A participação das mulheres da Cabrita aponta caminhos de transformação que exigem da academia, das políticas públicas e dos movimentos sociais um compromisso radical com a emancipação do povo, no sentido pleno que Marx formulou: a libertação da classe trabalhadora só será possível pela superação do próprio capitalismo (Marx, 2010). Reafirmar essa direção histórica é reafirmar a centralidade da luta de classes como horizonte político da transformação social.

6 REFERÊNCIAS

"A luta pela terra no Brasil. Que República é essa. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/uma-supresa/326-a-luta-pela-terra-no-brasil>. Acesso em: 15 de out. 2023.

ARRUDA, Tamires dos Santos. Coerção e consenso na política: hegemonia, integralidade e a categoria necessidade. In: Anais do Encontro Nacional da ANPOCS, 2021.

Atlas Brasil. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Sergipe 2023. Brasília, 2023.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Indicadores da violência de gênero no Brasil. Brasília: IPEA, 2023.

BAMBIRRA, Vânia. Capitalismo e subdesenvolvimento. 1978. In: _____. Subdesenvolvimento e dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 105-130.

Becher, Caroline. "Construções teóricas e históricas sobre a questão agrária no Brasil". Revista Espaço Acadêmico, v. 23, n. 241, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/67420>.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do capital e fundo público: implicações para a segurança social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2018.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Gramsci. São Paulo: Ática, 1980. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BOSCHETTI, Ivanete. A contrarreforma da previdência social no Brasil. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 3, pág. 467-478, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n3p467>

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e trabalho: paradoxos da proteção social na era da financeirização. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL DE FATO. Nordeste tem 665 casos de conflitos pela terra e CPT alerta para 'violência e impunidade' dos latifundiários. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/19/nordeste-tem-665-casos-de-conflitos-pela-terra-e-cpt-alerta-para-violencia-e-impunidade-dos-latifundiarios/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

Brasil tem mais de 5 milhões de moradias irregulares. Correio do Povo. Rio Grande do Sul. Disponível em:

<https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/brasil-tem-mais-de-5-milh%C3%B5es-de-moradias-irregulares-diz-ibge-1.424317>. Acesso: 12 set. 2023.

Brasil tem mais de 5,1 milhões de domicílios em situação precária, aponta IBGE. Daniel Silveira. G1 - Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/19/brasil-tem-mais-de-51-milhoes-de-domicilios-em-situacao-precaria-aponta-ibge.ghtml>. Data de Publicação: 19 de maio de 2020. Acesso: 10 de set. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11124.htm. Acesso em: 05 de out. 2023.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 04 de out. 2023.

Brasil. Ministério das Mulheres Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Ministério das Mulheres Abril, 2024, 468 p.

BRAZ, Marcelo. "A esquerda e seus impasses: desafios para a luta de classes no século XXI". In: Antunes, Ricardo (Org.). O privilégio da servidão. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 119-140.

BRAZ, Marcelo. "Crise estrutural do capital e o desafio da esquerda". Revista de Política Social e Trabalho, v. 20, n. 1, p. 45-63, 2017.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Balanço de Empregos em São Cristóvão - 2023 . 2023.

CALDEIRA, Teresa. Cidadania em risco: violência e participação no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2017.

CARVALHO, M. E. P. et al. Origens e Desafios dos Núcleos de Estudos de Gênero na Educação Superior no Norte e Nordeste do Brasil. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08, out. 2015. UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3761.pdf>
Arquivo

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. Revista Crítica Marxista, São Paulo, n. 11, p.98-108, 2000. Dossiê Marxismo e Feminismo.

CISNE Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>.

CISNE, Mirla. Feminismo e política: uma perspectiva a partir da crítica marxista. São Paulo: Boitempo, 2022.

CISNE, Mirla. Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CORRÊA, S.; KALIL, I. Gênero e conservadorismo no Brasil: ataques aos direitos sexuais e reprodutivos. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORTE. Bolsonaro cortou 99% da verba das ações para as mulheres no orçamento de 2023 . 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-cortou-99-da-verba-das-acoes-para-as-mulheres-no-orcamento-de-2023-1838> . Acesso em: 24 mar. 2025.

COUTINHO, Carlos N. Pluralismo, dimensões teóricas e políticas. Cadernos ABESS, São Paulo, n 4, p 5-17, 1991.

CRUZ, M. Helena Santana. Matrizes teóricas nos estudos de Gênero. In: Trabalho, Gênero, Cidadania: Tradição e Modernidade. São Cristóvão: Editora UFS. 2005.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. Relatório sobre o desmonte das políticas públicas para mulheres, 2022.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani (1 Ed.). São Paulo: Boitempo, 2016, 248 pp.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). (2023). Relatório sobre as Condições de Moradia no Brasil. Disponível em: DIEESE

ENGELS, F. (1872). A Questão da Habitação.

ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

ENGELS, F. A Questão da Moradia. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ENGELS, Friedrich. A questão da habitação. São Paulo: Boitempo, 2018.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2015.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2004.

FEDERICI, Silvia. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Ana. Movimentos sociais urbanos e luta por moradia no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

_____, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera. Nº 6, p. 24-34, jan. jun., 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. Terra Livre. São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/361/343>. Acesso em: 06 fev. 2023.

FERNANDES, Edésio. Regularização fundiária, direito à cidade e o Estatuto da Cidade. In: ROLNIK, Raquel; TATAGIBA, Luciana (orgs.). Gestão democrática da cidade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

Fernandes, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. SciELO Livros |

FONTE, Pedro. O capital imobiliário e a mercantilização da moradia. São Paulo: Boitempo, 2010.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2020.

FONTES, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo. RJ: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2023/>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 . 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2022 / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte, 2023. 72 p.: il.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016 - 2019. Belo Horizonte: FJP, 2021. 76 p. Relatório.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 2. ed. SP: Atlas, 1991

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. 7. reimp. SP: Atlas, 2006.

GOHN, M.G. Movimentos sociais e luta pela moradia. São Paulo: Editora: Loyola, 1991

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: LIMA, V.; CARNEIRO, S. (orgs.). Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: Lélia Gonzalez - Primavera para as rosas negras. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 417-432.

Governo Federal. (2023). Plano de Ação para Igualdade de Gênero é lançado com metas até 2026. Recuperado de <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/03/plano-de-acao-para-igualdade-de-genero-e-lancado-com-metas-ate-2026>

GOVERNO FEDERAL. Medidas para fortalecer as políticas para mulheres . 2023.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis, RJ: 13ª. ed. Editora Vozes, 2011. não foi citada.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

HOOKS, Bell. Feminismo negro: teoria e prática. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 1a ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. E-book. Disponível em: https://img.travessa.com.br/capitulo/ROSA_DOS_TEMPOS/FEMI... Arquivo PDF <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>

Ianni, Octavio. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Revistas UFPR

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – São Cristóvão . 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> .

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Deficiência, condições de vida e segurança no Brasil: 2022. Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama de São Cristóvão/SE . 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> .

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios 2021 . 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> .

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: São Cristóvão-SE, 2022.

INCRA. Dados sobre acampamentos em Sergipe. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). Censo Demográfico 2022: Características dos Domicílios e da População. Disponível em: IBGE

INSTITUTO CIDADES. Ranking de Competitividade dos Municípios . 2023. Disponível em: <https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/sao-cristovao-e-a-3a-cidade-do-pais-que-mais-avancou-no-ranking-de-competitividade-dos-municipios> .

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Déficit habitacional no Brasil 2023. Brasília, 2023.

JESUS, Gidelmo Santos de; NEVES, Odair Ledo; LIMA, Silvana Lúcia da Silva; CARVALHO, Romário Pereira. As lutas e os movimentos sociais do campo no alto sertão sergipano. 2018. Disponível em: <https://engpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/06/as-lutas-e-os-movimentos-sociais-do-campo-no-alto-sertc383o-sergipano-1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2025.

KAMEYAMA, Nabuco. A questão da pesquisa nas ciências sociais. XXIV Convenção de ABESS. Florianópolis, outubro de 1988.

KAMEYAMA, Nabuco. Pesquisa em Serviço Social no Brasil: Fórum Nacional de Pesquisa em Serviço Social Questões e Perspectiva. São Paulo, ABESS/CEDEPSS, agosto de 1991.

Kautsky, Karl. A questão agrária. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1985. Periódicos UEM+1 Revistas UFPR+1

KOLLONTAI, Alexandra. A Nova Mulher e a Moral Sexual. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KOLLONTAI, Alexandra. A nova mulher e a moral sexual. SP: Expressão Popular, 2007.

KONDER, Leandro. O que é dialética / Leandro Konder. —. São Paulo : Brasiliense, 2008. — (Coleção. Primeiros Passos: 23). 6a reimpr. da 28. ed. de 1981.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 2. ed., 6. reimpr. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LeMarx/FACED/UFBA) Título: O Marxismo e o combate à opressão contra as mulheres Autores: Sandra M. M. Siqueira LeMarx/FACED/UFBA Salvador, dezembro de 2019.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2008.

LENIN, V. I. Sobre a Emancipação da Mulher. Traduzido por Maria Celeste Marcondes.

Lênin, Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Periódicos UEM+1 SciELO Livros |+1

LÊNIN, Vladimir Ilyich. O Estado e a Revolução. São Paulo: Centauro, 1978.

LIMA, C. "Movimentos sociais na pandemia: desafios e resistências". Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 12, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/928/448>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. História dos Movimentos Sociais no Campo em Sergipe: Uma Abordagem Preliminar. Candeeiro, ano VI, v. 9 e 10, p. 63-75, 2003.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005. Scientia Plena, v. 3, n. 1, p. 6-17, 2007.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um olhar sobre os assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRS: CPDA, 1999, p. 197-232.

LÖWY, M. Método dialético e teoria política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

- LUKÁCS, György. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 1968.
- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2021.
- LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital. São Paulo: Boitempo, 1913.
- LUXEMBURGO, Rosa. A Crise da Social-Democracia. SP: Expressão Popular, 1916.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução? São Paulo: Expressão Popular, 1986.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- M&C ENGENHARIA; Prefeitura Municipal de São Cristóvão. Produto 3 – Estratégias de Ação. São Cristóvão: PLHIS, 2023.
- MARICATO, E. (2000). Urbanização e Política Habitacional no Brasil.
- MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARINI, Rui Mauro. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as Ligas Camponesas no governo João Goulart. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl [1843]. A Questão Judaica. Tradução de Artur Morão. In: MARX, Karl [1844]. Manuscritos Económico-Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, Karl. A questão judaica. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. SP: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. O Capital, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX; ENGELS, LENIN, ZETKIN, TROTSKY. A mulher e a luta pelo socialismo - clássicos do marxismo. São Paulo: Sundermann, 2012. TROTSKY, Leon. Trotsky e a luta das mulheres. São Paulo: Edição Iskra, 2015
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. História dos movimentos sociais no campo. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez 2011.

MOURA, Clóvis. A cidade e a questão social no Brasil. São Paulo: Editora XYZ, 2022.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

MOURA, M. A. A cidade e a mercantilização da moradia: resistência e lutas populares. Porto Alegre, 2022.

MST. MST Sergipe ocupa Incra do estado em Jornada Nacional de Lutas. 2024. Disponível em:
<https://mst.org.br/2024/04/17/mst-sergipe-ocupa-incra-do-estado-durante-jornada-nacional-de-lutas/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MTD. Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos. Documento Interno de Avaliação. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência negra. In: Oliveira, R. (org.). Beatriz Nascimento: escritos de uma vida. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Estudo do Método de Marx. 1ª Edição. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. p. 668 -700, 2009.

NICHOLSON, L. Interpretando gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9 Realidade, v.20 (2), jul/dez. pp. 71-99, 1995. Disponível em: PDF.

NUNES, Edlaine. Mulheres Sem Terra: feminismo e agroecologia na luta pela reforma agrária. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Os dados preliminares do Censo 2022 na Região Metropolitana de Aracaju apontam novas tendências. 2023. Disponível em:
<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/os-dados-preliminares-do-censo-2022-na-regiao-metropolitana-de-aracaju-apontam-novas-tendencias/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. Diagnóstico Socioeconômico de Sergipe. 2024. Disponível em:
<https://desenvolve.se.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Diagnostico-para-SE-2050.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. "Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária". São Paulo: Labur Edições, 2007.Revistas UFPR

OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista. Luta por moradia em Sergipe e resposta do estado aos/às sem teto: uma análise a partir do Movimento Nacional de Luta pela Moradia. 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/17930>. Acesso em: 2 abr. 2025.

Paludo, Conceição; Fraga Machado, Rita de Cássia; Gritti, Silvana Maria A relação trabalho/educação no desafio de superar o desemprego permanente Educação Unisinos, vol. 18, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 139-149

PALUDO, G. et al. "O Movimento de Trabalhadores por Direitos e sua trajetória de luta". Estudos Contemporâneos, v. 9, n. 2, 2014.

PELOSO, Ranulfo. Caderno de Formação 38. Método de Trabalho de Base e Organização Popular. 1 ed. São Paulo: Setor de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2009.

PEREIRA, L. (2023). Movimentos ultraconservadores e o aumento da violência de gênero no Brasil. Revista de Estudos de Gênero, 29(1), 45-62.

PEREIRA, M. A ascensão de movimentos ultraconservadores e a violência de gênero no Brasil . Brasília: Editora UFDF, 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

Prado Júnior, Caio. A questão agrária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. SciELO Livros | +2Revistas UFPR+2Periódicos UEM+2

PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO. Plano de Diretrizes e Metas 2022-2025 . São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://anexos.saocristovao.se.gov.br> .

PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO. Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS): Diagnóstico e metas para o desenvolvimento habitacional do município . 2023. Disponível em: <https://www.saocristovao.se.gov.br/noticia/plano-local-de-habitacao-de-interesse-social-destaca-diagnostico-e-metas-para-o-desenvolvimento-habitacional-do-municipio>.

PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO. Relatório de Educação Básica 2023 . São Cristóvão, 2023.

RICCI, R. "Burocratização e institucionalização dos movimentos sociais". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, n. 70, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, Patriarcado, Violência. SP: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. SP: Fundação Perseu Abramo, 2013.

SANT'ANA, D. Serviço Social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político-profissional. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, A. P. O direito à cidade no Brasil: desigualdades urbanas e os desafios dos movimentos sociais. São Paulo, 2017.

SANTOS, João. Mobilidade e Espaço Rural-urbano em São Cristóvão-SE . Universidade Federal de Sergipe, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7176/2/MobilidadeEspacoRuralUrbano.pdf>.

SANTOS, Jorge Edson. A luta por habitação popular: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU). 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SANTOS, José Luiz dos. Coerção e consenso na política: contribuições do pensamento gramsciano. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 49, p. 131-148, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/53957>. Acesso em: 6 maio 2025.

SANTOS, Josiane Soares. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SANTOS, M. "Gênero e luta por moradia: mulheres na linha de frente". Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, n. 1, 2018.

SANTOS, Mário Jorge Silva. A (re)produção da segregação socioespacial na região metropolitana de Aracaju (SE): interfaces da ação do estado e do capital. 2018. 449 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

SANTOS, Teotonio dos. A natureza do subdesenvolvimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice. Feminismos no Brasil: enunciando demandas das mulheres em sua diversidade. Labrys, jan-jun 2012 <<https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/cecilia.htm> .>

SARTI, Cynthia; BUROCCO, Riccardo; ROLNIK, Raquel. Feminismos anticapitalistas contra a necropolítica da pandemia. São Paulo: LabCidade/FAUUSP, 2020. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br>. Acesso em: 22 maio 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análises históricas. Nova York, Columbia Press. 1989.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Sergipe fecha 2024 com mais de 20 mil contratações de unidades do Minha Casa, Minha Vida. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/mcmv-balanco-2024/sergipe-fecha-2024-com-mais-de-20-mil-contratacoes-de-unidades-do-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E INCLUSÃO (SEASIC). Relatório de Políticas Públicas para Mulheres em Sergipe. Aracaju: SEASIC, 2022.

SERAFIM, Abel. Poder popular e autogestão: experiências de organização comunitária em periferias urbanas. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

SILVA, A. Execução orçamentária das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil (2016-2022) . Rio de Janeiro: FGV, 2022.

SILVA, A. Execução orçamentária das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil (2016-2022). Rio de Janeiro: FGV, 2022.

SILVA, Edmilson dos Santos. Coerção e consenso na perspectiva do Estado ampliado. Revista Educação e Emancipação, Feira de Santana - BA, v. 10, n. 1, p. 15-34, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/redufs/article/view/1692>. Acesso em: 6 maio 2025.

SILVA, Hellen Martins da. Hegemonia couraçada de coerção: contribuições para a leitura do Brasil contemporâneo a partir de Gramsci. Anais do Congresso da ULEPICC-Brasil, Salvador, v. 6, p. 1-15, 2014. Disponível em: <https://ulepicc.org.br/congresso2014/anais/pdf/106.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

SOARES SANTOS, Josiane; SILVA RIBEIRO, Dalila; DA SILVA, Mylena; CONCEIÇÃO SANTOS, Ingrid Chaiane. Racismo ambiental e saúde: um estudo do bairro Santa Maria, em Aracaju (SE). SER Social, Brasília, v. 25, n. 52, 2023. DOI: 10.26512/ser_social.v25i52.45673. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/45673. Acesso em: 11 jul. 2024.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rev. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 135 p. ISBN: 978-85-9966-228-1.

SOUSA, Júnia Marise Matos de. Do acampamento ao assentamento: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. 2009. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5426/1/JUNIA_MARISE_MATOS_SOUSA.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025.

Stédile, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária: 1946-2003. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Revistas UFPR+1SciELO Livros | +1

TANEZINI, Andréa. Política urbana e a mercantilização das cidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2015.

TANEZINI, D. M. A luta por moradia em Sergipe: avanços e desafios. Aracaju, 2015.

TANEZINI, Maria. Habitação popular e neoliberalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE (TRE-SE). Dados eleitorais de Sergipe – Eleições 2022. Aracaju: TRE-SE, 2022.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação, São Paulo : Atlas, 1987. Disponível em: Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf (usp.br) acesso em: 22 de set. 2023.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Dados das eleições de 2022 e participação feminina no Congresso Nacional . Brasília: TSE, 2023.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Dados das eleições de 2022 e participação feminina no Congresso Nacional. Brasília: TSE, 2023.

VALADÃO, William Barbosa; SOUSA, Júnia Marise Matos de; LOCATEL, Celso Donizete. A luta pela terra em Sergipe: uma análise dos acampamentos nos anos de 2009 e 2018. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 31, n. 1, p. 12-28, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/12033>. Acesso em: 2 abr. 2025.

WACQUANT, L. Punir os Pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. [A onda punitiva]. Trad.: Sérgio Lamarão. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2018. 476p.

ZETKIN, Clara. *La Cuestión Femenina y la Lucha Contra el Reformismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 197

ZETKIN, Clara. *Mulheres, socialismo e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ANEXOS

ANEXO I - Comunicado às articulações do MTD-MOTU sobre nota pública da Secretaria Estadual

Movimento de Trabalhadoras e
Trabalhadores por DireitosE-mail: secretarianacionalmtd@gmail.comFacebook: facebook.com/mtd.nacional/Instagram: [@MTD.Nacional](https://www.instagram.com/MTD.Nacional)Twitter: [@MTD_Nacional](https://twitter.com/MTD_Nacional)Youtube: [MTD_Nacional](https://www.youtube.com/MTD_Nacional)

Brasil, 15 de Julho de 2024

COMUNICADO ÀS ARTICULAÇÕES DO MTD-MOTU SOBRE NOTA PÚBLICA DA SECRETARIA ESTADUAL

No ano de 2015, marco da refundação do MTD como Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, foi aprovada a unificação com o MOTU, dando origem a um único movimento popular urbano, de caráter nacional.

O último período entre 2018 e 2022, no entanto, foi de grande dificuldade para o conjunto das organizações populares, pela situação defensiva diante da extrema-direita, de adoecimento durante a pandemia, de poucos encontros presenciais e também de forte debate interno e grandes divergências táticas.

O MTD não esteve imune a esse processo, o que acabou produzindo afastamentos de militantes e um distanciamento do estado de Sergipe com as instâncias nacionais do movimento, mas sem necessariamente significar rupturas internas.

No período de 14 a 16/06 recente realizamos a segunda reunião presencial da Coordenação Nacional pós-pandemia, com participação do companheiro Levy Nascimento, um dos representantes do estado de Sergipe e que propiciou a reconstrução de vínculos e confiança.

No entanto, ainda durante a atividade tomamos conhecimento do desligamento do militante de grupos e instâncias do estado e no último dia 02 de julho, sem qualquer justificativa prévia, a Direção Nacional do MTD tomou conhecimento da nota de afastamento publicada nas redes sociais do MTD-MOTU.

Diante disso, **ratificamos que o companheiro Levy Nascimento, é membro legítimo da coordenação nacional do MTD, instância pela qual segue exercendo plenamente suas responsabilidades**, inclusive no estado de Sergipe.

Nesse sentido, seguiremos em diálogo com o movimento no estado, valorizando o diálogo e respeito mútuo, mas sem deixar de exercer nosso papel de direção política, que é de garantir **legitimidade aos processos políticos que envolvem o MTD**, mesmo quando este não condiz com as linhas políticas nacionais.

À disposição para maiores esclarecimentos,

Maria Odete Falcão *Tayson Costa Cordeiro*

Maria Odete Falcão e Tayson Costa Cordeiro

Direção Nacional do MTD

ANEXO II - Nota Pública de Saída do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD



MOVIMENTO ORGANIZADO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES URBANOS

Nota Pública de Saída do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)

Através desta nota e após comunicado formal à secretaria operativa nacional do MTD, estamos formalizando publicamente nossa saída do MTD.

O MOTU existe desde 2007 e se soma ao MTD em 2015, colaborando diretamente para a nacionalização do mesmo, deslocando militantes para acompanhar estados e ajudar a semear novas frentes de atuação de norte ao sul do Brasil. Por diferenças de concepção sobre a conjuntura política e horizonte estratégico, enfrentamos divergências nos últimos anos o que levou ao nosso afastamento das instâncias nacionais. Existindo ainda o agravante das grandes dificuldades as quais os lutadores e lutadoras do povo estavam e estão submetidos no dia a dia da luta popular e da crescente ofensiva da extrema-direita.

Nesse aspecto das instâncias nacionais, é importante esclarecer que durante a última reunião da coordenação nacional do MTD de 14 a 16 de junho, o MOTU não debateu em nenhuma instância nossa participação nesse espaço, onde apenas tomamos conhecimento que o “MOTU” se fazia presente nessa reunião, através das redes sociais. Tal participação não seria um problema, pois de fato poderia ajudar a retomar vínculos políticos e organizativos, mas não houve um real diálogo, dando margem para movimentações oportunistas, utilização de editais e indicações sem conhecimento das instâncias estaduais. O que acabou por reforçar a falta de vínculo, confiança e o desconhecimento por parte do MTD nacional da realidade em nosso estado.

Diante do exposto e após diálogos internos, chegamos à conclusão que o mais saudável é a nossa saída, onde a partir dessa data o MOTU não possui mais nenhum tipo de vinculação ao MTD. Mantemos nossa história e força enquanto MOTU (Movimento Organizado de Trabalhadoras e Trabalhadores Urbanos), fazendo votos de luta na conquista de direitos para a classe trabalhadora.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos,

“Nada sobre nós, sem nós!”

MOTU – Sergipe

30 de Julho de 2024

ANEXO III - E-mails trocados entre a Secretaria Nacional do MTD - Secretaria Nacional da Consulta Popular - Militantes da Consulta Popular , sobre a união do MTD ao MOTU.

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Secretarianacional sec.cp.nacional** <secretariacpnacional@gmail.com>

Data: 29 de abril de 2015 14:44

Assunto: Fwd: Seminário Nacional MTD/MOTU - Carta de Guararema

Para: Antonio Carneiro <acarneiro@gmail.com>, Antonio Goulart <agcg@uol.com.br>, Elaine Bezerra <nanibezerra2002@yahoo.com.br>

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Secretaria Nacional MTD** <secretarianacionalmtd@gmail.com>

Data: 29 de abril de 2015 às 12:59

Assunto: Seminário Nacional MTD/MOTU - Carta de Guararema

Para: "Secretarianacional sec.cp.nacional" <secretariacpnacional@gmail.com>

Prezados/as, compas da Consulta Popular!

Foi com muita alegria que, recentemente, dia 17 a 20 de Abril, realizamos o Seminário Nacional do MTD/MOTU, iniciando um novo período de nosso movimento, no qual teremos muitos desafios e lutas pela frente!

Agradecemos o apoio e parceria ao longo destes anos de atividade no estado de Minas Gerais e reforçamos que agora, neste novo momento que vive o Movimento, esperamos reforçar nossos laços na luta pelo fortalecimento e organização do povo trabalhador urbano.

Abaixo, texto sobre o Seminário realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Em anexo, Carta de Guararema, onde reafirmamos nossa posição na luta de classe e na conjuntura que vive o Brasil e o mundo.

Abraços fraternos

Secretaria Nacional - Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direito

ANEXO IV - Carta de Guararema anexada aos e-mails trocados entre o MTD e a Consulta Popular

Carta de Guararema

MTD/MOTU

O Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD, e o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos – MOTU, reunidos em meados de abril de 2015, em Guararema, São Paulo, revendo sua caminhada, que é parte da caminhada da classe trabalhadora e refletindo a conjuntura compreendeu e definiu um conjunto de elementos que dizem respeito ao seu caráter, a sua estratégia e a sua mensagem política. Dimensões estas voltadas a sua militância, a classe trabalhadora, a sociedade, ao Estado brasileiro e a solidariedade internacional.

A primeira afirmação diz respeito ao momento político e econômico da luta de classes no Brasil. O momento é de uma ofensiva imperialista, dirigida pelos EUA e seus aliados da direita brasileira voltados para saquear o nosso futuro, verdadeiros inimigos do povo e da nação. O saque das riquezas naturais, a água, a terra, os minérios e em especial o petróleo, o ouro negro que esta abaixo do sal no fundo do mar.

Em jogo esta uma possibilidade histórica, de pela primeira vez em cinco séculos de Brasil, uma parte gigantesca das riquezas deste país, serem destinadas a um fundo soberano voltado para investir no seu povo. Um povo que é inferiorizado e odiado pelas elites arcaicas, imorais, violentas e intolerantes;

Contra essa onda de ódio e de saque faz-se necessário uma contra-ofensiva que reúna as forças da classe trabalhadora em unidade, na resistência, na defesa e na ampliação dos direitos, sobretudo o direito de desenvolver um Projeto Popular para o Brasil.

Nesse sentido, neste momento, isto significa trabalhar para fortalecer a Plataforma de Lutas que envolve a defesa dos direitos dos trabalhadores, a defesa da democracia, a defesa da Petrobras, a defesa de que sejam punidos todos os corruptos e corruptores e que seja erguida a bandeira da

Constituinte exclusiva da Reforma Política como único enfrentamento consequente para a crise política deste país.

Para isso o MTD e o MOTU constroem uma segunda afirmação. Afirma que os trabalhadores e as trabalhadoras que vivem no espaço urbano das periferias das médias e grandes cidades, que lutam ou tenham disposição para lutar, são os sujeitos da jornada deste Projeto. Sujeitos que vivem no cotidiano as contradições da vida das necessidades, as necessidades de creche para as crianças, de escola para os jovens, de transporte para circular, de saúde integral, de saneamento para a dignidade, de casa para habitar, de praça para descansar, de mato e praia para curtir, de trabalho para viver e se desenvolver.

Sujeitos que organizados e em luta, deverão apontar o Estado, como alvo e local a desaguar tantas ofensas contra a vida da classe trabalhadora.

A terceira afirmação vem desde o novo batismo do nome, onde claramente as trabalhadoras, as mulheres das periferias, as quais são uma espécie de mistura de valentia e sangue, são convocadas a assumir o comando político organizativo dessa jornada. Assumir o comando com toda a dignidade e necessidade que tem, em reduzir tantas jornadas de trabalho, em equiparar salários e palavras.

Uma quarta afirmação diz que as palavras precisam vir de milhares de gargantas de todas as

faces, etnias, sexualidades, idades, carregadas de conteúdos. Conteúdos que falem da vida como um todo, vida de gente. Gente que tem direitos a renda, a casa, a cinema, a habitação, a biblioteca, a trabalho, a férias.

Um quinto elemento afirmado pelo MTD diz respeito a clareza de que lado se posicionar em uma sociedade que ainda não superou a divisão entre Casa Grande e Senzala. O lado da classe que vive de vender seu tempo por um salário, esta do lado da justiça, da igualdade, da solidariedade em aliança com todas as outras forças, camponesas, populares e sindicais. Engajados no Projeto Popular, no Projeto do Povo, Projeto de libertação dos silêncios, da opressão, da dominação e da exploração.

Todas estas afirmações exigem uma sexta ideia que traz a dimensão de que tudo isto necessita ser nacional, estar de modo unificado na estratégia, nos símbolos, na mensagem de ponta a ponta deste Brasil. Sim haverá de ser tecido símbolos, escrito poemas, desenhado em cores os traços que darão vida a alma coletiva, as simbologias são a alma do movimento social, popular, de massas, feminista, nacional, classista, escrito e cantado em prosa e verso. Precisa de gestos, de práticas, de formação política, de mística, de reflexões, de afetos e razões, de estudos a partir das experiências práticas e tanto mais.

Tendo uma afirmação para cada dia da semana, a sétima ideia traz um sobrenome ao MTD, ao dizer: Direito de Trabalhar! Trabalhar com Direitos!! Com esta mensagem alarga-se o tempo, desde o presente com a defesa dos direitos de ontem e de hoje, estendendo ao tempo dos direitos do amanhã.

Falo assim sem saudade,

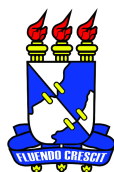
Falo assim por saber

Se muito vale o já feito

Mais vale o que será.

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – Roteiro de Análise Documental



ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

PROJETO DE PESQUISA: A INCIDÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES SEM TETO NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA NA CIDADE MÃE DE SERGIPE (2016 - 2023)

Mestranda: Mylena da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Nelmires Ferreira da Silva

1 - Identificação:

a) Tipo de documento (carta, cartilha, matéria, relatório, ata, fotografia etc.):

b) Tipo de Ação (atos, fóruns, seminários, debates, manifestação, etc.):

c) Data do documento: _____

d) Fonte: _____

2 - Quem são as lideranças mulheres da Ocupação Cabrita?

a) Onde vivem?

b) Há quanto tempo residem no território?

c) Há quanto tempo estão organizadas na luta?

d) Quais as demandas do cotidiano apresentadas às lideranças?

e) Essas mulheres estão inseridas nos espaços de participação e controle social do município?

f) Quais as principais ações e atividades desenvolvidas pelas mulheres no território?

g) As mulheres lideranças da ocupação estão nos espaços de participação social no município?

3 – Motivações e Objetivos:

- a) Houve algum(a) atitude ou acontecimento específico que provocou esta ação?
- b) Quais o(s) objetivo(s) do coletivo de mulheres em promover esta ação?
- c) Quais foram as principais bandeiras de luta e palavras de ordem desta ação?
- d) Quais outros movimentos se somaram para construir a ação/atividade?

4 - Articulações:

- a) Qual(is) práticas sociais foi/ram realizada(s) entre (2016 - 2023)?
- b) Qual(is) entidades foram parceiras na realização práticas políticas e sociais?
- c) Qual(is) entidades apoiaram ou patrocinaram as ações?
- d) Qual(is) as conquistas e avanços das ações desenvolvidas por mulheres no enfrentamento às expressões da “questão social” no cotidiano da Ocupação Cabrita?
- e) Como são tratadas as questões relativas à desigualdade de gênero na Ocupação Cabrita?
- f) Existe a presença efetiva dos poderes públicos constituídos no município de São Cristóvão pactuadas pelas mulheres no enfrentamento das expressões da questão social no cotidiano da Ocupação Cabrita? Quais e quantos setores?

5 - Impacto/Repercussão:

- a) A ação foi divulgada na mídia ou em redes sociais? Quais?
- b) Após realizada, houve alguma repercussão acerca desta ação?
- c) Mapeamento da participação e, ou envolvimento das lideranças feministas na Ocupação Cabrita no período de 2016 a 2023.

**APÊNDICE 02 – Identificação e Perfil Sócio-Econômico das Mulheres Lideranças da
Ocupação da Cabrita - São Cristóvão-SE**



**IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS MULHERES LIDERANÇAS
DA OCUPAÇÃO DA CABRITA - SÃO CRISTÓVÃO-SE**

1-)Perfil Sócio-Econômico:

01-Idade: ____ **02**-Estado Civil: _____ **03**-Naturalidade: _____

04-Têm filhos? () Não () Sim Quantos? _____ **05**-Quantas pessoas vivem no domicílio? ____

06 - Atividade remunerada fora da área rural? () Sim () Não. Em caso positivo, qual(ais) a(as) fonte(es): _____

07-Média de Rendimentos:

- a) () Abaixo de um Salário mínimo
- b) () Entre um salário mínimo a dois
- c) Outro: _____
- d) () Prefere não responder

08-Recebe algum benefício e/ou é assistida/acompanhada pela rede socioassistencial federal, estadual ou municipal? () Não () Sim Qual (ais)? _____

09-Orientação sexual: () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Assexual () Prefere não responder

10-Identidade de Gênero: () Mulher *Cis* () Mulher *trans* () Não binário () Prefere não responder

11-Identidade Étnico-Racial:

☐ Quilombola ☐ Indígena ☐ Cigano ☐ Ribeirinho ☐ Nenhum

☐ Branca ☐ Parda ☐ Preta ☐ Não sabe responder

12-Religião: ☐ Católica ☐ Evangélico ou Protestante ☐ Espírita ☐ Umbanda ou Candomblé

☐ Outra ☐ Nenhuma

13-Situação no Imóvel Rural: ☐ Assentada ☐ Proprietária ☐ Posseira ☐ Meeira ☐ Terceiro

☐ Cedido ☐ Agregada: _____ ☐ Outro: _____

14-Grau de Escolaridade:

☐ Não Alfabetizada ☐ Ensino Fundamental Incompleto ☐ Ensino Fundamental Completo ☐ Ensino Médio Incompleto ☐ Ensino Médio Completo ☐ Ensino Superior Incompleto ☐ Ensino Superior Completo ☐ Outro: _____